

***Estudos de Caracterização Territorial***

***ACTIVIDADES ECONÓMICAS***

**RELATÓRIO 1**



## Índice

Índice de Ilustrações.....	2
Índice de Gráficos.....	3
Índice de Tabelas.....	4
Siglas, Acrónimos e Abreviaturas.....	5
Definições.....	7
Introdução.....	9
1. Enquadramento Sócio-económico do Concelho.....	11
1.1. Situação no Emprego no Concelho.....	12
1.2. Situação no Emprego por Agrupamentos.....	15
2. Caracterização do Concelho por sectores de actividade.....	17
2.1. Sector Agrícola.....	17
2.2. Sector Industrial.....	37
2.2.1. A qualidade do espaço industrial: parques industriais, empresariais, tecnológicos.....	43
2.2.2. A importância da acessibilidade.....	50
2.3. Sector dos Serviços.....	57
2.4. Caracterização do Perímetro Urbano.....	65
3. Aspectos Conclusivos.....	69
4. Área de Localização Empresarial de Barcelos.....	73
4.1. Enquadramento Jurídico.....	73
4.2. Enquadramento Teórico.....	73
4.3. Estruturação do Modelo.....	74
4.3.1. Factores associados à actividade empresarial.....	76
4.3.2. Factores associados a opções sócio-económicas.....	77
4.3.3. Exclusões associadas ao ordenamento do território.....	78
4.4. Análise SWOT.....	79
Considerações Finais.....	82

## Índice de Ilustrações

Ilustração 1 – Unidades geográficas da região Norte. ....	17
Ilustração 2 – Taxa de variação da SAU e do número de explorações entre 1989 e 1999. ....	20
Ilustração 3 – Dispersão dos blocos agrícolas por Agrupamentos e respectiva mecanização. ....	24
Ilustração 4 – Evolução da área vitivinícola .....	26
Ilustração 5 – Distribuição do número total de bovinos e explorações com equipamento de ordenha. ....	29
Ilustração 6 – Relação do total de animais e o tipo de tratamento de resíduos das explorações em 1999.....	31
Ilustração 7 – Dispersão das estruturas que suportam o sector primário.....	34
Ilustração 8 – Indústria transformadora por Agrupamentos (Número de empresas). ....	40
Ilustração 9 – Distribuição, por Agrupamentos, dos espaços industriais por nível de classificação. ....	47
Ilustração 10 – As cinco forças da rentabilidade da indústria.....	48
Ilustração 11 – <i>Clusters</i> Industriais. ....	49
Ilustração 12 – O efeito multiplicador da indústria na economia da região (adaptado de R. J. Chorley and P. Haggett, <i>Models in Geography</i> , London, 1968, p. 258). ....	50
Ilustração 13 – Definição de áreas de concentração industrial. ....	51
Ilustração 14 – Áreas de influência de nós da rede principal e fundamental. ....	52
Ilustração 15 – Áreas de maior acessibilidade.....	53
Ilustração 16 – Dispersão das estruturas que suportam o sector secundário.....	56
Ilustração 17 – Distribuição das actividades terciárias no concelho (2003). ....	59
Ilustração 18 – Integração do turismo (Lobo, Manuel da Costa). ....	61
Ilustração 19 – Dispersão das estruturas que suportam o sector terciário.....	64
Ilustração 20 – Perímetro Urbano. ....	66
Ilustração 21 – Concentração das actividades económicas no concelho, em 2003. ....	72
Ilustração 22 – Modelo de Localização da ALEB.....	75
Ilustração 23 – Distribuição espacial do índice de oportunidade.....	76
Ilustração 24 – Definição das áreas óptimas para a ALEB.....	79

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – População empregada por sectores de actividade no concelho (1991/2001). .....	11
Gráfico 2 – Situação no emprego dos indivíduos residentes no concelho (1991/2001).....	12
Gráfico 3 – Taxa de variação da população empregada por taxa de actividade.....	14
Gráfico 4 – Taxa de variação da situação no emprego, por Agrupamentos (1991/2001).....	15
Gráfico 5 – Taxa de Emprego, por Agrupamentos (1991/2001).....	16
Gráfico 6 – Utilização das Terras em 1989.....	19
Gráfico 7 – Utilização das Terras em 1999.....	19
Gráfico 8 – Distribuição do número de blocos com SAU, por Agrupamento entre 1989 e 1999. .	22
Gráfico 9 – Número total de máquinas entre 1989 e 1999. ....	23
Gráfico 10 – Total de efectivos pecuários e a sua constituição entre 1989 e 1999. ....	28
Gráfico 11 – Distribuição das explorações que praticam agricultura biológica/integrada. ....	32
Gráfico 12 – Origem do agregado doméstico do agricultor em 1989 e 1999. ....	33
Gráfico 13 – Volume de vendas no sector agrícola. ....	35
Gráfico 14 – Dimensão das empresas, segundo o número de pessoas, em 2001.....	41
Gráfico 15 – Dimensão das empresas, no concelho em 1995. ....	42
Gráfico 16 – Dimensão das empresas, no concelho em 2001. ....	42
Gráfico 17 – Área dos espaços industriais por Agrupamentos.....	43
Gráfico 18 – Taxa de variação do número de estabelecimentos terciários no concelho, entre 1995 e 2001.....	57
Gráfico 19 – Volume de vendas no sector terciário. ....	60
Gráfico 20 – Actividades económicas no perímetro urbano. ....	65
Gráfico 21 – Quociente de localização de Barcelos/país relativamente a 1995 e 2001 (Fonte: DEEP).....	69

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Emprego por sector de actividade no concelho em 1991 e 2001.....	11
Tabela 2 – Situação no emprego no concelho em 1991 e 2001. ....	12
Tabela 3 – Distribuição da população empregada por Classificação das Actividades Económicas (CAE – Rev. 2). ....	13
Tabela 4 – SAU, na NUT III entre 1989 e 1999. ....	18
Tabela 5 – Dispersão da SAU, por Agrupamento entre 1989 e 1999. ....	21
Tabela 6 – Caracterização do sector vitivinícola, por Agrupamentos entre 1989 e 1999. ....	25
Tabela 7 – Quantidade de leite recolhido pela AGROS nos concelhos de maior produção da região EDM (IDARN/Relatório de Contas da Agros 1999). ....	28
Tabela 8 – Empresas do sector secundário por Agrupamentos.....	38
Tabela 9 – Área dos espaços industriais por Agrupamentos. ....	44
Tabela 10 – Espaços industriais por níveis de análise.....	45
Tabela 11 – Turismo no espaço rural, por Agrupamentos em 2003, segundo a DGT.....	62
Tabela 12 – Variáveis utilizadas na elaboração da distância económica.....	71
Tabela 13 – Resultados da distância económica.....	71
Tabela 14 – Índice de oportunidade.....	77
Tabela 15 – Análise SWOT da Área 1. ....	80
Tabela 16 – Análise SWOT da Área 2. ....	80

## **Siglas, Acrónimos e Abreviaturas**

A3 – Auto-Estrada N.º 3

ALE – Área de Localização Empresarial

ALEB – Área de Localização Empresarial de Barcelos

CAE – Classificação das Actividades Económicas

CBD – Central Business District

C&T – Científico-Tecnológica

DEEP – Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento

DGT – Direcção Geral de Turismo

EDM – (Região Agrária) Entre o Douro e Minho

EN – Estrada Nacional

ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

IC – Itinerário Complementar

I&D – Investigação de Desenvolvimento

INE – Instituto Nacional de Estatística

ITP – Instituto de Turismo de Portugal

MSST – Ministério da Segurança Social e do Trabalho

NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais

PAB – Produto Agrícola Bruto

PAC – Política Agrícola Comum

PIB – Produto Interno Bruto

PCT – Parque de Ciência e Tecnologia

PDM – Plano Director Municipal

PEDIP – Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa

PME – Pequena e Média Empresa

POC – Plano Oficial de Contas

POCTI – Plano Operacional Ciência Tecnologia Inovação

PRASAD – Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos

PRIME – Programa de Incentivos à Modernização da Economia

QCA III – III Quadro Comunitário de Apoio

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

RGA – Recenseamento Geral Agrícola

RICA – Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas

SANU – Superfície Agrícola Não Utilizada

SAU – Superfície Agrícola Utilizada

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats

TER – Turismo em Espaço Rural

TM – (Região Agrária) Trás-os-Montes

TH – Turismo de Habitação

UE – União Europeia

VAB – Valor Acrescentado Bruto

## **Definições**

### **Bloco**

É considerada como a parte de uma exploração agrícola inteiramente rodeada de terras, ou outros elementos não pertencentes à exploração. No entanto, um bloco único pode ser atravessado por uma estrada ou caminho, por uma linha-férrea, etc., desde que essa interrupção não prejudique a continuidade, em termos de passagem.

### **CBD**

É o termo geográfico que designa a área central de uma aglomeração urbana de maior dimensão e importância, singularizado pela forte concentração terciária. Caracteriza-se, fundamentalmente, pela boa acessibilidade em termos de transportes colectivos, pelo intenso tráfego de veículos e peões e pela grande acumulação das actividades terciárias, consequência da terciarização da economia.

### **Cluster**

Fenómeno que constitui na concentração, em determinado local, de empresas ou actividades industriais. Resultando numa heterogeneidade espacial, associado a uma especialização produtiva.

### **Economia de escala**

São as economias de que beneficiam as empresas, em consequência de aumentos de produtividade, cuja origem é externa ao seu comportamento, tendo origem na existência de uma aglomeração em que a empresa se insere.

O facto de se localizarem com relativa proximidade umas das outras, geram benefícios mútuos, em termos de custos de disponibilidade de *inputs*, ou acesso a mercados, que podem traduzir-se em vantagens significativas em termos de produtividade.

### **Proxies (variáveis)**

As *proxies* são um conjunto de variáveis que são agregadas de forma a quantificar um fenómeno qualitativo.

## Ramo de Actividade Económica

É o tipo de produção ou a actividade económica desenvolvida pelo estabelecimento ou unidade similar, onde o indivíduo exerce a sua profissão, ou profissão principal se exercer mais do que uma. Será utilizada a Classificação das Actividades Económicas – CAE – Rev.2.1, segundo Decreto-Lei N.º 197/03, de 27 de Agosto.

Sector Primário	Secção A	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
	Secção B	Pesca
Sector Secundário	Secção C	Indústrias extractivas
	Secção D	Indústrias transformadoras
	Secção DA	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
	Subsecção DB	Indústria têxtil
	Subsecção DC	Indústria do couro e de produtos de couro
	Subsecção DD	Indústrias da madeira e de cortiça e suas obras
	Subsecção DE	Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos edição e impressão
	Subsecção DF	Fabricação de coque, produtos petrolíferos e combustível nuclear
	Subsecção DG	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais
	Subsecção DH	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
	Subsecção DI	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
	Subsecção DJ	Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos
	Subsecção DK	Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.
	Subsecção DL	Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica
	SubsecçãoDM	Fabricação de material de transporte
	SubsecçãoDN	Indústrias transformadoras, n.e.
	Secção E	Produção e distribuição de electricidade, gás e água
Secção F	Construção	
Sector Terciário	Secção G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico
	Secção H	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
	Secção I	Transportes, armazenagem e comunicações
	Secção J	Actividades financeiras
	Secção K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
	Secção L	Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória
	Secção M	Educação
	Secção N	Saúde e acção social
	Secção O	Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais
	Secção P	Famílias com empregados domésticos
Secção Q	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	

## SAU

É constituída pela superfície da exploração que inclui terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), culturas permanentes, prados e pastagens permanentes.

## Introdução

No âmbito dos estudos da revisão do Plano Director Municipal, procede-se à análise da estrutura produtiva do concelho de Barcelos e o respectivo desenvolvimento territorial.

Os estudos do PDM em vigor identificaram como principais tendências e estrangulamentos no sector económico:

- O agravamento das condições de competitividade dos produtos, resultado da deficiente formação profissional da mão-de-obra e da baixa componente de capital da indústria;
- O agravamento das condições de utilização dos recursos, em particular dos naturais a menos que o município estabeleça as bases de uma política de localização em que se promova um uso equilibrado das diversas componentes territoriais das actividades;
- O agravamento das situações de trabalho irregular em busca de uma contenção de custos;
- O agravamento da monoespecialização, o que coloca uma grande parte do tecido empresarial do concelho à mercê de flutuações conjunturais cujas motivações lhe são externas;
- As acções de iniciativa municipal ou supra-municipal deverão ser levadas a cabo, com vista à incentivação da diversificação do emprego, da formação profissional e da reestruturação de alguns ramos industriais, por exemplo das iniciativas em curso no Vale do Ave;
- O problema do modelo de ocupação do território, nomeadamente através da análise das formas de vivência, de modo a permitir a preservação dos valores patrimoniais ainda abundando no concelho; e consolidar o sistema da pluriactividade que tão habilmente permite à indústria sobreviver e ao agricultor subsistir;
- A falta de uma política de localização que se já capaz, de forma clara, de criar um conjunto de regras de simples entendimento que ordenem mais eficazmente a distribuição dos estabelecimento industriais.

Após reequacionados os problemas pressupuseram-se como principais medidas:

- Não construir junto a vias principais sem que se apresente pelo menos um estudo de inserção ou não deprender os recursos naturais, deverão ser duas dessas regras;
- Promoção da construção dos Parques e Zonas Industriais previstas (oito)<sup>1</sup>, visto que o novo regulamento de classificação das indústrias obriga a que se licencie a construção de uma indústria apenas dentro dos perímetros para o efeito delimitados;

<sup>1</sup> Zona industrial de Rio Covo (Santa Eugénia); Zona industrial de Galegos (Santa Maria); Zona industrial de Manhente; Zona industrial de Rio Covo (Santa Eulália); Zona industrial de Macieira de Rates/Negreiros; Zona industrial da Pousa; Zona industrial de Gilmonde; Zona industrial de Fragoso.

A análise da estrutura produtiva fundamenta-se nos processos de produção, distribuição, comercialização e consumo de bens e serviços. Aborda-se, de uma forma sistémica, os indivíduos, colectivos, empresas e administração e como estes alcançam os seus objectivos no campo económico (Capítulo I).

No Capítulo II estuda-se a distribuição das estruturas dos sectores de actividade nas mais variadas escalas, nomeadamente Concelho, Agrupamentos e Perímetro Urbano, a fim de avaliar potencialidades e minimizar fragilidades. Conjuntamente com a estrutura sócio-económica (Capítulo III) define-se um espaço capaz de usufruir das “vantagens competitivas duradouras numa economia global baseada, cada vez mais, em questões tais como o conhecimento, relações e motivação que rivais distantes não podem igualar” (Porter, Michael; 1998).

Todos estes factos, devido às suas características, transformam-se em instrumentos capazes de dar respostas eficazes às constantes alterações económicas. Neste sentido, no Capítulo IV, apresenta-se a proposta da ALEB cujo objectivo prioritário passa por dinamizar as actividades económicas e o processo de inovação. Exige-se um desenvolvimento integrado e sustentado, favorecendo uma proliferação planeada das diferentes actividades económicas atendendo às especificidades do território e à economia concelhia. Fomentar um espaço mais homogéneo, inter-relacionado e ajustado aos novos imperativos do ordenamento do território e da qualificação ambiental, é uma condição fundamental para a competitividade dos sectores de actividade.

Utilizaram-se os dados do XIV Recenseamento Geral da População e o Recenseamento Geral da Agricultura – Dados comparativos 1989-1999 do Instituto Nacional de Estatística e, para a caracterização das empresas, usaram-se os dados do Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

## 1 Enquadramento Sócio-económico do Concelho

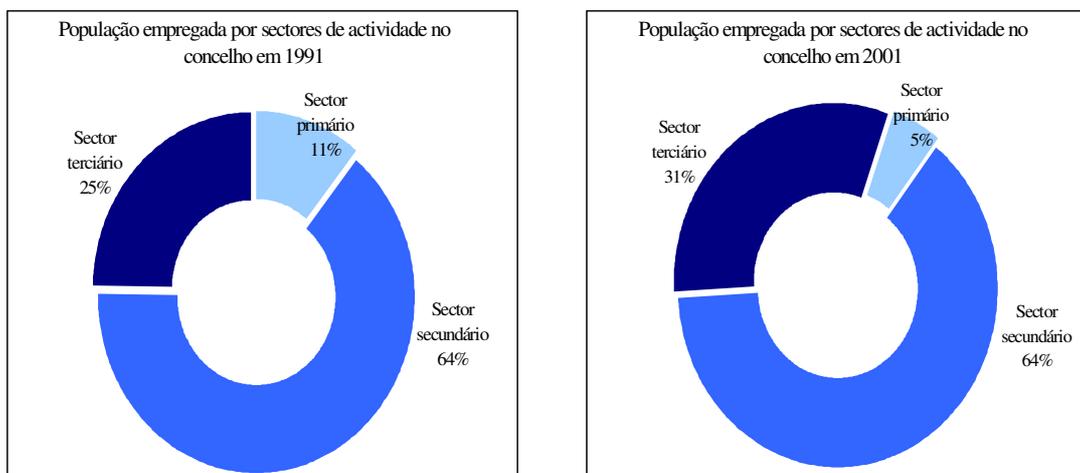
O sector de actividade mais importante no concelho é tradicionalmente o sector secundário. Efectivamente, cerca de 64% da população empregada do concelho trabalha no sector secundário, quer em 1991 quer em 2001.

Tabela 1 – Emprego por sector de actividade no concelho em 1991 e 2001.

<i>Emprego</i>	<i>1991</i>	<i>2001</i>
Indivíduos residentes empregados no sector primário	5 600	2 867
Indivíduos residentes empregados no sector secundário	33 089	37 594
Indivíduos residentes empregados no sector terciário	12 778	18 473

O sector primário perde representatividade a favor do sector terciário de acordo com as tendências de abandono das actividades agrícolas e de um desenvolvimento das actividades terciárias.

Gráfico 1 – População empregada por sectores de actividade no concelho (1991/2001).



A população empregada no sector primário representa, em 1991, 11% no concelho, diminuindo esta representatividade para 5% em 2001.

A população empregada no sector terciário representa, em 1991, 25% no concelho aumentando esta representatividade para 31% em 2001.

## 1.1 Situação no Emprego no Concelho

A estrutura da população activa indica um aumento dos indivíduos empregados de 1991 para 2001, no entanto, salvaguarda-se que o concelho apresenta uma evolução de 9,3% na taxa de crescimento da população no mesmo período.

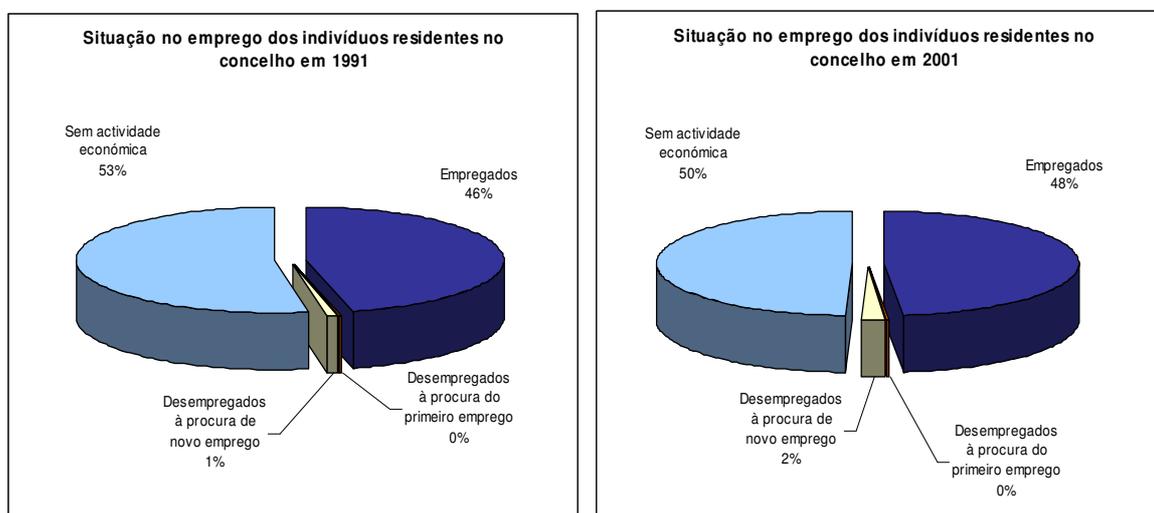
Tabela 2 – Situação no emprego no concelho em 1991 e 2001.

<i>Situação no Emprego</i>	<i>1991</i>	<i>2001</i>
Indivíduos residentes pensionistas ou reformados	16 411	17 246
Indivíduos residentes empregados	51 474	58 934
Indivíduos residentes desempregados à procura do primeiro emprego	444	454
Indivíduos residentes desempregados à procura de novo emprego	917	2 177
Indivíduos residentes sem actividade económica	58 898	60 531

Relativamente à população desempregada, regista-se, no concelho, de 1991 para 2001, uma constante representatividade dos indivíduos desempregados à procura do primeiro emprego.

Os indivíduos desempregados à procura de novo emprego aumentam no concelho, facto que pode estar correlacionado com a diminuição da taxa de emprego<sup>2</sup> de 62,1%, em 1991 para 60,5%, em 2001.

Gráfico 2 – Situação no emprego dos indivíduos residentes no concelho (1991/2001).



Em 1991, 11% da população emprega-se em actividades agrícolas, diminuindo este valor para 5% em 2001.

A indústria transformadora é a maior empregadora do concelho, ocupando 52% da população residente em 1991, diminuindo para 49% em 2001.

<sup>2</sup> Relação entre a população empregada e a população com 15 anos ou mais.

Dentro da população empregada na indústria transformadora, 74% dedica-se à indústria têxtil em 1991, diminuindo para 73% em 2001. À fabricação de produtos minerais não metálicos (essencialmente cerâmicas e olarias) dedica-se, em 1991, 9% da mesma população diminuindo, em 2001, para 8%.

Em 1991, 12% da população emprega-se na construção, aumentando esta representatividade para 14% em 2001.

O comércio, por grosso e a retalho, emprega 9% dos indivíduos residentes empregados em 1991 e 13% em 2001.

Tabela 3 – Distribuição da população empregada por Classificação das Actividades Económicas (CAE – Rev. 2).

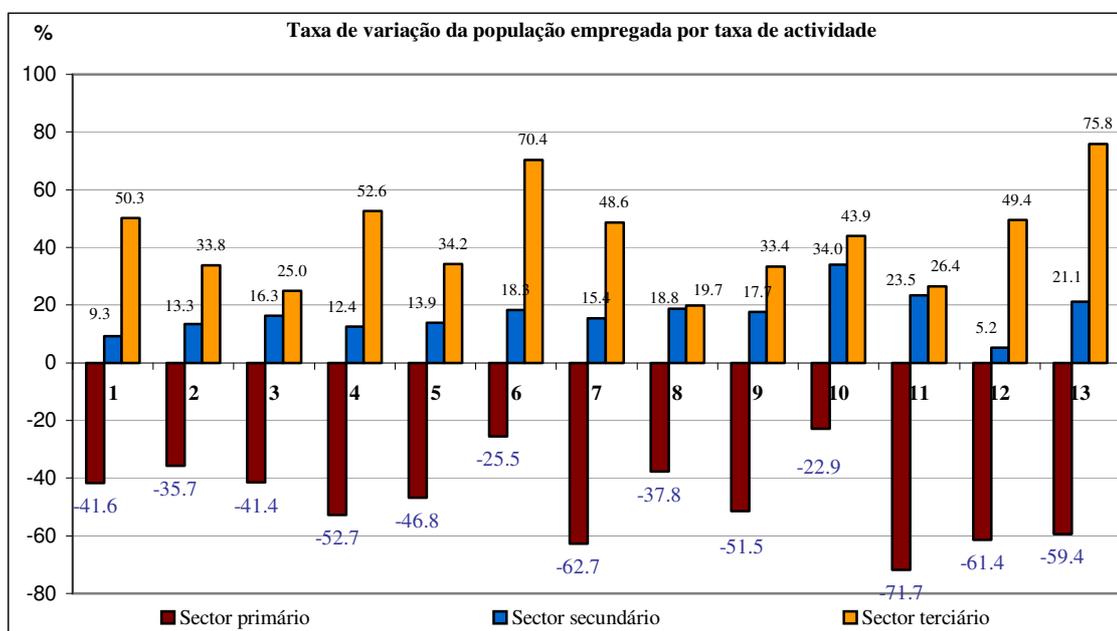
População residente empregada por ramo de actividade económica	1991	1991 %	2001	2001 %
<b>Total</b>	51467	100,0	58934	100,0
Secção A – Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	5591	10,9	2865	4,9
Secção B – Pesca	9	0,0	2	0,0
Secção C – Indústrias extractivas	83	0,2	123	0,2
Secção D – Indústrias transformadoras	26871	52,2	29127	49,4
Subsecção DA – Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	639	2,4	691	2,4
Subsecção DB – Indústria têxtil	19927	74,2	21393	73,4
Subsecção DC – Indústria do couro e de produtos de couro	635	2,4	1048	3,6
Subsecção DD – Indústrias da madeira e de cortiça e suas obras	1016	3,8	856	2,9
Subsecção DE – Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos edição e impressão	287	1,1	353	1,2
Subsecção DF – Fabricação de coque, produtos petrolíferos e combustível nuclear	5	0,0	7	0,0
Subsecção DG – Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	71	0,3	60	0,2
Subsecção DH – Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	110	0,4	245	0,8
Subsecção DI – Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	2505	9,3	2274	7,8
Subsecção DJ – Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	733	2,7	848	2,9
Subsecção DK – Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.	157	0,6	282	1,0
Subsecção DL – Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	268	1,0	367	1,3
Subsecção DM – Fabricação de material de transporte	65	0,2	136	0,5
Subsecção DN – Indústrias transformadoras, n.e.	453	1,7	567	1,9
Secção E – Produção e distribuição de electricidade, gás e água	125	0,2	214	0,4
Secção F – Construção	6010	11,7	8130	13,8
Secção G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	4806	9,3	7597	12,9
Secção H – Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	774	1,5	1458	2,5
Secção I – Transportes, armazenagem e comunicações	982	1,9	925	1,6
Secção J – Actividades financeiras	236	0,5	368	0,6
Secção K – Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	535	1,0	1172	2,0
Secção L – Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória	1568	3,0	1642	2,8
Secção M – Educação	1394	2,7	2205	3,7
Secção N – Saúde e acção social	821	1,6	1696	2,9
Secção O – Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	437	0,8	746	1,3
Secção P – Famílias com empregados domésticos	1224	2,4	663	1,1
Secção Q – Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1	0,0	1	0,0

O sector primário perde representatividade em todos os Agrupamentos a favor do sector terciário de acordo com as tendências de abandono das actividades agrícolas e de um desenvolvimento das actividades terciárias.

È no Norte do concelho que se registam os maiores valores negativos da taxa de variação da população empregada no sector primário, nomeadamente nos Agrupamentos 7, 11, 12 e 13 cujas taxas de variação variam entre -72% e -59%.

O sector terciário dilata a sua representatividade, quanto à população empregada, de uma forma heterogénea, principalmente nos Agrupamentos 4, 6 e 13. No entanto, o sector secundário assinala um aumento de representatividade mais homogéneo, destacando-se o Agrupamento 10 com uma taxa de variação de 34% (ver Gráfico 3).

Gráfico 3 – Taxa de variação da população empregada por taxa de actividade.



## 1.2 Situação no Emprego por Agrupamentos

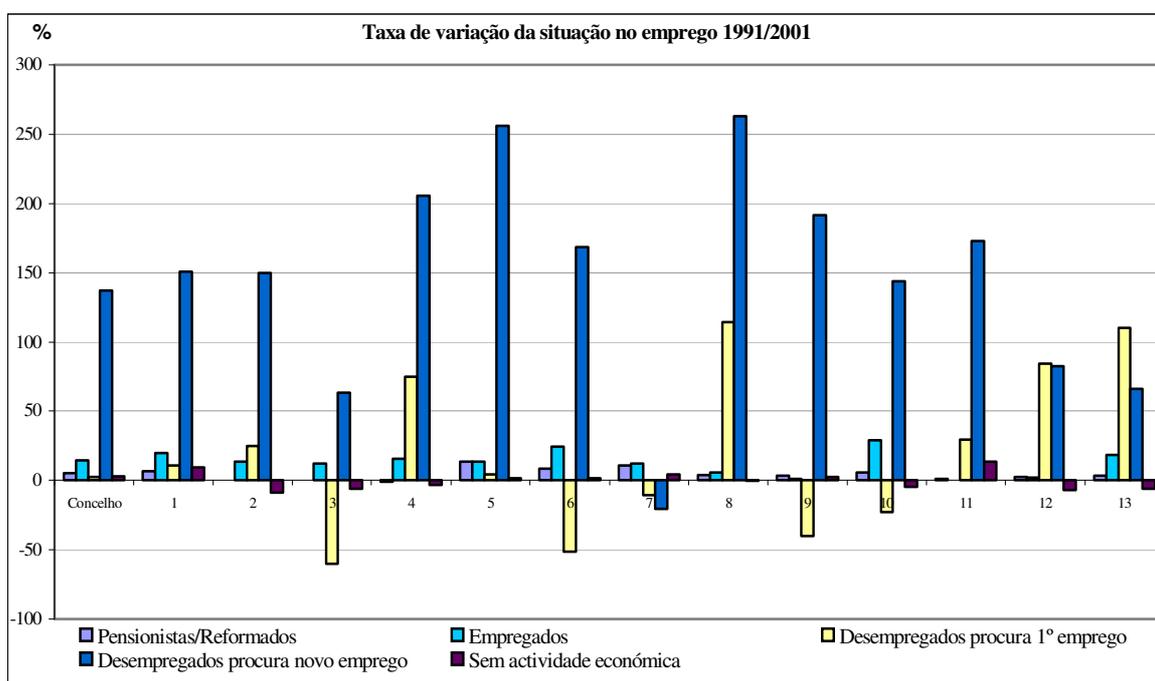
A situação no emprego da população indica um aumento acentuado da população desempregada à procura de novo emprego, uma diminuição em alguns Agrupamentos da população à procura do primeiro emprego e um aumento generalizado da população empregada bem como dos pensionistas e reformados.

Relativamente à população desempregada aumentam em todos os Agrupamentos, de 1991 para 2001, os indivíduos desempregados à procura de novo emprego com uma variação média de 137%. Exceptua-se o Agrupamento 7 que regista uma variação negativa dos desempregados.

Regista-se, no mesmo período, uma diminuição da representatividade dos indivíduos desempregados à procura do primeiro emprego, sendo que os Agrupamentos 3, 6, 7, 9 e 10 apresentam mesmo uma variação negativa. Excluem-se desta tendência os Agrupamentos 4, 8, 12 e 13 que apresentam uma taxa de variação superior a 75%.

Os indivíduos empregados aumentam, de 1991 para 2001, em todos os Agrupamentos, sendo a média do concelho de 15%. Destacam-se os Agrupamentos 1, 6, 10 e 13 cujas taxas de variação variam entre 19 e 29% (ver Gráfico 4).

Gráfico 4 – Taxa de variação da situação no emprego, por Agrupamentos (1991/2001).

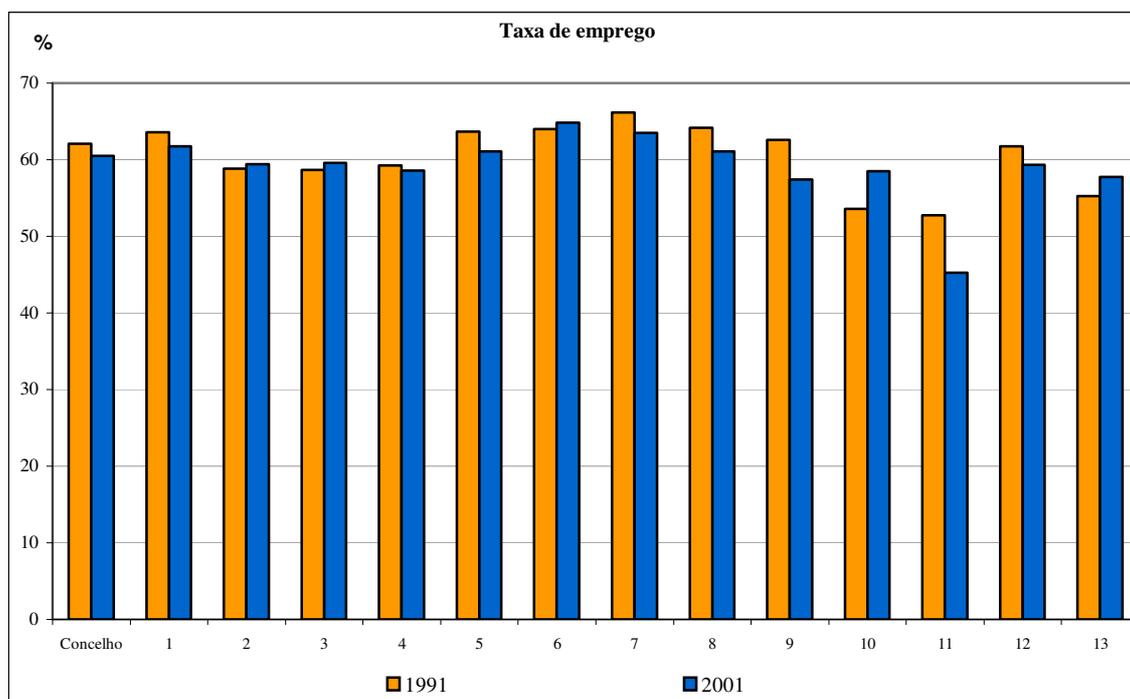


A taxa de emprego (relação entre a população empregada e a população com 15 anos ou mais) diminuiu, no concelho, de 62,1% em 1991 para 60,5% em 2001.

A maioria dos Agrupamentos apresenta uma ligeira diminuição da taxa de emprego. O Agrupamento 11 apresenta, em 1991, a taxa de emprego mais baixa do concelho diminuindo de 53% em 1991 para 43% em 2001.

Os Agrupamentos 2, 3, 6, 10 e 13 apresentam um ligeiro aumento, no mesmo período, da taxa de emprego.

Gráfico 5 – Taxa de Emprego, por Agrupamentos (1991/2001).



Os ramos de actividade económica mais importantes no concelho em 2001, em termos de população empregada, são a Indústria transformadora (Secção D), empregando 49% da população, a Construção (Secção F), empregando 14% da população e o Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis motocicletas e de bens de uso pessoal e doméstico (Secção G), empregando 13% da população (ver Anexos 1 e 2).

## 2 CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO POR SECTORES DE ACTIVIDADE

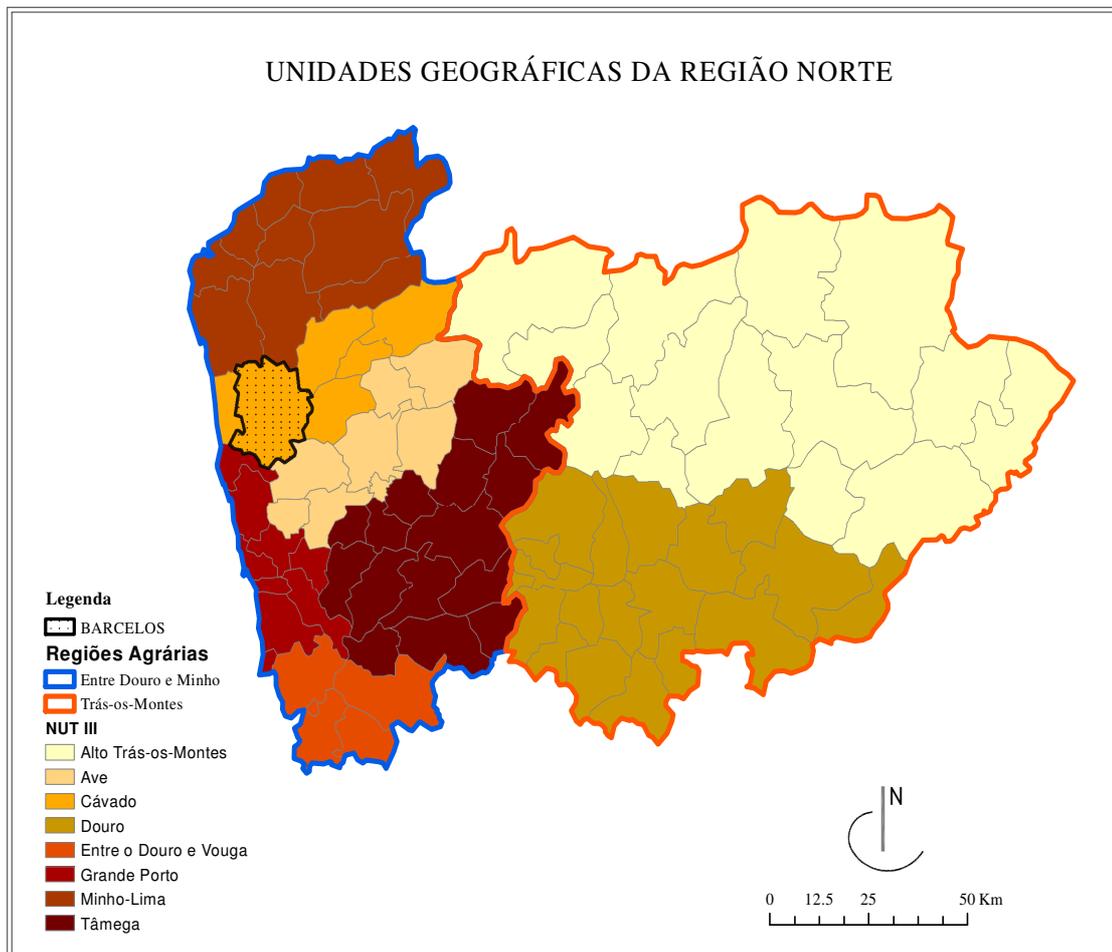
Neste capítulo apresenta-se a análise dos sectores de actividade Agrícola, Industrial e Terciário.

### 2.1 Sector Agrícola

A agricultura é um dos sectores de actividade que enfrenta grandes dificuldades, não só devido às profundas transformações ocorridas na sociedade portuguesa que se traduzem em debilidades estruturais, bem como à forte dependência dos factores físicos (condições orográficas e edafo-climáticas), os fracos rendimentos obtidos e a atroz concorrência de parceiros comunitários.

O concelho insere-se na Região Agrária Entre Douro e Minho situando-se privilegiadamente numa zona de transição em termos climáticos e com um relevo pouco acentuado, o que confere uma grande aptidão agrícola aos solos, para além de uma grande disponibilidade de água. Contudo, predominam as pequenas explorações, minifúndios, (em 1999, 67% das explorações não ultrapassam os 6 000 m<sup>2</sup>), vigora o regime de policultura e prevalece a produção para o autoconsumo e mercados locais, espelhando a fragilidade do sector.

Ilustração 1 – Unidades geográficas da região Norte.



Confrontado com os restantes concelhos da NUT II – Norte, Barcelos possui o maior número de explorações em nome de produtor singular autónomo. No entanto, o concelho tem vindo a registar um ligeiro crescimento das explorações em nome de produtor singular empresário (Agrupamentos 3, 9 e 12) confirmando uma crescente especialização e conferindo um carácter mais industrial ao sector agrícola, imperativo da economia de mercado. O empresário agrícola, tradicionalmente pouco receptivo às transformações e comercialmente pouco combativo, vai-se tornando mais dinâmico.

A acompanhar este desenvolvimento tem-se vindo a manifestar uma maior capacidade de gestão no sector. Até 1989, na maioria das explorações, apenas existiam registos subordinados às receitas e despesas de uma parte das operações ou escritos ocasionais, não sendo mesmo invulgar a total ausência total de qualquer controlo das receitas e despesas (apenas são contempladas as receitas e despesas inerentes à exploração do produtor, excluindo as do agregado doméstico). Entre 1989 e 1999 registou-se um decréscimo deste tipo de administração e verificou-se uma expansão das explorações que têm contabilidade organizada, ou seja, que comportam o registo sistemático de todas as receitas e despesas, um balanço e uma conta da exploração. A contabilidade é considerada organizada quando segue o POC, ainda que neste regulamento deva acatar-se, também, a contabilidade do RICA.

Segundo os dados do RGA – 1999, na sub-região do Cávado registou-se uma diminuição generalizada desta área (excluindo Terras de Bouro). Devido à pressão urbanística e à baixa rentabilidade do sector, o concelho passou de 41% para 32% da área total ocupada por SAU, tendo cada exploração uma área média de 3 *ha* em 1999, como se pode verificar na Tabela 4.

O número de explorações agrícolas diminuiu de 6 524 para 4 012 representando uma redução de 3 305,42 *ha* da SAU. Contudo, Barcelos detém 35% do número de explorações e 34% da SAU da NUT III – Cávado.

Tabela 4 – SAU, na NUT III entre 1989 e 1999.

Descrição	1989			1999		
	Nº expl. total	Área (ha)	Área Média por Exploração	Nº expl. total	Área (ha)	Área Média por Exploração
Amares	1509	3513.23	2.3	906	2128.08	2.3
<b>Barcelos</b>	<b>6524</b>	<b>15540.14</b>	<b>2.4</b>	<b>4012</b>	<b>12234.72</b>	<b>3.0</b>
Braga	2408	6895.17	2.9	1746	5049.95	2.9
Esposende	2391	3725.98	1.6	1321	2621.73	2.0
Terras de Bouro	1123	4619.74	4.1	756	8464.33	11.2
Vila Verde	4084	9424.52	2.3	2690	5869.6	2.2

A constituição da SAU, segundo os Gráficos 6 e 7, não sofreu alterações profundas, mantendo-se constante. O solo arável concelhio é ocupado maioritariamente (54%) por terra arável limpa, 33% por matas e florestas sem culturas sob-coberto e 9% por culturas permanentes<sup>3</sup> e 3% ocupado por

<sup>3</sup> Considerou-se a superfície utilizada bruta (incluindo passagens).

edifícios, eiras, pátios, caminhos, barragens, albufeiras e ainda jardins, matas e florestas orientadas exclusivamente para fins de protecção do ambiente ou de recreio.

É de realçar uma diminuição do solo ocupado por culturas que ocupam a terra durante um longo período e fornecem repetidas colheitas (culturas permanentes), principalmente nos Agrupamentos 8, 9 e 11. Regista-se uma progressão da SANU principalmente nos Agrupamentos 4, 5, 10 e 13, onde o solo deixa de ser explorado por razões económicas, sociais e até culturais sendo retirado do afolhamento ou rotação cultural.

Gráfico 6 – Utilização das Terras em 1989.

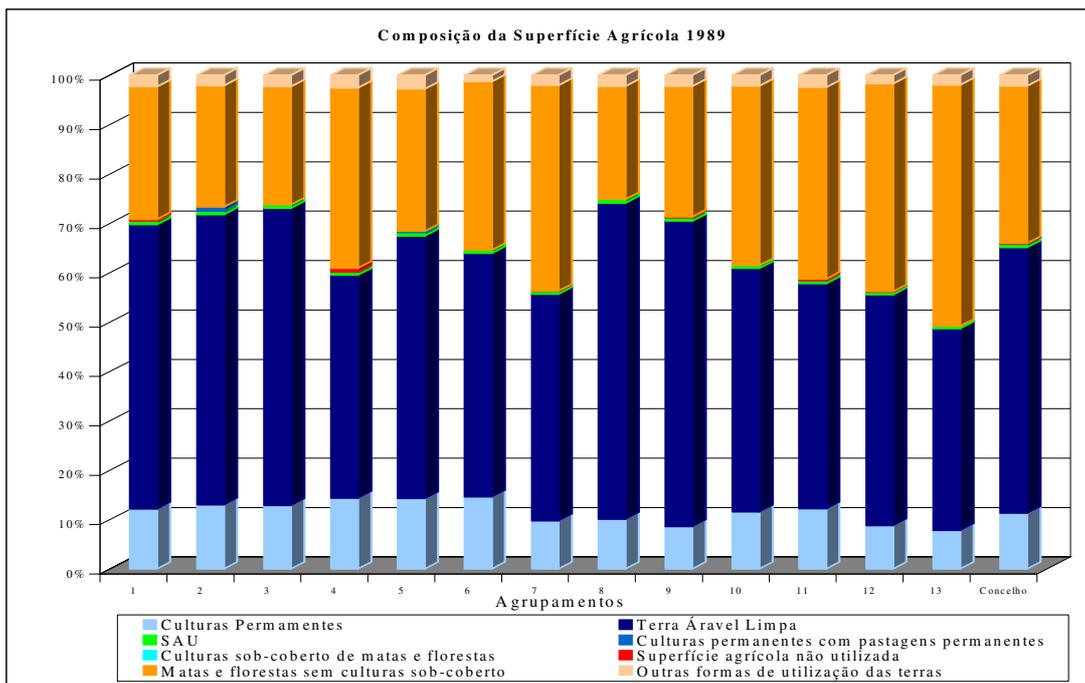
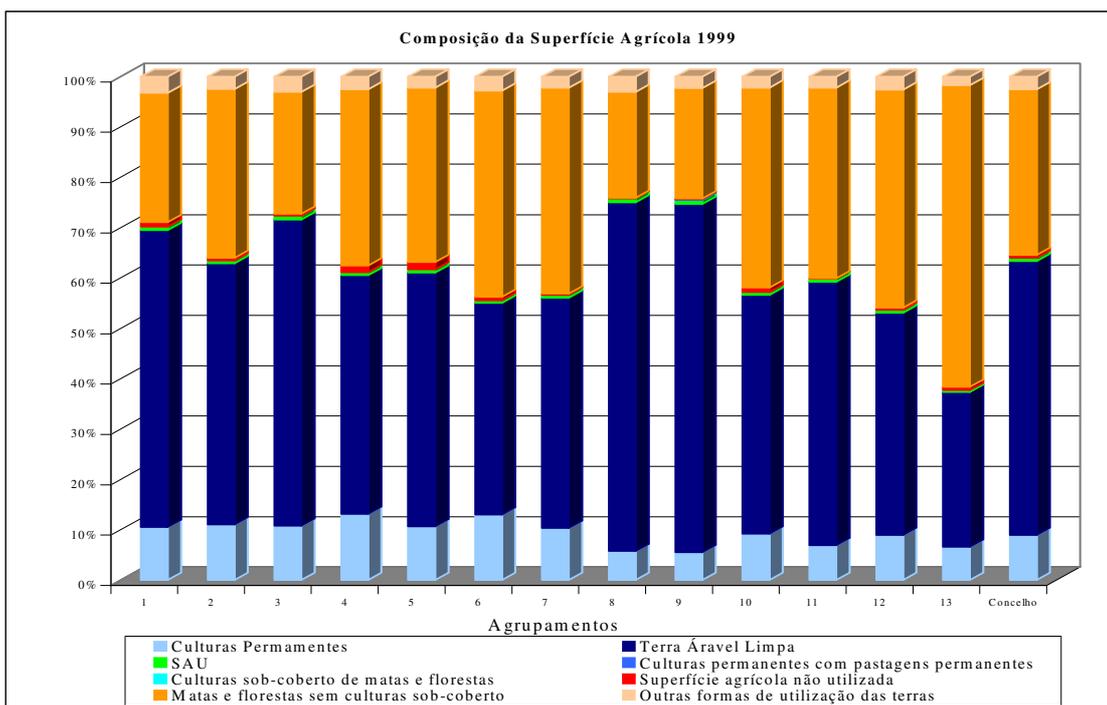
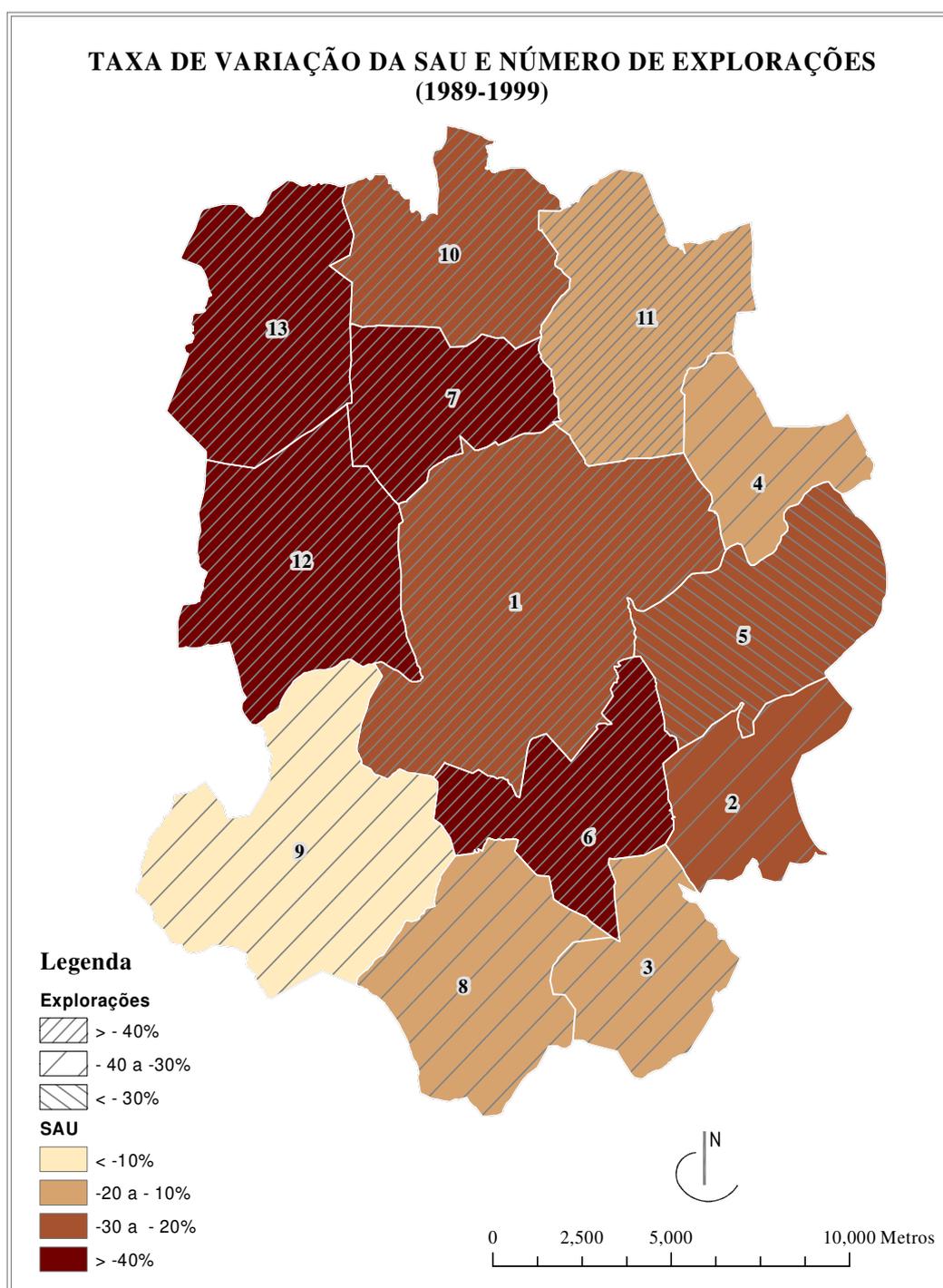


Gráfico 7 – Utilização das Terras em 1999.



A maior representatividade da SAU é no Sul do concelho, designadamente nos Agrupamentos 2 (47%), 3 (51%), 8 (59%) e 9 (41%), devido às suas características biofísicas, ampla aptidão do solo e grau de ruralidade<sup>4</sup>, justificando-se, deste modo, a ligeira redução desta superfície. Pelo contrário, os Agrupamento 6, 7, 12 e 13 a Oeste e Noroeste do concelho, assinalaram a maior perda de SAU, correspondendo ao desaparecimento de 2 512 explorações principalmente nos Agrupamentos 7, 10, e 13.

Ilustração 2 – Taxa de variação da SAU e do número de explorações entre 1989 e 1999.



<sup>4</sup> Para uma análise mais detalhada, ver relatório 3 – Espaço Rural.

Desde 1989, os Agrupamentos 1 e 9 são os que detêm o maior número de explorações, 541 e 555 respectivamente em 1999, como especifica o Tabela 5.

O número de blocos por exploração regista um acréscimo. Assim, cada exploração de 4 blocos (1989) passou a ser compostas por 5 em 1999, sendo no entanto este valor inferior à média nacional (6 blocos por exploração).

A dimensão média por bloco, no concelho, manteve-se constante correspondendo cada bloco a 6 000 m<sup>2</sup> de área agrícola, legitimando o conceito de minifúndio quer na dimensão das explorações, quer na sua dispersão o que se traduz no grau de mecanização (ver Ilustração 3).

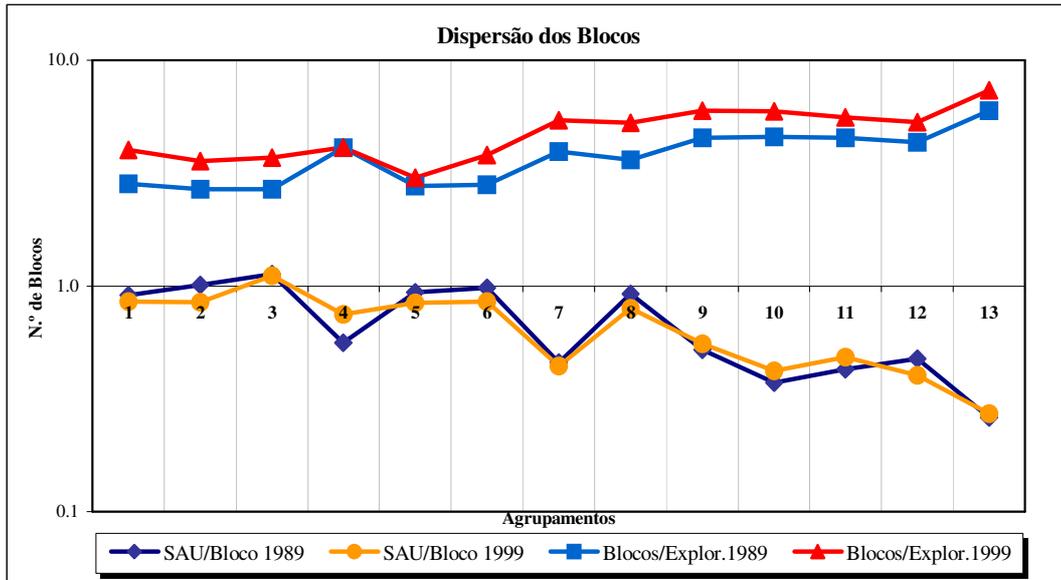
Tabela 5 – Dispersão da SAU, por Agrupamento entre 1989 e 1999.

Descrição	1989					1999				
	Nº Explor.	Área (ha)	Nº blocos	Bloc./Exp.	SAU/Bloc.	Nº Explor.	Área (ha)	Nº blocos	Bloc./Exp.	SAU/Bloc.
Agrupamento 1	907	2351,09	2579	2,8	0,9	541	1841,78	2163	4,0	0,9
Agrupamento 2	390	1055,78	1047	2,7	1,0	271	819	970	3,6	0,8
Agrupamento 3	372	1126,61	998	2,7	1,1	235	964,06	870	3,7	1,1
Agrupamento 4	249	569,58	1019	4,1	0,6	163	500,78	670	4,1	0,7
Agrupamento 5	409	1061,83	1136	2,8	0,9	319	807,06	961	3,0	0,8
Agrupamento 6	368	1009,16	1030	2,8	1,0	211	682,72	801	3,8	0,9
Agrupamento 7	296	535,41	1168	3,9	0,5	152	365,34	827	5,4	0,4
Agrupamento 8	592	1967,96	2139	3,6	0,9	399	1671,32	2103	5,3	0,8
Agrupamento 9	850	2006,46	3860	4,5	0,5	555	1837,92	3318	6,0	0,6
Agrupamento 10	458	782,91	2098	4,6	0,4	233	583,12	1389	6,0	0,4
Agrupamento 11	602	1165,86	2728	4,5	0,4	351	950,14	1962	5,6	0,5
Agrupamento 12	592	1220,15	2571	4,3	0,5	345	735,91	1830	5,3	0,4
Agrupamento 13	439	687,34	2624	6,0	0,3	237	475,57	1747	7,4	0,3
<b>Concelho</b>	<b>6524</b>	<b>15540,14</b>	<b>24997</b>	<b>3,8</b>	<b>0,6</b>	<b>4012</b>	<b>12235</b>	<b>19611</b>	<b>4,9</b>	<b>0,6</b>

Apesar de serem os Agrupamentos 8 e 9 que assinalam o maior número bruto de blocos, o Agrupamento 13 registou o maior acréscimo na quantidade dos blocos por exploração (7,4 em 1999). Contudo, estes dispõem em média 3 000 m<sup>2</sup>, devido ao condicionamento do relevo, justificando a escassez de máquinas. Desta forma, depreende-se que o nível de produtividade está fortemente correlacionado com o grau de mecanização.

No entanto, no caso do Agrupamento 13 a agricultura orienta a produção para o auto-consumo, dada a importância do sector florestal, quer na ocupação do solo, quer na economia (volume de vendas) (ver Gráfico 8).

Gráfico 8 – Distribuição do número de blocos com SAU, por Agrupamento entre 1989 e 1999.



De uma forma geral, o número de máquinas cresceu, excepto nos Agrupamentos 2 e 9, sendo os níveis de mecanização particularmente acentuados nos Agrupamentos 1, 8 e 9 onde as explorações e a dimensão dos blocos assumem proporções mais rentáveis, conferindo uma índole mais fabril e competitiva ao sector agrícola.

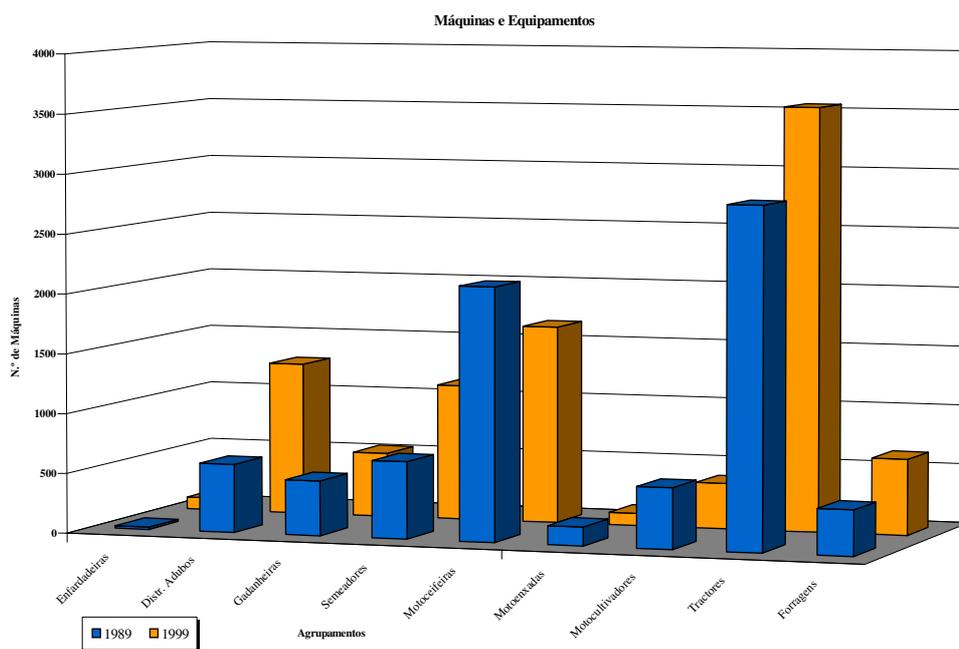
O concelho de Barcelos destaca-se, na região agrária EDM, quanto ao grau de mecanização, sobretudo ao aumento de tractores agrícolas<sup>5</sup>, equipamentos que realizam sementeira localizada<sup>6</sup>, aparelhos para espalhar mecanicamente e de forma homogénea adubo ou correctivo no terreno (distribuidores de adubos e correctivos) e máquinas destinadas a colher forragem para armazenamento da silagem.

De uma maneira geral, pode-se falar de uma agricultura moderna e especializada onde se podem encontrar exemplos de agricultura extensiva e intensiva em regimes de policultura ou monocultura. Em qualquer dos casos trata-se de um agricultura de elevados investimentos, mecanizada e especializada em que o principal objectivo é maximizar o lucro e destinando-se à comercialização.

<sup>5</sup> Todos os tractores de rodas e de rasto, de 2 eixos e mais, bem como os veículos a motor desde que sirvam como tractores agrícolas.

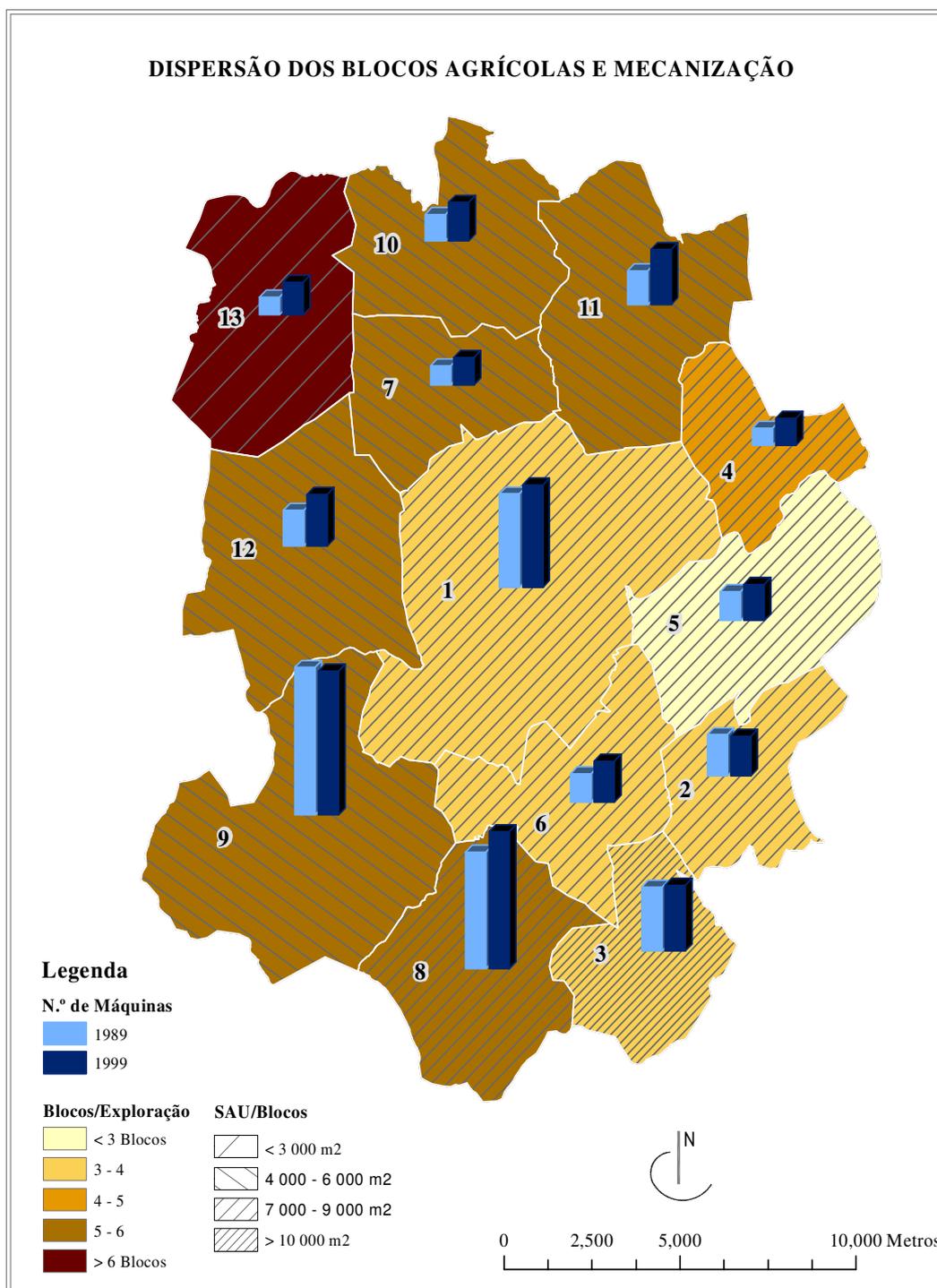
<sup>6</sup> Consideram-se os: semeadores de sementes miúdas (de prados, por exemplo) associados a rolos do tipo "culti-packer", os semeadores em linha e os semeadores monogrão.

Gráfico 9 – Número total de máquinas entre 1989 e 1999.



Este grau de mecanização pode também ser um dos factores explicativos do decréscimo de 11% (1991) para 5% em 2001 da população do concelho empregada em actividades agrícolas, correspondendo a 2 865 indivíduos. No Agrupamento 1, com características mais urbanas, em 2001 apenas 1,6% da população se emprega nesta secção. Pelo contrário, nos Agrupamentos 8 e 9 esta secção é bastante mais representativa empregando cerca de 14% da população.

Ilustração 3 – Dispersão dos blocos agrícolas por Agrupamentos e respectiva mecanização.



O vinho desde sempre esteve ligado à nossa dieta alimentar e sistema cultural. A exploração vitivinícola, para além de contribuir para a caracterização da paisagem barcelense, tem um peso considerável na sua estrutura produtiva, à imagem da economia do país. Barcelos é o concelho da Região Norte com maior área ocupada por vinha, mesmo considerando o decréscimo que sofreu de 1989 para 1999 (2 479.97 ha e 1 533.52 ha respectivamente). Cada bloco não contém mais que 1 400 m<sup>2</sup>.

Tabela 6 – Caracterização do sector vitivinícola, por Agrupamentos entre 1989 e 1999.

Descrição	1989					1999				
	Nº explorações	Nº blocos	Área	Blocos/Explorações	Área/Blocos	Nº explorações	Nº blocos	Área	Blocos/Explorações	Área/Blocos
Agrupamento 1	867	2011	367.38	2.32	0.18	505	1311	241.37	2.60	0.18
Agrupamento 2	386	935	182.9	2.42	0.20	260	652	130.72	2.51	0.20
Agrupamento 3	367	905	184.35	2.47	0.20	220	520	136.69	2.36	0.26
Agrupamento 4	245	707	125	2.89	0.18	159	382	96.7	2.40	0.25
Agrupamento 5	399	900	180.81	2.26	0.20	300	630	120.08	2.10	0.19
Agrupamento 6	356	862	218.04	2.42	0.25	200	597	144.22	2.99	0.24
Agrupamento 7	285	940	85.85	3.30	0.09	148	546	58.97	3.69	0.11
Agrupamento 8	578	1857	258.96	3.21	0.14	371	1130	122.43	3.05	0.11
Agrupamento 9	815	2714	239.32	3.33	0.09	504	1459	129.57	2.89	0.09
Agrupamento 10	450	1689	136.08	3.75	0.08	229	886	83.4	3.87	0.09
Agrupamento 11	596	2171	220.35	3.64	0.10	340	1065	86.83	3.13	0.08
Agrupamento 12	547	1677	174.55	3.07	0.10	324	925	105.9	2.85	0.11
Agrupamento 13	415	1755	106.38	4.23	0.06	220	764	76.64	3.47	0.10
<b>Concelho</b>	<b>6306</b>	<b>19123</b>	<b>2479.97</b>	<b>3.03</b>	<b>0.13</b>	<b>3780</b>	<b>10867</b>	<b>1533.52</b>	<b>2.87</b>	<b>0.14</b>

O sul do concelho, pelas condições naturais que reúne, contem a maior superfície ocupada por vinha, destacando-se o Agrupamento 1, com 241.37 ha em 1999.

Pelo contrário, no norte do concelho, o número de blocos decresceu, sendo o Agrupamento 11 o que regista a menor dimensão de blocos abrangido por vinha (900 m<sup>2</sup>). Esta situação é reflexo da orografia do concelho mas também de uma falta de coordenação no sector que conduz cada vez mais a produção para o autoconsumo, ou seja o “vinho de lavrador” que não é declarado nem certificado.

Estes factos originam várias oscilações na produção e nos rendimentos médios por ha, o que denota a falta de profissionalismo, técnicas de plantação desajustadas e pouco eficientes perante a realidade concelhia bem como a falta de associativismo dos pequenos produtores e uma incapacidade de controlo da qualidade e imagem de marca traduzindo-se na falta de competitividade do sector. Urge a necessidade de criar a figura do *agricultor empresário* como em qualquer outro sector de mercado, com a missão acrescida de gerir a natureza e a paisagem.

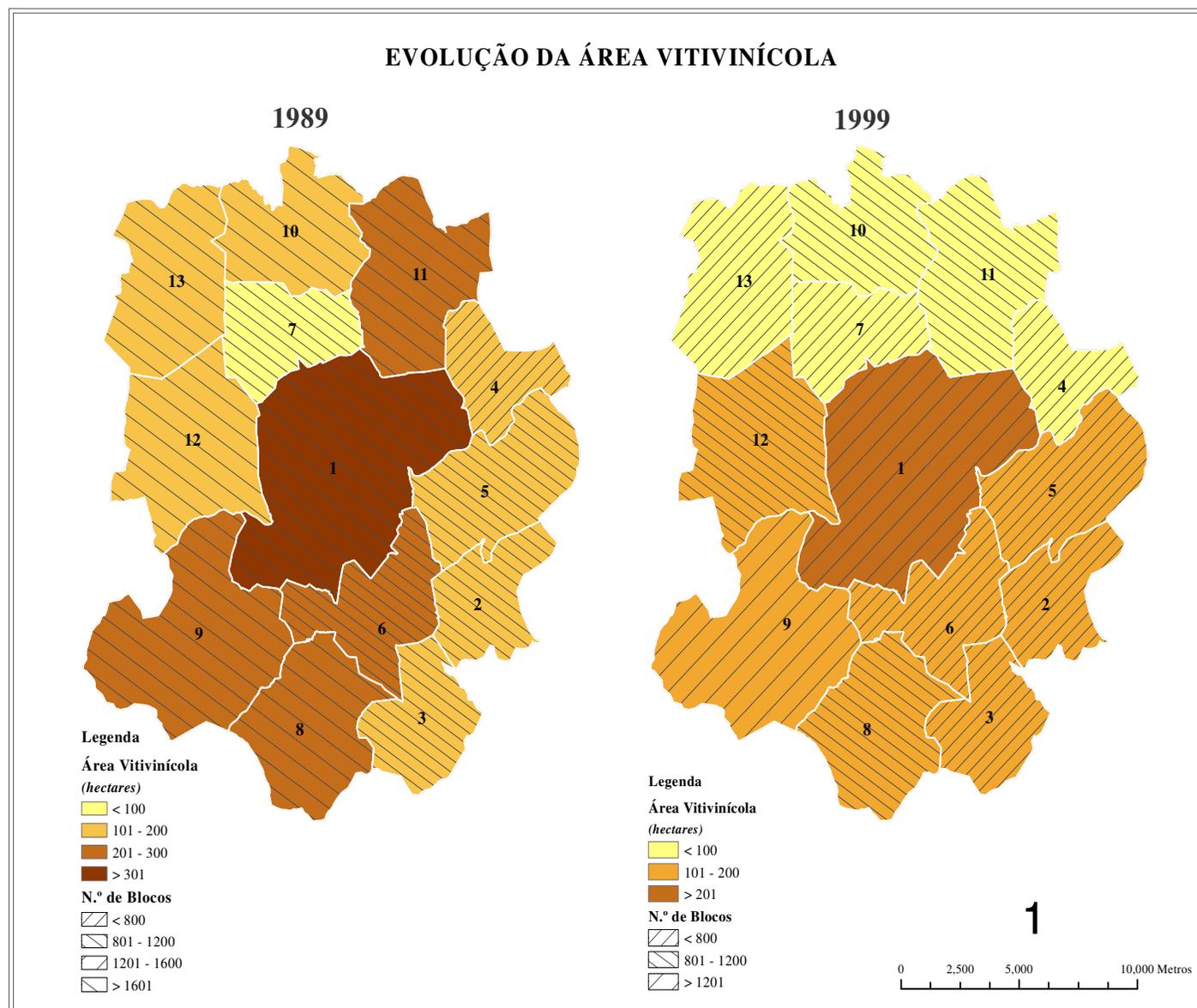


Ilustração 4 – Evolução da área vitivinícola

A criação de gado, para além de uma prática antiga, é tradicionalmente um complemento da agricultura. Contudo, as exigências alimentares da Humanidade e a melhoria das condições da exploração pecuária incentivam, cada vez mais, a criação industrial de animais e a sua transformação em produtos alimentares. Deste modo, registou-se um crescimento vertiginoso do número total de efectivos<sup>7</sup> ocupando parcialmente os incultos (áreas não cultivadas), os pousios e prados das áreas mais húmidas.

Os gados bovino e ovino registam aumentos (Barcelos detém 17% do total de bovinos da Região Norte e 64% da sub-região Cávado) que resultam do acréscimo das explorações em regime estabular e/ou semiestabular, com tecnologias mais modernas. No entanto, o sector da bovinicultura tem sofrido oscilações, fruto da política comunitária e da crise da procura. Este facto, torna indispensável uma monitorização do sector, não só por questões de saúde pública, mas pela definição de estratégias que se traduzam em competitividade, qualidade e respeito das normas comunitárias planeando, assim, qualquer conjuntura económica menos favorável no concelho.

O número de animais efectivos concentra-se nos Agrupamentos 1, 8 e 9, sobretudo o sector da bovinicultura e avicultura. Aqui o clima atinge níveis favoráveis de humidade, a agricultura fornece as plantas forrageiras e a indústria guarnece com rações, o que torna a criação de gado uma actividade rentável, cujo principal objectivo é comercializar a carne e produtos derivados. Estamos perante uma criação intensiva de gado (ver Anexo 3).

No entanto, nas últimas décadas, o sector avícola assinalou um aumento da produção (no concelho 50% dos animais são aves) dado o peso destes animais na alimentação dos portugueses, o seu pequeno porte e elevada rentabilidade, sendo os Agrupamentos 8 e 9 os seus maiores produtores.

A criação de gado caprino, apesar de não ser muito expressivo no concelho, tem vindo a aumentar principalmente nos Agrupamentos 1, 8, 11 e 13 sendo uma forma de ocupar e colmatar a diminuição das áreas cultivadas e reflorestadas.

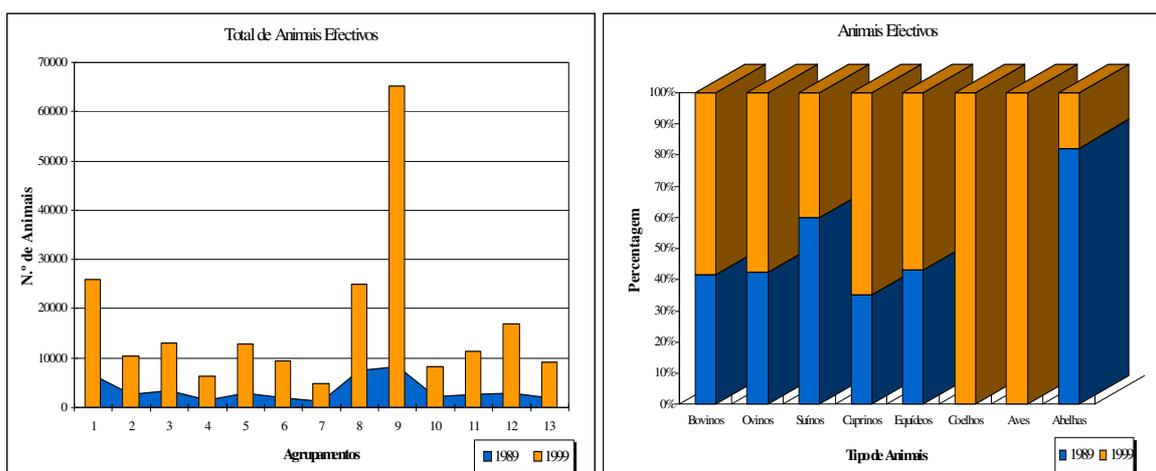
Há ainda a considerar a localização dispersa de gado suíno e abelhas o qual tem registado um decréscimo, designadamente nos Agrupamentos 1 e 7, contrariamente ao gado cavalariço, muar e asinino que se consolida sobretudo nos Agrupamentos 1 e 5.

Quanto à produção de carne constata-se que as alterações mais significativas se registam na carne de suíno, seguida da carne de bovino. Os animais de capoeira, embora com uma produção praticamente com valores constantes, ocupam também um papel importante na produção de carne a nível concelhio.

---

<sup>7</sup> Salienta-se que o RGA de 1989 não contemplou o número de aves e coelhos.

Gráfico 10 – Total de efectivos pecuários e a sua constituição entre 1989 e 1999.



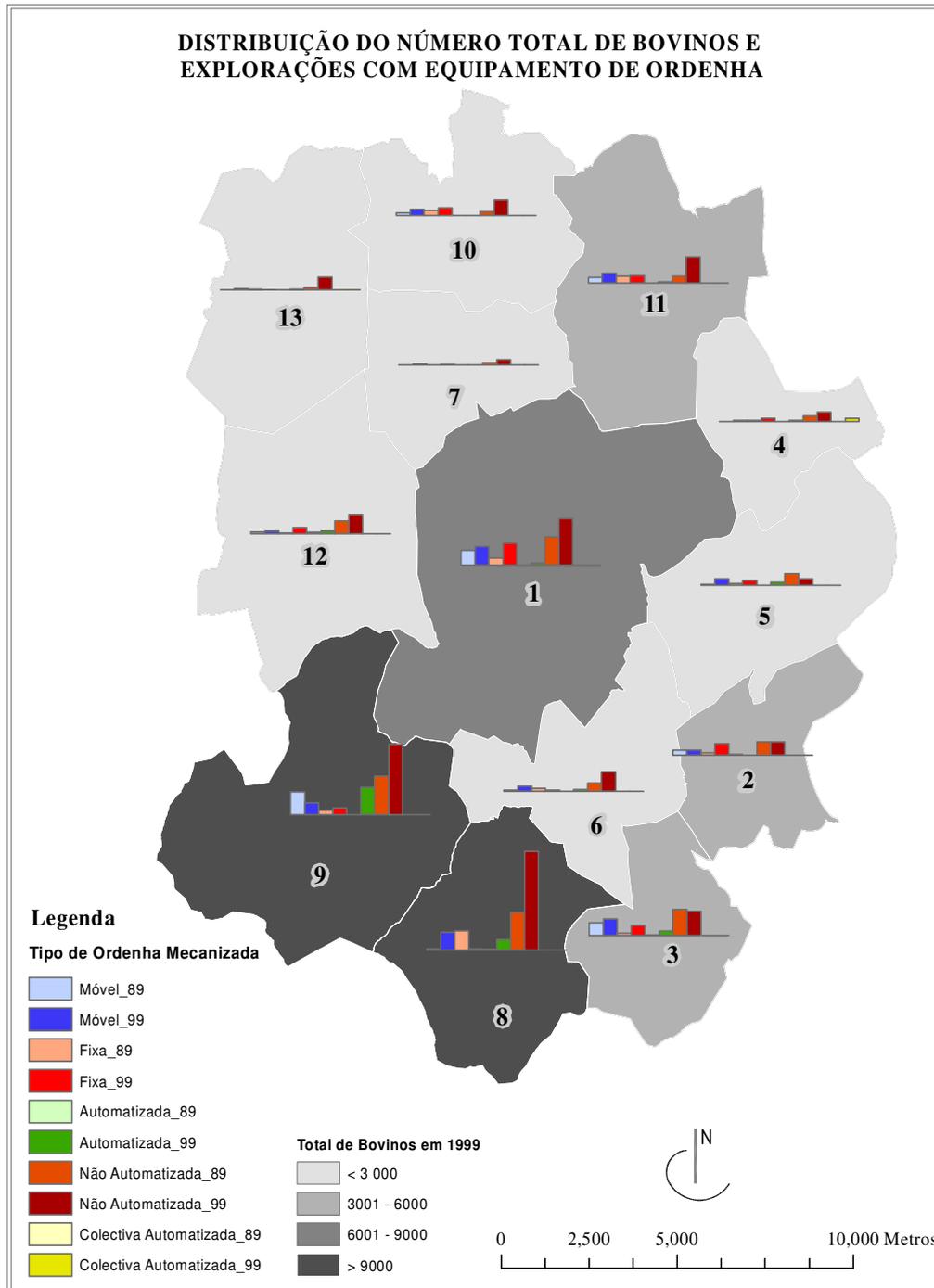
Associado à bovinicultura encontra-se a produção de leite, que ocupa uma grande proporção no PIB do concelho. Segundo a Ilustração 6 regista-se um aumento de salas de ordenha não automatizadas equipadas com sistemas fixos (Agrupamentos 1, 8 e 9) onde a ordenha é realizada mecanicamente e em simultâneo de vários animais que se deslocam exclusivamente para serem ordenhados.

Tabela 7 – Quantidade de leite recolhido pela AGROS nos concelhos de maior produção da região EDM (IDARN/Relatório de Contas da Agros 1999).

Designação	Leite recolhido (litros)	%
Total (EDM e TM)	493798389	100%
Barcelos	124274484	25%
Esposende	20521924	4%
Famalicão	36164484	7%
Vila do Conde	92897190	19%
Póvoa do Varzim	38875980	8%
Santo Tirso	24162426	5%

É de notar que no Agrupamento 9 regista-se uma maior sistematização, onde a entrada e saída dos animais é automaticamente comandada e a instalação de ordenha é desligada automaticamente quando o fluxo de leite se reduz de forma significativa. Esta sala situa-se na exploração agrícola, sendo de uso exclusivo da mesma.

Ilustração 5 – Distribuição do número total de bovinos e explorações com equipamento de ordenha.



O valor da produção agrícola constitui o PAB, durante um ano, representando hoje uma pequena parcela do valor da produção total do concelho. Assim, a produção concelhia (PIB) corresponde à soma de valores da produção dos diferentes sectores de actividade, num ano.

O sub-aproveitamento dos solos associada à irregularidade climática, bem como condicionalismos impostos à agricultura portuguesa, pela UE e indefinições de estratégias a nível nacional e concelhio, são algumas das causas responsáveis pelos baixos valores do PAB relativamente ao PIB, o que tem vindo a determinar produções inferiores ao consumo.

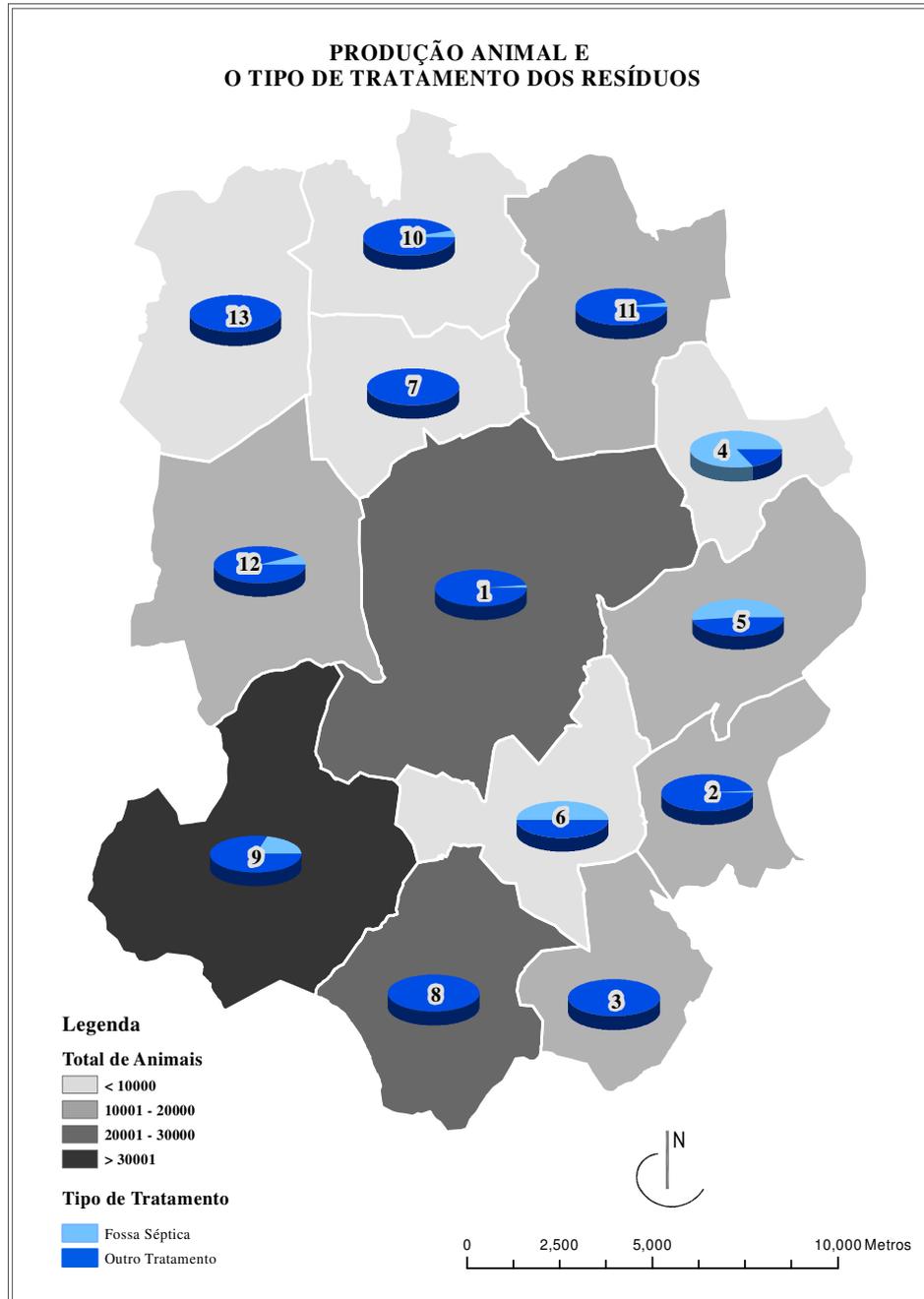
Perante as novas imposições de um desenvolvimento sustentável registou-se no intervalo do RGA uma maior preocupação do tratamento de resíduos provenientes da agricultura. Contudo, no município, os detritos provenientes do sector agrícola são tratados por dois tipos de práticas<sup>8</sup>. A primeira consiste principalmente na deposição sobre o solo, em forma de aterro sanitário ou injeção de resíduos por bombagem em poços ou depósitos naturais. A segunda forma de tratamento é através da fossa séptica cujo processo consiste num reservatório estanque enterrado no terreno onde as águas residuais se mantêm durante um certo período de tempo, suficiente para sofrerem um tratamento físico e biológico na ausência de oxigénio. Embora a capacidade de depuração de uma fossa séptica seja elevada, o efluente tratado não apresenta características que satisfaçam as exigências de qualidade relativas às normas de descarga no meio hídrico estabelecidas pela legislação nacional.

Este facto é agravado pela concentração da produção e existência animal. É de realçar o caso do Agrupamento 9, que contem mais de 65 000 animais e possui apenas 58 explorações com tratamento em fossa séptica e 243 explorações que efectuem a deposição sobre o solo.

---

<sup>8</sup> À excepção do tratamento por ETAR, lagunagem ou biogás, inexistentes no concelho.

Ilustração 6 – Relação do total de animais e o tipo de tratamento de resíduos das explorações em 1999.

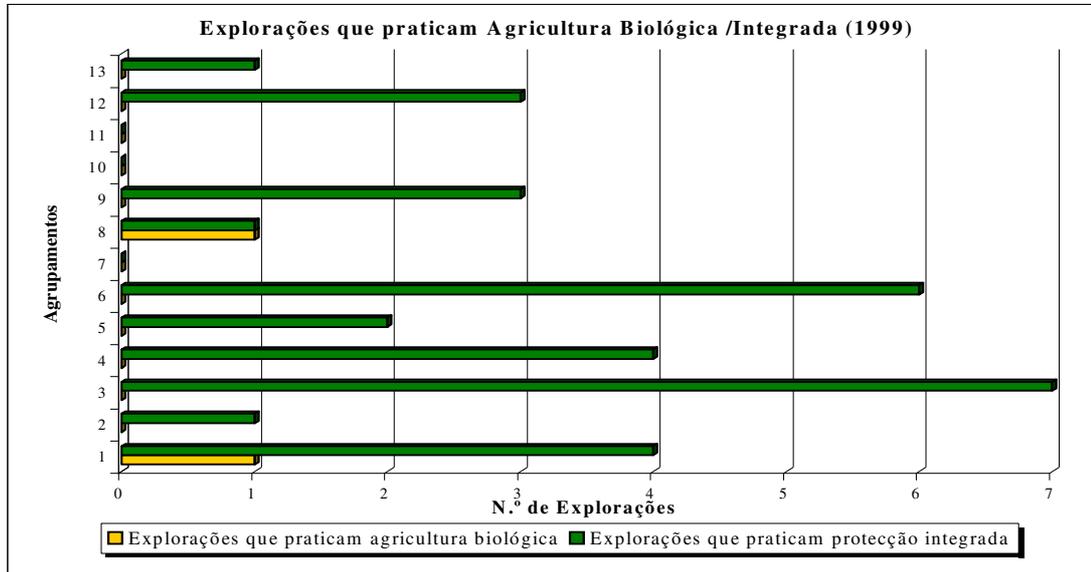


Todavia, existe uma crescente preocupação com o ecossistema pois existem já 2 explorações (Agrupamentos 1 e 8) que praticam agricultura biológica cujo sistema de produção baseia-se na interacção dinâmica entre o solo, as plantas, os animais e os seres humanos, considerados como uma cadeia indissociável, em que cada elo afecta os restantes, e que promove e beneficia a saúde do ecossistema agrícola, ao fomentar a biodiversidade, os ciclos biológicos e a actividade biológica dos solos. É conseguido através do uso de métodos culturais, biológicos e mecânicos em detrimento da utilização de materiais sintéticos.

Nos Agrupamentos 1, 3 e 6 a quantidade de explorações de protecção integrada é expressiva. Tendo por objectivo lutar contra os organismos nocivos das culturas, utilizando um conjunto de

métodos que satisfazem as exigências económicas, ecológicas e toxicológicas dando carácter prioritário às acções, fomentando a limitação natural dos inimigos das culturas e controlando as pressões económicas.

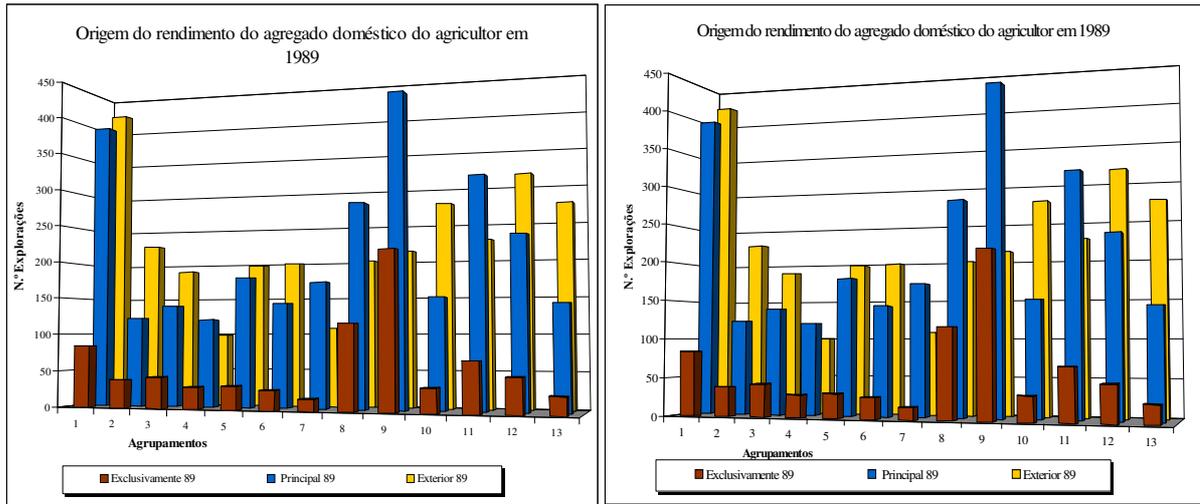
Gráfico 11 – Distribuição das explorações que praticam agricultura biológica/integrada.



A procura destes sistemas de produção, são prova que a rentabilidade e a falta de estímulos à agricultura tem diminuído. O agricultor cada vez mais complementa a actividade com outra, exterior à exploração de forma a obter outros rendimentos. Deste modo, a quantidade de explorações cujo rendimento do agregado doméstico é principalmente de origem exterior à actividade da exploração t, não tem sofrido grandes alterações.

No entanto, o número de explorações onde o agregado doméstico do produtor não dispõe de outra fonte de rendimento, isto é, o produtor e a sua família vivem exclusivamente da actividade da exploração, incluindo o rendimento proveniente da actividade florestal, tem vindo a diminuir, principalmente nos Agrupamentos 8 e 9, comprovando uma vez mais a baixa rentabilidade, produtividade e competitividade (ver Gráfico 12).

Gráfico 12 – Origem do agregado doméstico do agricultor em 1989 e 1999.

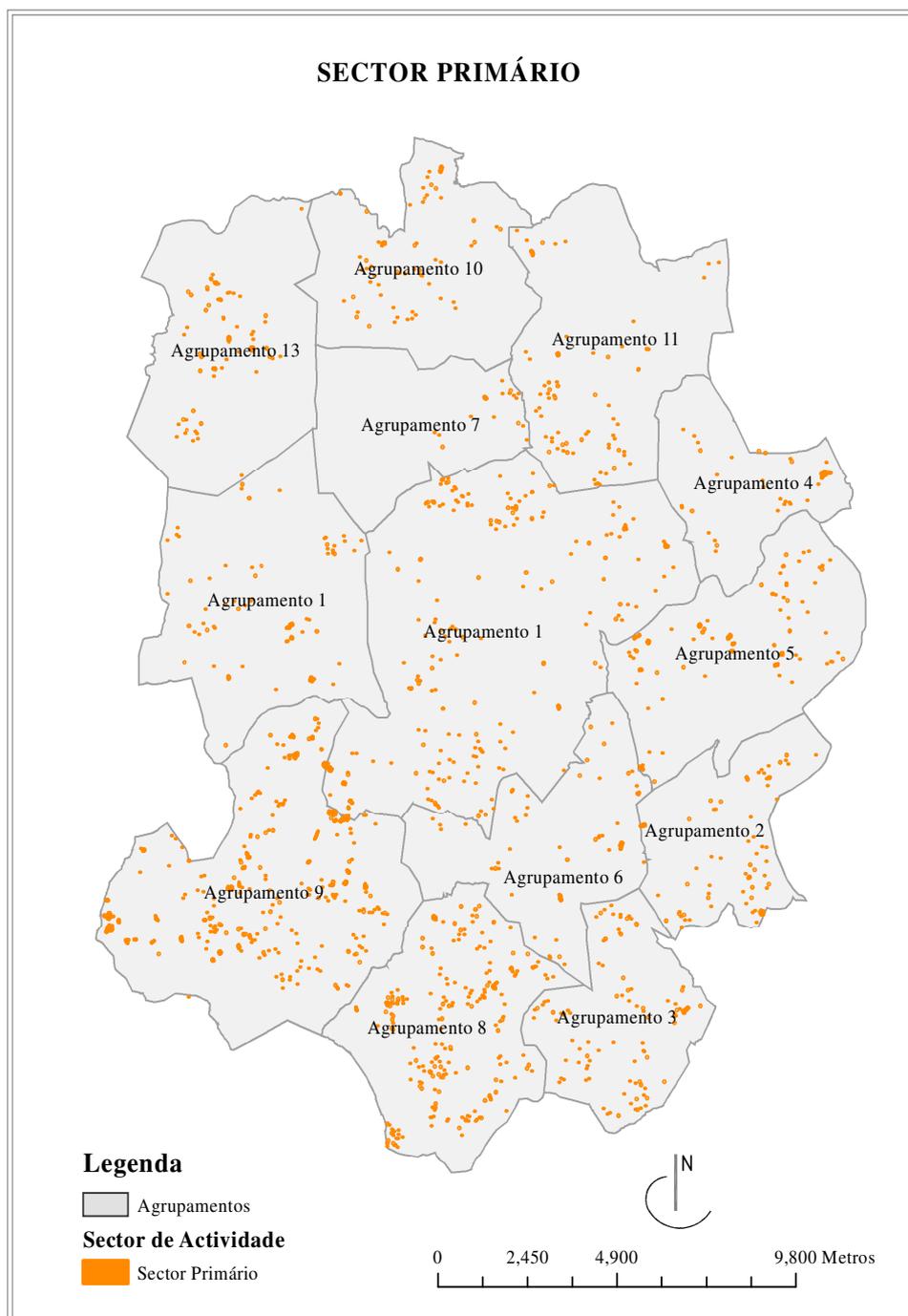


O sector primário, em tempos, chegou a ocupar um lugar privilegiado tanto na economia portuguesa como na do município. No contexto da secção A, as produções cerealíferas, florestais (eucalipto, pinheiro, carvalho e sobreiro), vinícolas e pecuária (bovinos, ovinos e suínos) são as dominantes.

Por sua vez, a pesca (secção B) praticamente não tem representatividade no concelho empregando, em 2001, apenas 2 indivíduos dos Agrupamentos 5 e 8.

As estruturas que suportam o sector agrícola estão bastante dispersas por todo o concelho, especialmente a sul do rio Cávado.

Ilustração 7 – Dispersão das estruturas que suportam o sector primário.

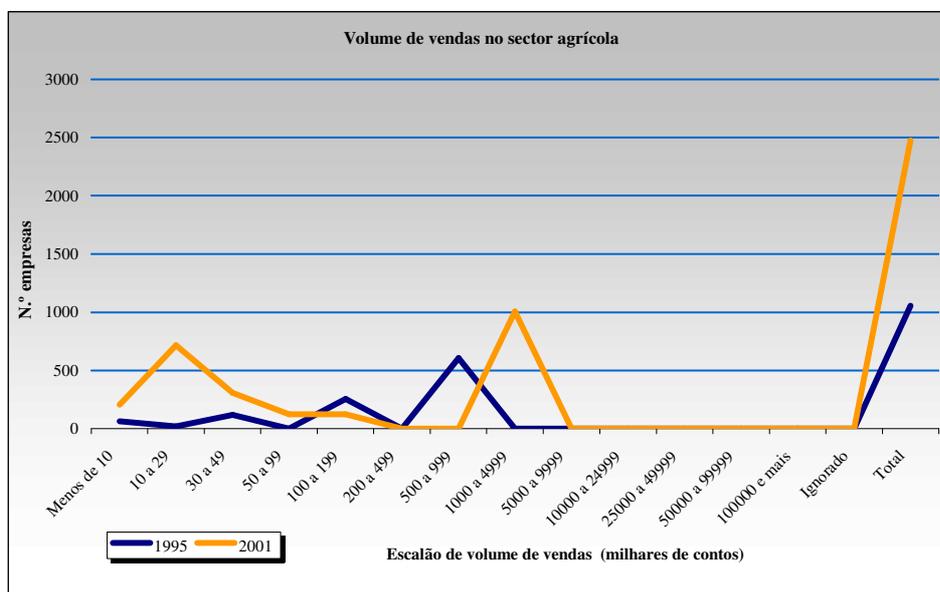


Todavia, a importância da agricultura e silvicultura no conjunto da economia tem vindo a diminuir, sobretudo ao longo dos últimos dez anos. No entanto, o complexo agro-florestal detém ainda um peso considerável na economia portuguesa, como resulta da sua contribuição para o emprego e VAB totais.

O volume de vendas em 2001 aumentou em relação a 1995, principalmente nos escalões inferiores a 10 a 99 milhares de contos. O maior volume de vendas ronda os 1 000 e 4 999 milhares de contos. No entanto, a agricultura alcançou um determinado patamar de

desenvolvimento que caracteriza-se pela dificuldade em intensificar de forma significativa volume da produção.

Gráfico 13 – Volume de vendas no sector agrícola.



A restrita margem de manobra para se alcançarem benefícios conduz, assim, a uma nova fase de desenvolvimento, que terá que assentar na transformação de natureza qualitativa da produção e na sua valorização comercial.

Tendo em conta que a actividade agrícola ocupa 32% do território barcelense, emprega 5% da população e utiliza em média, a nível nacional, 87% da água consumida (Resolução do Conselho de Ministros N.º 113/2005 1ª Série B) e, torna-se essencial a definição de estratégias que assegurem uma gestão racional e equilibrada dos recursos genéticos, do solo e da água, numa perspectiva de equidade inter-geracional, valorizando as externalidades ambientais positivas da multiplicidade de funções que as actividades agrícolas desempenham, tal como aponta a Sexta Linha de Orientação do EDNS (intitulada “integração do ambiente nas políticas sectoriais – dissociar o crescimento económico da utilização dos recursos e dos impactes ambientais”, 2000).

Existem graves debilidades estruturais, mencionadas de uma forma geral no QCA III, destacando-se aquelas que ainda são preponderantes e aplicáveis à escala de Barcelos:

- Estrutura fundiária com predomínio das pequenas e muito pequenas explorações, e fragmentação da propriedade florestal, dificultando, em muitas situações, uma produção eficiente, e conduzindo a uma fraca ligação da produção à indústria e dificuldade de inserção e afirmação no mercado;
- Abandono da actividade, com a consequente descaracterização da paisagem, conduzindo a um nível etário elevado dos produtores agrícolas, problema que é agravado pela sua baixa qualificação e formação profissional;

- Capacidade de investimento insuficiente, claramente dependente, em muitos segmentos, do sistema de incentivos;
- Dificuldade em assegurar continuidade e homogeneidade da oferta e o normal abastecimento dos mercados;
- Estreita ligação com a ciência demonstrada pela carência de raças e espécies rentáveis, sem descaracterizar o sector;
- Falta de incentivos em produtos resultantes da agricultura biológica com Denominação de Origem Controlada e Indicação Geográfica Controlada.
- Fragilidade dos sistemas de comercialização e de técnicas de prospecção de mercado, manifestando-se numa grande susceptibilidade do sector;
- Associativismo insuficiente e debilidade de alguns segmentos do sector cooperativo (vitivinícola, leiteiro, etc), de forma a reafirmar a sua posição nos respectivos sectores;
- Dificuldade de adaptação às novas condições de actividade resultantes da integração europeia, em particular à PAC e à abertura do mercado interno.

As estratégias passam por ressaltar o capital genético das especificidades tradicionais e raças autóctones, assegurando a viabilidade económica e social dos sistemas de produção agrícola, das paisagens e dos *habitats* a ela associadas, num quadro amplo de desenvolvimento rural que reabilite, valorize e potencie o sector agrícola.

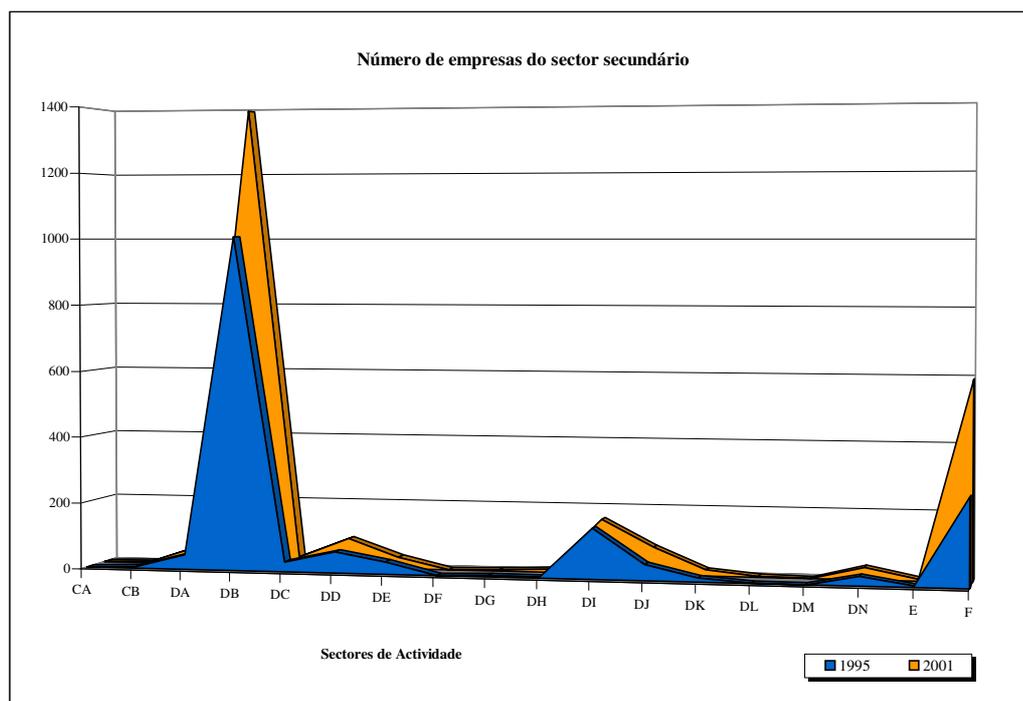
Neste quadro, torna-se indispensável reforçar a componente do desenvolvimento rural privilegiando o apoio à viabilização económica da multi-funcionalidade das explorações e dos territórios onde se inserem através de complexos agro-industriais, quintas biológicas, turismo em espaço rural, roteiros panorâmicos. Só desta forma é possível assegurar a qualidade da paisagem rural, a dinamização do sector, fixação da população e a salvaguarda das estruturas rurais delineando a identidade e património cultural do concelho.

## 2.2 Sector Industrial

A indústria assume um papel relevante no progresso do concelho. Através de uma rede de sinergias, cria-se uma fonte geradora de emprego que promove o desenvolvimento de outras actividades, investimentos e novos serviços contribuindo para o dinamismo do concelho. O sector secundário (ver Anexo 4), segundo o desenvolvimento das empresas, concentra-se sobretudo nos sectores têxtil (DB), madeira (DD), cerâmica (DI), e da construção (F) empregando no seu conjunto 55,4% da população activa.

A indústria extractiva, não tem grande representatividade no concelho, existindo desde 1995 apenas 5 empresas de pequena dimensão (em 2001 apenas uma delas tem uma dimensão de 20 a 49 pessoas). Assume pouca relevância na ocupação da população, empregando em 2001, 123 indivíduos e representando 0,2% do total da população empregada. Este facto reflecte-se no decréscimo de 447 para 117 milhares de contos do montante de vendas.

Gráfico 9 – Número de empresas do sector secundário entre 1995 e 2001.



A produção e distribuição de electricidade, que gás e água (E) ela tem também pouca expressão no concelho (Agrupamento 1) ocupando, em 2001, apenas 0,4% da população, correspondendo a 214 indivíduos.

O sector da construção, inclui a preparação dos locais (terraplanagem, demolições, etc), a edificação e actividades de acabamento, situa-se principalmente nos Agrupamentos 1, 3 e 11. Emprega 13,8% da população do concelho, correspondendo a 8 130 indivíduos. Esta actividade é,

contudo, mais representativa nos Agrupamentos 5, 10 e 13, empregando cerca de 24% da população.

A indústria transformadora (D) representa 44% do total de empresas existentes no concelho em 2001, ocupando 52% da população residente em 1991, diminuindo para 49% (29 127 indivíduos) em 2001. É no Agrupamento 1 que se localizam 49% das empresas desta secção, particularmente a Norte do rio Cávado, seguindo-se os Agrupamentos 4 e 6 com 7% e 5%, respectivamente. Os Agrupamentos 2 e 7, registam o menor número de sociedades da indústria transformadora.

Nos Agrupamentos 1, 4 e 12 o peso desta actividade é excepcional, empregando entre 53 e 58% dos indivíduos, intensificando os movimentos pendulares entre estes Agrupamentos. Pelo contrário, os Agrupamentos 9, 10 e 13 apresentam uma menor representatividade, cerca de 41% da população.

Dentro da população empregada na indústria transformadora, as subsecções mais importantes são a indústria têxtil (DB) e a fabricação de produtos minerais não metálicos (DI). Efectivamente, 74% dedica-se à indústria têxtil em 1991, diminuindo para 73% em 2001, correspondendo a 21 393 indivíduos. À fabricação de produtos minerais não metálicos (essencialmente cerâmicas e olarias) dedica-se, em 1991, 9% da mesma população diminuindo, em 2001, para 8%, correspondendo a 2 274 indivíduos.

A subsecção A, indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco cinge-se aos Agrupamentos 1 e 3, representando 2,4% da população empregada do concelho, correspondendo a 691 indivíduos. Nos Agrupamentos 2 e 3 esta representatividade é ainda maior com cerca de 5%.

Tabela 8 – Empresas do sector secundário por Agrupamentos.

Designação	Agrup 1	Agrup 2	Agrup 3	Agrup 4	Agrup 5	Agrup 6	Agrup 7	Agrup 8	Agrup 9	Agrup 10	Agrup 11	Agrup 12	Agrup 13
<b>C</b>	40.0%	0.0%	0.0%	6.7%	0.0%	6.7%	6.7%	13.3%	13.3%	0.0%	0.0%	0.0%	13.3%
<b>D</b>	49.3%	2.8%	4.0%	6.7%	5.0%	5.3%	2.6%	5.1%	5.0%	4.5%	1.8%	3.6%	4.3%
<b>DA</b>	87.5%	0.0%	12.5%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
<b>DB</b>	71.7%	0.6%	2.0%	1.7%	0.9%	2.9%	3.2%	2.0%	5.0%	3.2%	0.9%	5.0%	0.9%
<b>DC</b>	85.7%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	14.3%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
<b>DD</b>	14.8%	5.5%	7.8%	3.1%	4.7%	6.3%	4.7%	11.7%	7.8%	12.5%	4.7%	2.3%	14.1%
<b>DE</b>	57.1%	0.0%	0.0%	14.3%	14.3%	0.0%	0.0%	14.3%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
<b>DF</b>	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
<b>DG</b>	50.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	50.0%	0.0%	0.0%	0.0%
<b>DH</b>	66.7%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	33.3%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
<b>DI</b>	35.3%	1.0%	1.0%	34.3%	14.7%	4.9%	1.0%	1.0%	0.0%	1.0%	0.0%	0.0%	5.9%
<b>DJ</b>	30.6%	11.3%	11.3%	1.6%	4.8%	1.6%	3.2%	12.9%	4.8%	4.8%	4.8%	3.2%	4.8%
<b>DK</b>	28.6%	0.0%	0.0%	0.0%	14.3%	57.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
<b>DL</b>	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
<b>DM</b>	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
<b>DN</b>	18.2%	27.3%	9.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	9.1%	9.1%	9.1%	0.0%	0.0%	18.2%
<b>D*</b>	38.0%	1.3%	3.8%	5.1%	11.4%	13.9%	0.0%	6.3%	8.9%	1.3%	2.5%	6.3%	1.3%
<b>E</b>	100.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
<b>F</b>	43.6%	0.0%	15.4%	0.0%	2.6%	0.0%	5.1%	7.7%	7.7%	0.0%	10.3%	5.1%	2.6%

A indústria têxtil dissemina-se por todo concelho. No entanto, concentra-se, especialmente, no Oeste do concelho, nomeadamente nos Agrupamentos 1, 7, 9 e 12 .

Os Agrupamentos 1, 11 e 12 registam uma representatividade superior à média do concelho, variando entre os 81 e os 87% da população empregada. Pelo contrário, os Agrupamentos 2, 3 e 4 apresentam uma representatividade inferior à média do concelho, variando entre os 39 e os 48% da população empregada.

A indústria do couro e de produtos de couro (DC) predomina nos Agrupamentos 1 e 6 ocupando 3,6% da população do concelho, correspondendo a 1 048 indivíduos. Esta actividade é, porém, mais representativa nos Agrupamentos 2, 3 e 6 empregando 22%, 14% e 13% da população, respectivamente.

No Norte e Noroeste do concelho, designadamente nos Agrupamentos 1, 10 e 12, a indústria da madeira, de cortiça e suas obras (DD) estabelece as suas estruturas. Ocupa 2,9% da população do concelho, correspondendo a 856 indivíduos. Esta actividade é, no entanto, mais significativa nos Agrupamentos 8 e 10, ocupando cerca de 9% da população.

Existe um conjunto de indústrias que, pelas suas características, são pouco expressivas no concelho, quer a nível espacial, quer de ocupação da população. As indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos edição e impressão (DE), a manufactura de coque, produtos petrolíferos e combustível nuclear (DF), a fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais (DG) e a elaboração de artigos de borracha e de matérias plásticas (DH) empregam, no conjunto, apenas 2,2% da população do concelho, equivalente a 665 indivíduos. O fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas apresenta, contudo, uma maior representatividade no Agrupamento 3, empregando 5% da população.

Apesar do elevado peso da indústria têxtil, a actividade pela qual o município se destaca, tradicionalmente, é a cerâmica (DI). Concentra-se principalmente no Este do concelho, Agrupamentos 1, 4 e 5, onde a indústria se funde com o artesanato. Emprega 7,8% da população do concelho, correspondendo a 2 274 indivíduos. Todavia, esta actividade é mais expressiva nos Agrupamentos 4, 5 e 13, empregando 54, 14 e 11% da população, respectivamente.

A indústria metalúrgica de base e de produtos metálicos (DJ) dispersa por todo concelho, prevalece nos Agrupamentos 1, 2, 3 e 8. Emprega 2,9% da população do concelho, correspondendo a 848 indivíduos. Esta actividade é, no entanto, mais representativa nos Agrupamentos 5 e 7, empregando 4,8 e 5,7% da população, respectivamente.

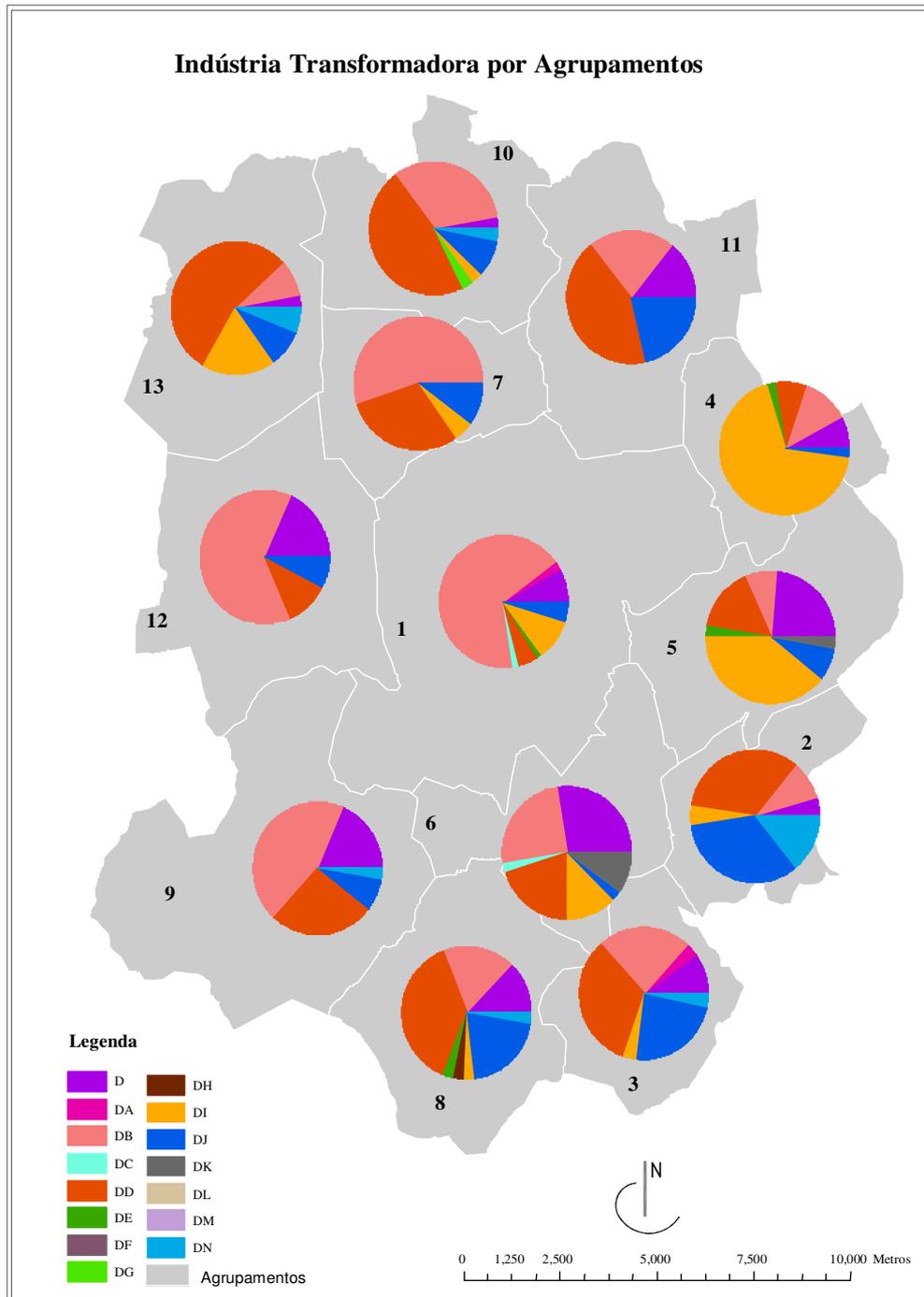
A fabricação de máquinas e equipamentos (DK) cinge-se aos Agrupamentos 1, 5 e 6. Emprega 1% da população do concelho, correspondendo a 282 indivíduos. Esta actividade é contudo mais representativa nos Agrupamentos 3 e 13, empregando 5,5 e 2,7% da população, respectivamente.

As secções DL e DM são inexistentes. Todavia, a primeira emprega 1,3% da população do concelho, correspondendo a 367 indivíduos. Esta actividade é contudo mais representativa nos Agrupamentos 3 e 13, empregando 5,5 e 6,7% da população, respectivamente.

A fabricação de material de transporte (DL) emprega 0,5% da população do concelho, correspondendo a 136 indivíduos. Esta actividade é, no entanto, mais representativa no Agrupamento 13, empregando 3,4% da população, o que denota um movimento pendular (casa-trabalho-casa) exterior ao concelho.

Relativamente a outras indústrias transformadoras (DN), a representatividade no concelho é de 1,9% da população, correspondendo a 567 indivíduos. Porém, esta actividade é mais representativa nos Agrupamentos 2 e 3, empregando 6,4 e 6,7% da população, respectivamente. As suas estruturas situam-se principalmente nos Agrupamentos 1, 2 e 13.

Ilustração 8 – Indústria transformadora por Agrupamentos (Número de empresas).

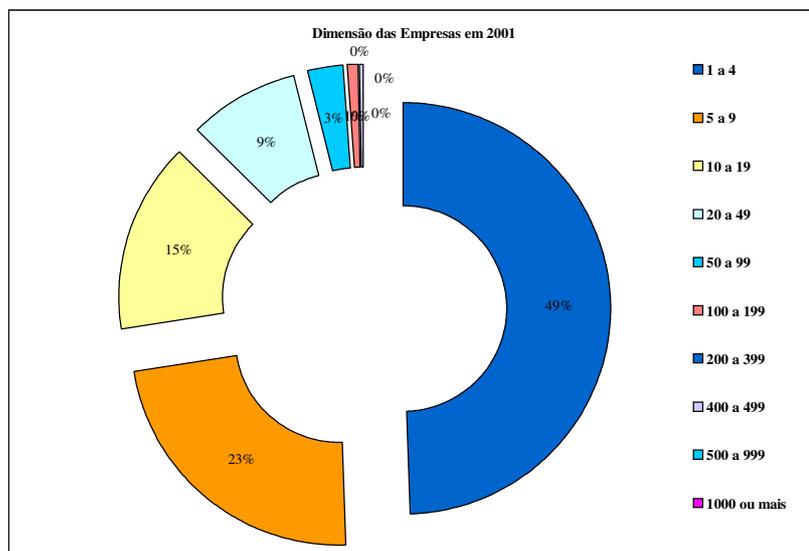


As indústrias designadas por D\*, são todas aquelas que apesar de um levantamento exaustivo realizado pela equipa da Revisão do PDM, não foram especificamente classificadas por

subsecção. Estas proliferam sobretudo no Agrupamento 1, confirmando o conceito de “*mono-indústria*” e a fragilidade e falta de estruturação no sector industrial.

Deste modo, a especificidade territorial e cultural de Barcelos projecta-se numa indústria com dimensão moderada, visto que 72% das empresas não empregam mais do que 9 pessoas. Efectivamente, a maior parte dos estabelecimentos industriais são de pequena dimensão, pois quase 50% das empresas existentes em 2001 assumem uma dimensão de 1 a 4 pessoas. Contudo, isto não impede que a indústria prospere e, em especial, se associe para enfrentar a concorrência e se organizar perante os mercados em que possa competir. De facto, são as PME que suportam e dinamizam a estrutura produtiva de muitas regiões em Portugal.

Gráfico 14 – Dimensão das empresas, segundo o número de pessoas, em 2001.



Sendo a indústria têxtil a mais representativa no concelho, é predominante em quase todas as dimensões em 1995. No entanto, no período entre 1995 e 2001 o sector da construção (F) adquiriu uma maior representatividade no concelho, verificando-se uma diversificação da dimensão das sociedades construtoras. Apesar de ser um sector que assenta numa mão-de-obra intensiva, 54% das empresas são constituídas por 1 a 4 pessoas. Este facto indica a importância da sub-contratação e da mão-de-obra ilegal neste sector de actividade.

Outro facto a realçar, no mesmo período, é o acréscimo de 390 para 647 empresas têxteis na classe de 1 a 4 pessoas (ver Anexo 5). Contudo, esta característica pode constituir um entrave à modernização do sector, pois a apesar da capacidade de diversificação das PME, esta dimensão pode não suportar os custos da inovação, perdendo competitividade e vulnerável às mutações de mercado.

A cerâmica (DI) assenta a sua estrutura sobretudo entre 1 a 4 pessoas, distribuindo-se principalmente nos 4 primeiros escalões definidos pelo DEEP (41% - 1 a 4 pessoas, 28% - 5 a 9 pessoas, 19% - 10 a 49 pessoas e 10% - 50 a 99 pessoas).

No caso da indústria de couro, ao contrário de todas as outras indústrias, a dimensão média de 5 a 9 pessoas, apresentando, em 2001, a única empresa com 1000 ou mais pessoas (Empresa Gabor).

Gráfico 15 – Dimensão das empresas, no concelho em 1995.

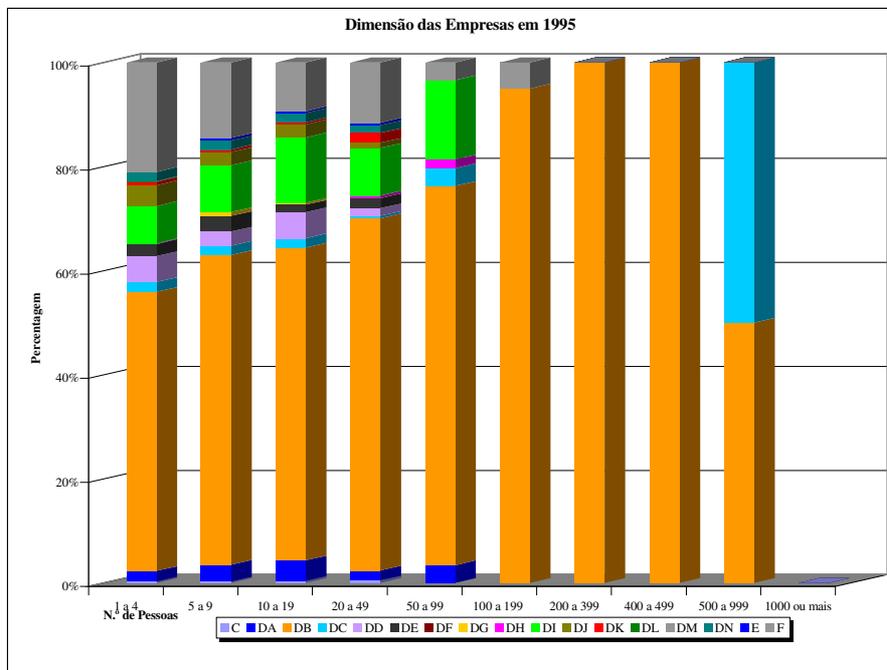
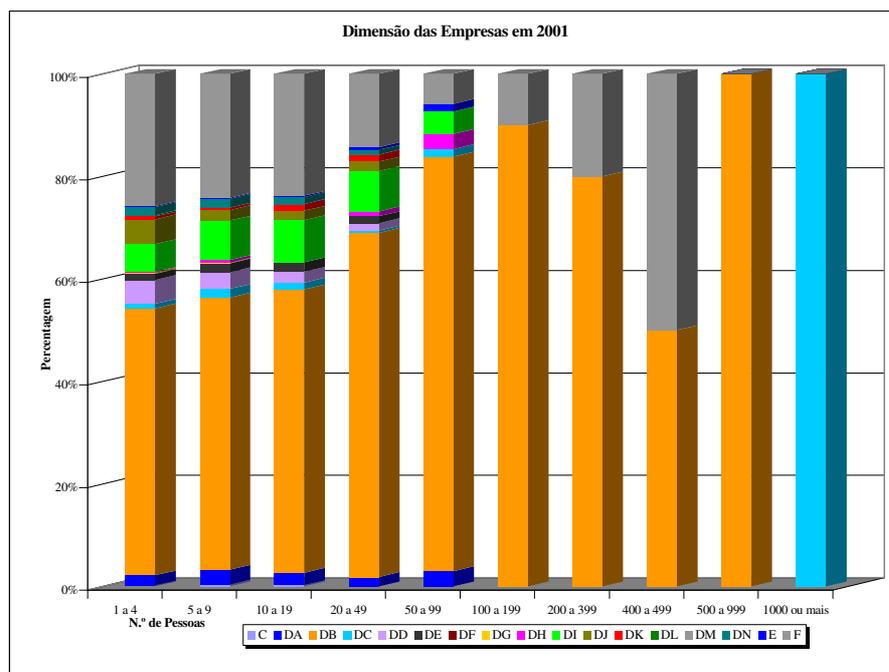


Gráfico 16 – Dimensão das empresas, no concelho em 2001.



### 2.2.1 A qualidade do espaço industrial: parques industriais, empresariais e tecnológicos

Para além das novas tecnologias, infra-estruturas e serviços, existem factores de competitividade que determinam a organização dos parques e da indústria e que estabelecem a sua rentabilidade e, uma vez que condicionam os preços a praticar pelas empresas, os custos que têm de suportar e o investimento necessário para actuar. As empresas posicionam-se de forma a que as suas capacidades proporcionem a melhor situação face ao conjunto.

Deste modo, o espaço industrial é objecto de análise, pois este além de suporte físico das indústrias tem características específicas que determinam, em larga medida, o funcionamento e os resultados da empresa. Com efeito, “a produção é um processo intrinsecamente localizado” (Becattini, 1995). Cada território transpõe para o acto de produzir a sua estrutura natural, a sua organização social, os seus recursos e os seus condicionalismos que, especificamente combinados, irão dar diferentes respostas às alterações tecnológicas e ao aumento da concorrência dos mercados. Estas reacções funcionam como mecanismos de adaptação produtiva e territorial a esses desafios.

O espaço industrial total representa apenas 1,3% (4,754 Km<sup>2</sup>) da área do concelho, sendo que 37% deste concentra-se no Agrupamento 1, 19% no Agrupamento 5 e 10% no Agrupamento 6.

Os Agrupamentos 2, 7 e 10 são aqueles que registam menores áreas de espaços industriais, 0,4%, 0,8% e 0,9% respectivamente.

Gráfico 17 – Área dos espaços industriais por Agrupamentos.

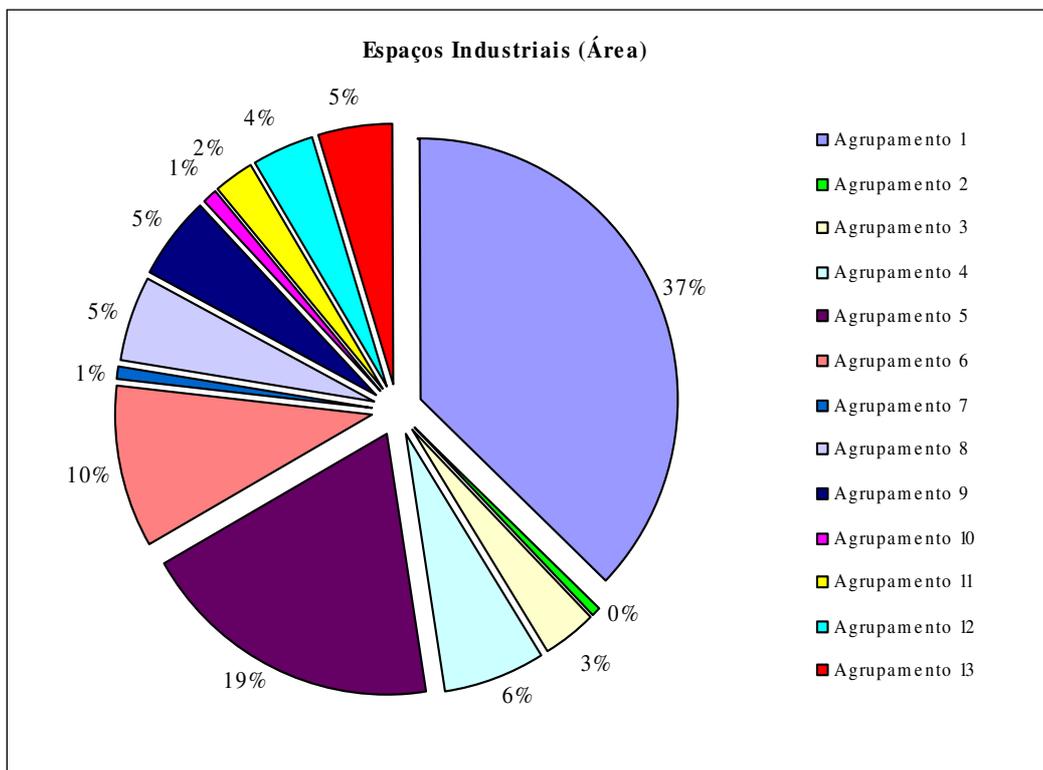


Tabela 9 – Área dos espaços industriais por Agrupamentos.

Agrupamentos	Espaço Industrial (m2)	%	Agrupamento (m2)	%
<b>Agrupamento 1</b>	1.773.637,77	37,3%	62.511.106,16	2,8%
<b>Agrupamento 2</b>	16.981,36	0,4%	17.483.517,11	0,1%
<b>Agrupamento 3</b>	160.484,46	3,4%	18.721.762,83	0,9%
<b>Agrupamento 4</b>	301.092,44	6,3%	15.506.081,72	1,9%
<b>Agrupamento 5</b>	921.084,27	19,4%	27.830.798,89	3,3%
<b>Agrupamento 6</b>	473.431,13	10,0%	23.378.555,10	2,0%
<b>Agrupamento 7</b>	39.688,77	0,8%	19.087.437,12	0,2%
<b>Agrupamento 8</b>	243.330,39	5,1%	28.397.474,08	0,9%
<b>Agrupamento 9</b>	260.151,25	5,5%	44.912.846,92	0,6%
<b>Agrupamento 10</b>	40.963,47	0,9%	25.213.128,12	0,2%
<b>Agrupamento 11</b>	114.022,47	2,4%	31.539.196,78	0,4%
<b>Agrupamento 12</b>	182.391,50	3,8%	34.400.300,52	0,5%
<b>Agrupamento 13</b>	227.586,75	4,8%	29.928.709,25	0,8%
<b>Total</b>	<b>4.754.846,03</b>	<b>100,0%</b>	<b>378.910.914,61</b>	<b>1,3%</b>

No entanto, um dos principais problemas de localização industrial com que se defronta a gestão municipal, já diagnosticado no anterior PDM, prende-se com a falta de uma política de localização que seja capaz, de forma clara, de criar um conjunto de regras de simples entendimento que ordenem mais eficazmente a distribuição dos estabelecimentos industriais.

Desta forma, existem 192 espaços industriais no concelho, em que:

- o menor espaço industrial tem uma área de 234,47 m<sup>2</sup> (Lama);
- o maior espaço industrial tem uma área de 493 824,17 m<sup>2</sup> (Pousa/Martim);
- os espaços industriais têm uma área média de 24 748,95 m<sup>2</sup>;
- 76% dos espaços industriais têm uma área inferior à média;
- 75% dos espaços industriais contêm indústrias;
- 69% têm indústrias num raio de 50 m;
- 74% têm indústrias num raio de 100 m;

Existem 823 indústrias (estruturas industriais) no concelho, das quais:

- 33% estão contidas em espaços industriais;
- 59% não se encontram inseridas em espaço industrial;
- 4% localizam-se num raio de 50 m dos espaços industriais;
- 4% localizam-se num raio de 100 m dos espaços industriais;

Perante estes valores, é substancial identificar o espaço onde a indústria se localiza. Desta forma, foi criada uma base de dados em Access de modo a explorar a dinâmica de cada espaço industrial (Anexo 15).

Assim, após uma identificação do espaço, são discriminadas as características do local, tais como a área total e o espaço construído, a existência de infra-estruturas essenciais ao funcionamento de qualquer empresa, a sua inserção paisagística/urbanística e a tipologia de empresas que aí exercem actividade. Caracteriza-se igualmente a acessibilidade<sup>9</sup>, um factor importante na localização das empresas e a distância a equipamentos e serviços de forma a qualificar o espaço industrial. Estes dois pontos são calculados através das vias de comunicação que reúnem, minimamente, condições de mobilidade<sup>10</sup>.

Os espaços industriais foram classificados em três níveis, I, II e III, sendo que:

- Nível I – Áreas de localização empresarial e parques empresariais, onde se permite a instalação de indústrias do tipo II, III e IV;
- Nível II – Zonas industriais existentes ou propostas infra-estruturadas que foram objecto de loteamento industrial, minimamente planeadas e projectadas, onde se permite a instalação de indústrias do tipo III e IV;
- Nível III – Abrange áreas de indústria existente com presença significativa no território e destinam-se à sua ampliação e manutenção, onde se permite a instalação de indústrias do tipo III e IV.

Tabela 10 – Espaços industriais por níveis de análise.

Agrupamento/Tipo	Tipo I	Tipo II	Tipo III	Total
Agrupamento 1	0	5	73	<b>78</b>
Agrupamento 2	0	0	1	<b>1</b>
Agrupamento 3	0	0	10	<b>10</b>
Agrupamento 4	0	0	42	<b>42</b>
Agrupamento 5	3	0	6	<b>9</b>
Agrupamento 6	1	1	7	<b>9</b>
Agrupamento 7	0	0	3	<b>3</b>
Agrupamento 8	0	2	8	<b>10</b>
Agrupamento 9	0	1	7	<b>8</b>
Agrupamento 10	0	0	7	<b>7</b>
Agrupamento 11	0	0	7	<b>7</b>
Agrupamento 12	0	0	5	<b>5</b>
Agrupamento 13	0	1	2	<b>3</b>
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>178</b>	<b>192</b>
<b>Área (m2)</b>	<b>1.129.304,73</b>	<b>1.066.673,29</b>	<b>2.558.868,01</b>	<b>4.754.846,03</b>
<b>%</b>	<b>24%</b>	<b>22%</b>	<b>54%</b>	<b>100%</b>

<sup>9</sup> No ponto acessibilidade, quando se refere aeroporto trata-se do Aeroporto Sá Carneiro; área logística: TER TIR; porto de mar: Porto de Leixões; canal fluvial navegável: Porto.

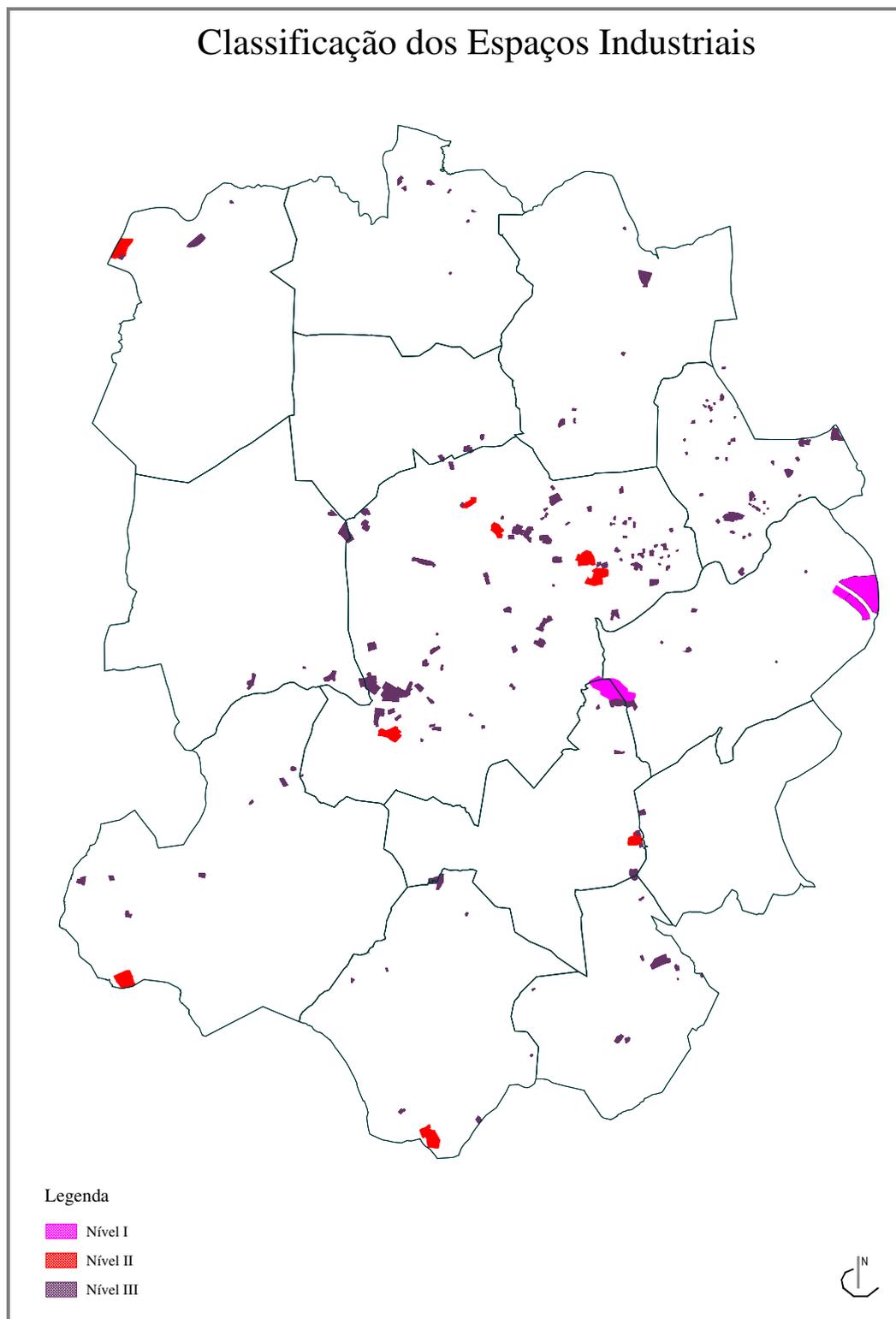
<sup>10</sup> Na acessibilidade, considerou-se o IC14, incluindo o nó com Esposende.

Desta forma, observa-se que a maioria dos espaços industriais pertencem ao Nível III, ou seja, 54% do espaço industrial existente no concelho destina-se à subsistência de indústrias existentes e na maioria das vezes carece de infra-estruturas essenciais ao seu dinamismo. Este tipo de espaço dissipa-se por todo o concelho, concentrando-se essencialmente nos Agrupamentos 1 e 4.

Os espaços industriais de Nível II (22%) gozam de um planeamento antecipado e de um considerável conjunto de infra-estruturas, encontrando-se principalmente no Agrupamento 1, confirmando o seu dinamismo e rentabilidade.

Por sua vez, os espaços industriais de Nível I representam 24% do espaço industrial concelhio, o que permite o planeamento de unidades cuja instalação visa o desenvolvimento tecnológico industrial. Estes espaços, dispoem de áreas de terreno necessárias para o seu desenvolvimento e expansão, bem como, a oferta de infra-estruturas e serviços de apoio às empresas, de forma a beneficiar das sinergias que possam existir.

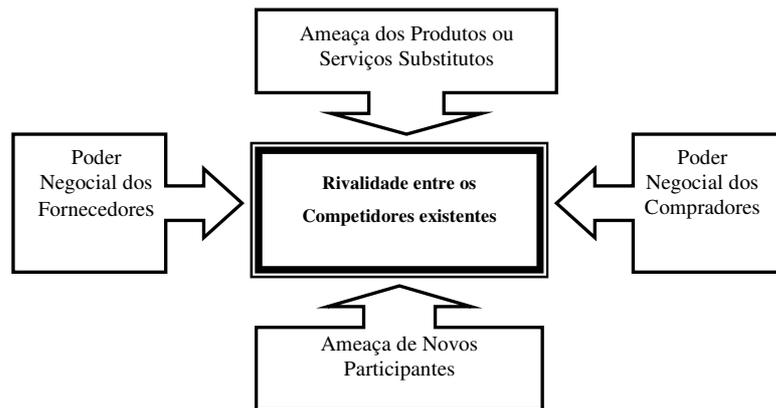
Ilustração 9 – Distribuição, por Agrupamentos, dos espaços industriais por nível de classificação.



As áreas de localização empresarial e parques empresariais e tecnológicos são os “parques industriais do futuro”, constituem áreas especializadas na dinamização da inovação e produção de novas tecnologias. Estes pretendem fomentar a inovação:

- potencializando e facilitando a transferência de tecnologia das instituições de I&D para o meio empresarial;
- favorecendo estas ligações pela proximidade geográfica das várias entidades envolvidas permitindo assim, o desenvolvimento científico e tecnológico.

Ilustração 10 – As cinco forças da rentabilidade da indústria.



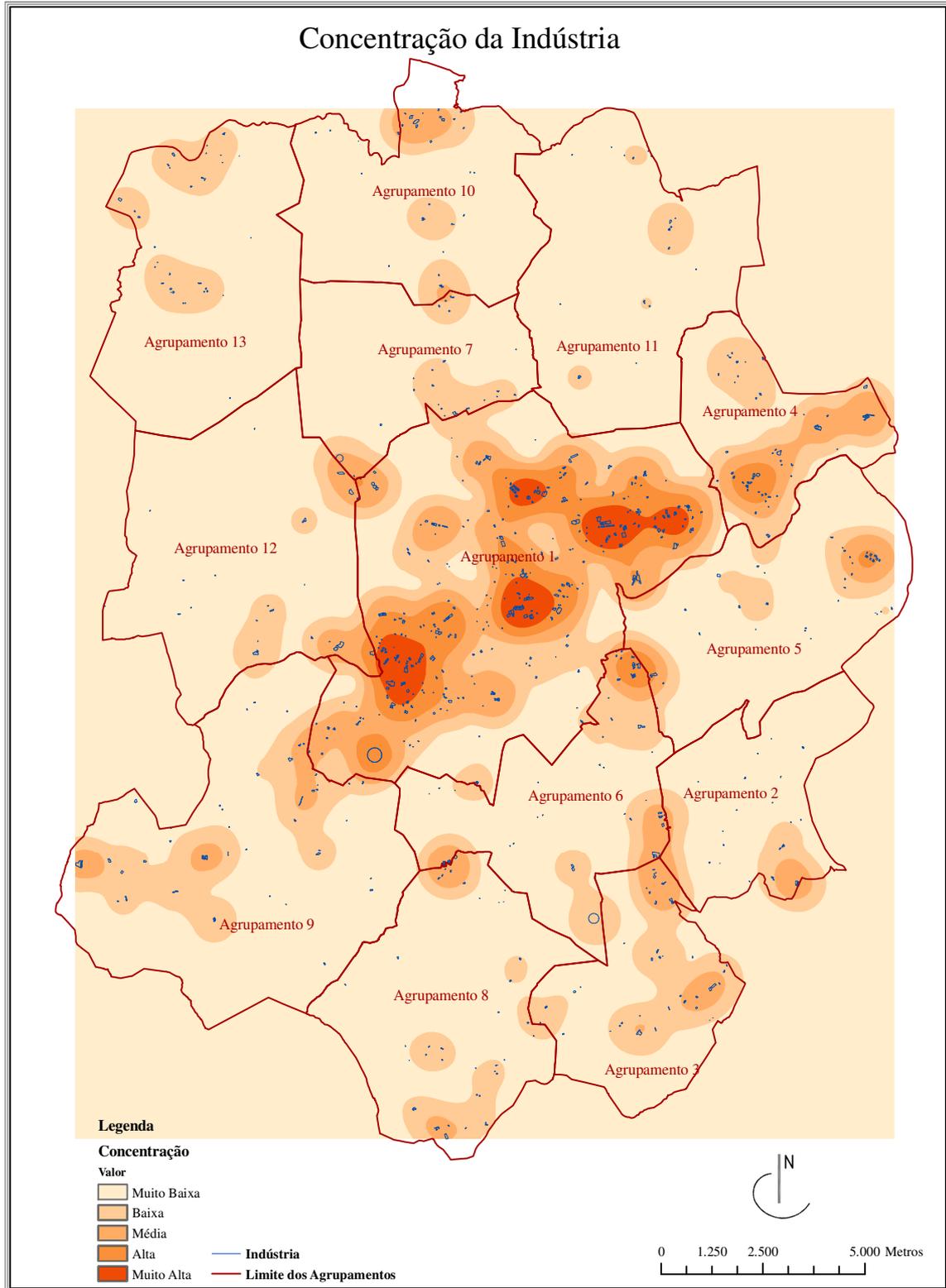
Desta forma, inovação e as novas tecnologias são fundamentais na prossecução de objectivos de desenvolvimento dos territórios. Contudo, este é apenas um objectivo instrumental, pois só fazendo desse objectivo um instrumento se poderão alcançar verdadeiras finalidades de desenvolvimento.

A revolução das tecnologias (redução dos custos de processamento da informação e comunicação, convergência entre as tecnologias de informação e a informática e o rápido crescimento das redes electrónicas internacionais (Soete, 1999)) e novos factores de enquadramento macroeconómico] originaram novos horizontes.

Segundo a Ilustração 11, o Agrupamento 1 manifesta uma elevada concentração de indústrias, o que revela uma atmosfera com forte capacidade de iniciativa empresarial, que concretiza-se através de mecanismos de desenvolvimento de base local e/ou regional, maioritariamente auxiliados por parcerias público/privado e influentes instituições de investigação.

Estas relações sinérgicas podem permitir desenvolver uma dinâmica interna à aglomeração, criando desta forma um ambiente favorável à inovação e, deste modo, aumentar a capacidade de dinamismo. Em consequência das relações que mantêm, quer a juzante quer a montante, com outras empresas e instituições, essa dinâmica criada internamente propaga-se ao longo do território, nomeadamente nos Agrupamentos 4, 5, 6 e 9 não só com determinados bens e serviços, mas também com uma cultura e uma atitude específica. Esta propagação confirma a importância da acessibilidade (tratado no ponto 2.2.2), e relações com os municípios limítrofes.

Ilustração 11 – Clusters Industriais.

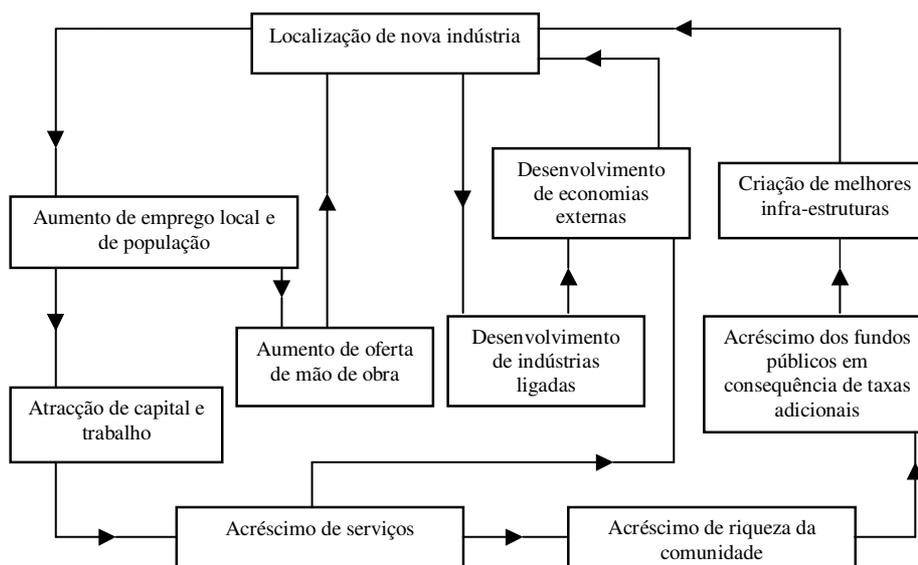


## 2.2.2 A importância da acessibilidade

Para um bom funcionamento de um parque industrial deve-se ter uma localização integrada das empresas, boa acessibilidade, inserção na rede de transportes públicos, infra-estruturas ambientais, equipamentos sociais e públicos (creches, escolas, restaurantes, cantinas), serviços e instituições de apoio à inovação e desenvolvimento e qualificação (centros de formação profissional, entidades de I&D).

A localização da indústria aliada a uma boa acessibilidade cimenta-se como um efeito multiplicador. Desta forma, dinamiza o espaço em que se insere sem constituir uma ameaça e/ou ruptura com as características locais.

Ilustração 12 – O efeito multiplicador da indústria na economia da região (adaptado de R. J. Chorley and P. Haggett, *Models in Geography*, London, 1968, p. 258).



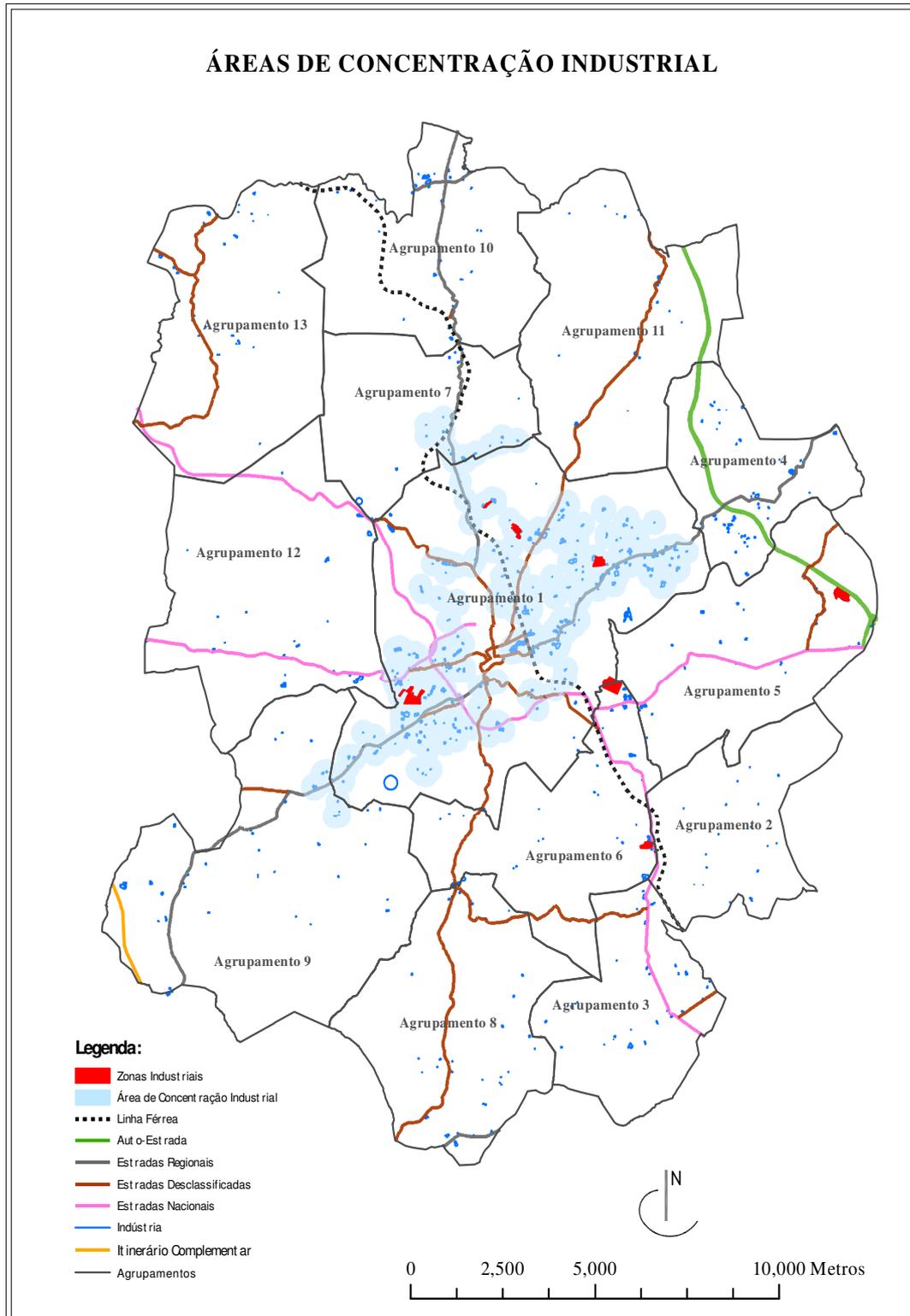
Assim, a possibilidade de desenvolvimento de áreas empresariais em Barcelos depende decisivamente da acessibilidade.

A inserção da cidade e do concelho no sistema rodoviário nacional é actualmente assegurada principalmente pela A3 que liga ao Porto e às facilidades portuárias e aeroportuárias aí disponíveis e pela EN103 que liga às duas capitais de distrito mais próximas, Braga (a cerca de 20 km) e Viana do Castelo (a cerca de 30 km). Em termos ferroviários é assegurada pela Linha do Minho que liga Porto a Valença e através da qual é assegurada a ligação à principal via-férrea do país, a Linha do Norte.

Com a excepção do IC1 e da A3, todas as vias convergem para a cidade de Barcelos garantindo a ligação da maior parte das freguesias à sede do concelho. Verifica-se ainda que a distribuição do tecido urbano e o encadeamento industrial, bem como das restantes actividades económicas,

manifesta uma forte dependência da rede viária. Verificado através da definição das áreas de concentração industrial<sup>11</sup> (Ilustração 13).

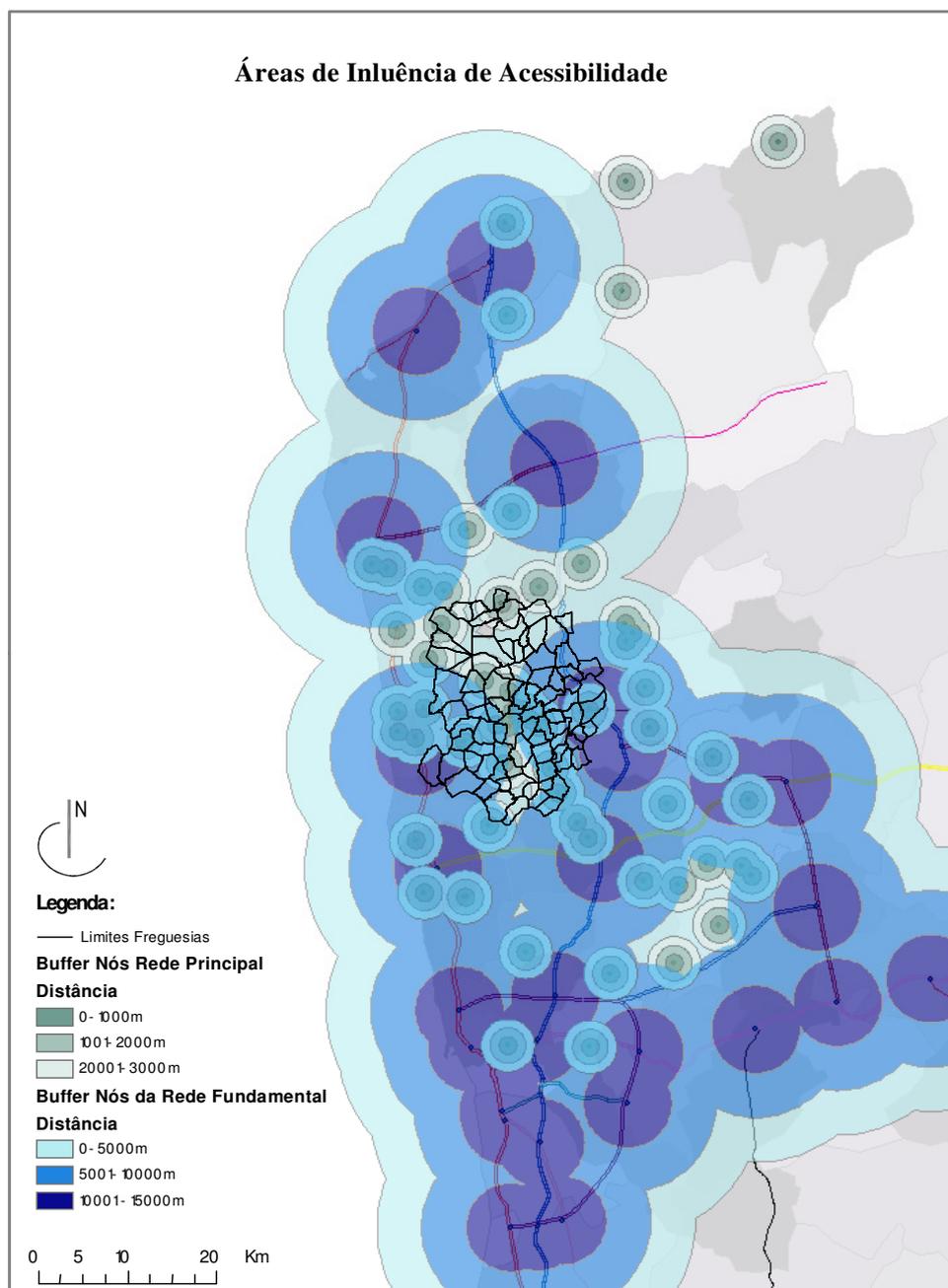
Ilustração 13 – Definição de áreas de concentração industrial.



<sup>11</sup> Metodologia: Selecção de todas as indústrias do concelho; realização de um raio de influência de 300m a partir do centro do polígono com opção de intersecção dos raios de influência; selecção das áreas com uma extensão superior a 10 km<sup>2</sup>.

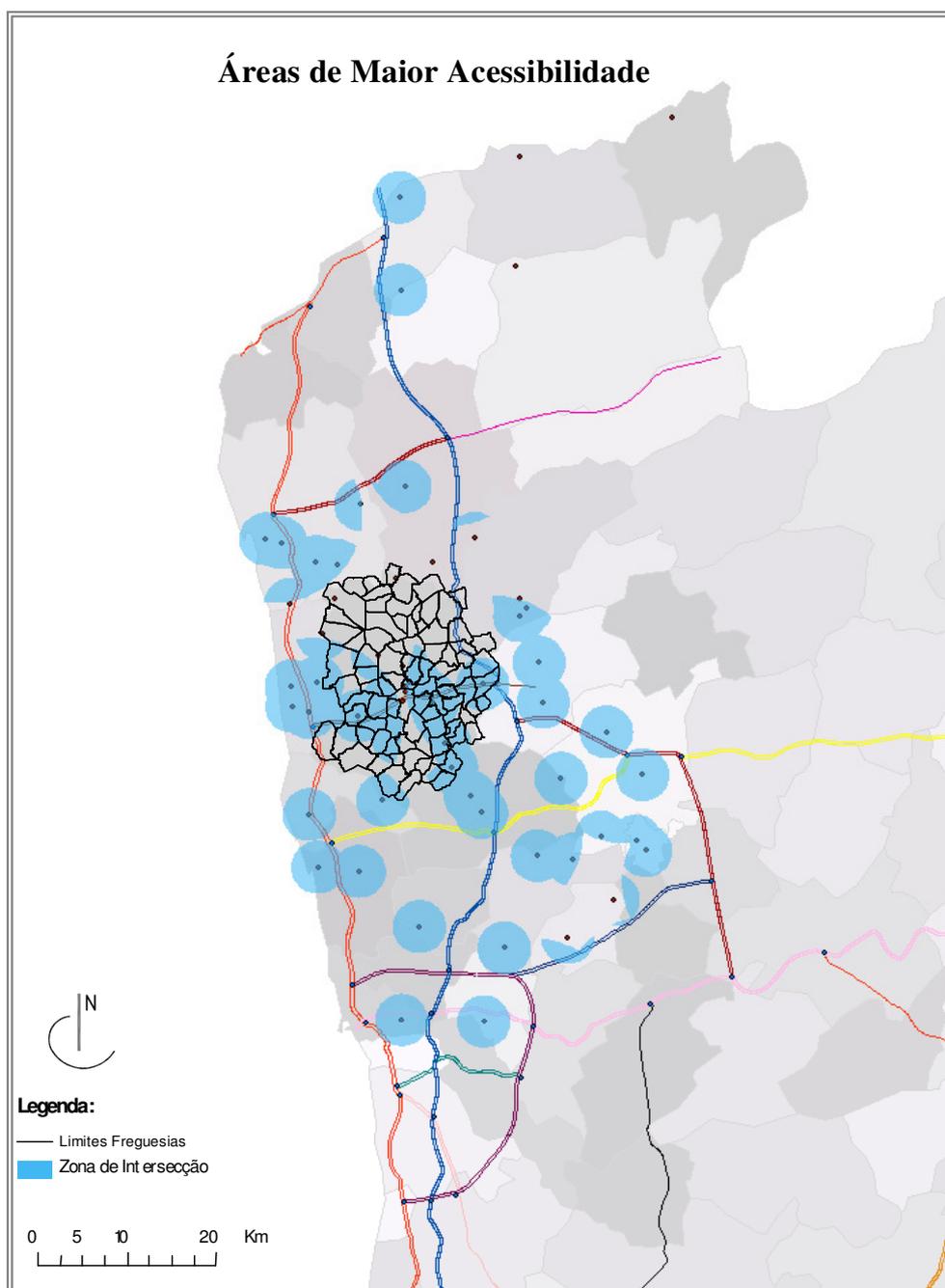
O concelho de de Barcelos ocupa uma posição favorável no mapa de acessibilidades, encontrando-se na área de influência da rede nacional fundamental (IP1/A3) e complementar (IC1/A28, IC14/A11, Estandas Nacionais e Regionais)<sup>12</sup>. A parte sul do município é a mais privilegiada, nomeadamente os Agrupamentos 1 (parte sul do rio Cávado), 2, 3, 5, 6 e 9.

Ilustração 14 – Áreas de influência de nós da rede principal e fundamental.



<sup>12</sup> Fonte: Plano Rodoviário do Nacional – 2000. Para uma análise mais detalhada, ver relatório 10 – Infraestruturas, Acessibilidades e Transportes.

Ilustração 15 – Áreas de maior acessibilidade.



De forma a compreender os factores de localização da indústria e as externalidades desta, agrupou-se as indústrias transformadoras em dois grupos: indústrias de **bens de equipamentos** e de **bens de consumo**.

A primeira refere-se à transformação da matéria-prima bruta em produtos acabados ou semiacabados destinados a outras indústrias (siderúrgica, construção e mecânica pesada, etc), localizando-se junto de plataformas de recepção e/ou escoamento de produtos (ver Anexo 6).

A segunda, mais predominante no concelho, diz respeito a uma rede de indústrias cujos produtos destinam-se directamente ao consumidor (confeção, calçado, mobiliário, etc). Estrutura-se ao longo da rede viária, principalmente na ER-205 (sendo uma forma de escoamento eficiente já que

é uma plataforma de intermediação entre o IC1 e a A3) e aglomerados urbanos, beneficiando de um conjunto de elementos favoráveis, nomeadamente da existência de infra-estruturas, mão-de-obra e mercado. Segundo a Ilustração 15, a indústria conjuga esses diversos factores de localização, predominando nos Agrupamentos 1 e 4.

Esta especialização industrial resulta da importância, no contexto nacional, dos sectores têxtil, calçado, vestuário, madeira, mobiliário e cortiça em matéria de emprego, produção e exportações, que têm um papel fundamental na indução do crescimento económico concelhio. Todavia, o modelo empresarial sustentado, muitas vezes, em baixos níveis de remunerações e em processos produtivos de trabalho intensivo tem como principal consequência a baixa produtividade de alguns sectores tradicionais, designadamente têxtil, calçado e vestuário.

A especialização industrial do concelho apresenta alguns estrangulamentos ambientais, quer devido à sua dispersão espacial quer enquanto actividade potencialmente perturbadora da qualidade do ambiente.

Neste contexto, o EDNS sublinha que “o sector industrial deve ser encarado como veículo de responsabilização social e ambiental, impulsionador da evolução tecnológica, incentivando a certificação de qualidade, a concretização de sistemas de gestão pela qualidade total, bem como a adopção de instrumentos de natureza voluntária num contexto de inovação e formação activa” como aponta o EDNS, baseando-se no Rótulo Ecológico, o Sistema Europeu de Ecogestão e Auditorias Ambientais (EMAS), ISO 14001, Política Integrada do Produto e Serviços.

Entre outras estratégias, deve apostar-se na “conjugação da qualificação das actividades instaladas com a promoção de actividades emergentes e de projectos, sobretudo nos casos em que se afigure possível obter efeitos de escala e de *cluster*” (PRASAD, 2000), desenvolvendo a adaptação contínua do processo produtivo através de rearranjos dos seus componentes (especialização flexível).

Por outro lado, é necessário apostar na diluição das fragilidades decorrentes das situações de “mono-indústria”, com o domínio de actividades industriais de trabalho intensivo, cuja competitividade assenta predominantemente no baixo custo da mão-de-obra, com ganhos de produtividade frequentemente muito reduzidos e vulneráveis face ao processo de globalização.

É também fundamental desenvolver os sectores mais característicos enaltecendo os seus artesãos, sem detrimento de outras indústrias criativas, ligadas à matéria-prima local e à cultura, descortinando a base para uma actividade industrial sustentável e progressiva.

Outro aspecto essencial é a capacidade de usufruir das sinergias existentes na região de forma aproveitar, entre outros, os dois centros de competência à escala nacional centrados na Universidade do Minho - Informática e Software e Materiais (Polímeros). A primeira, preconiza a constituição de um *cluster* de actividades de produção de *software* e de serviços informáticos aplicados à estrutura produtiva do concelho. A segunda tem como principal objectivo a criação e atracção de empresas com utilização intensiva de novos materiais. Estes projectos são fundamentalmente dirigidos à consolidação das posições do têxtil-lar da região – ponto de

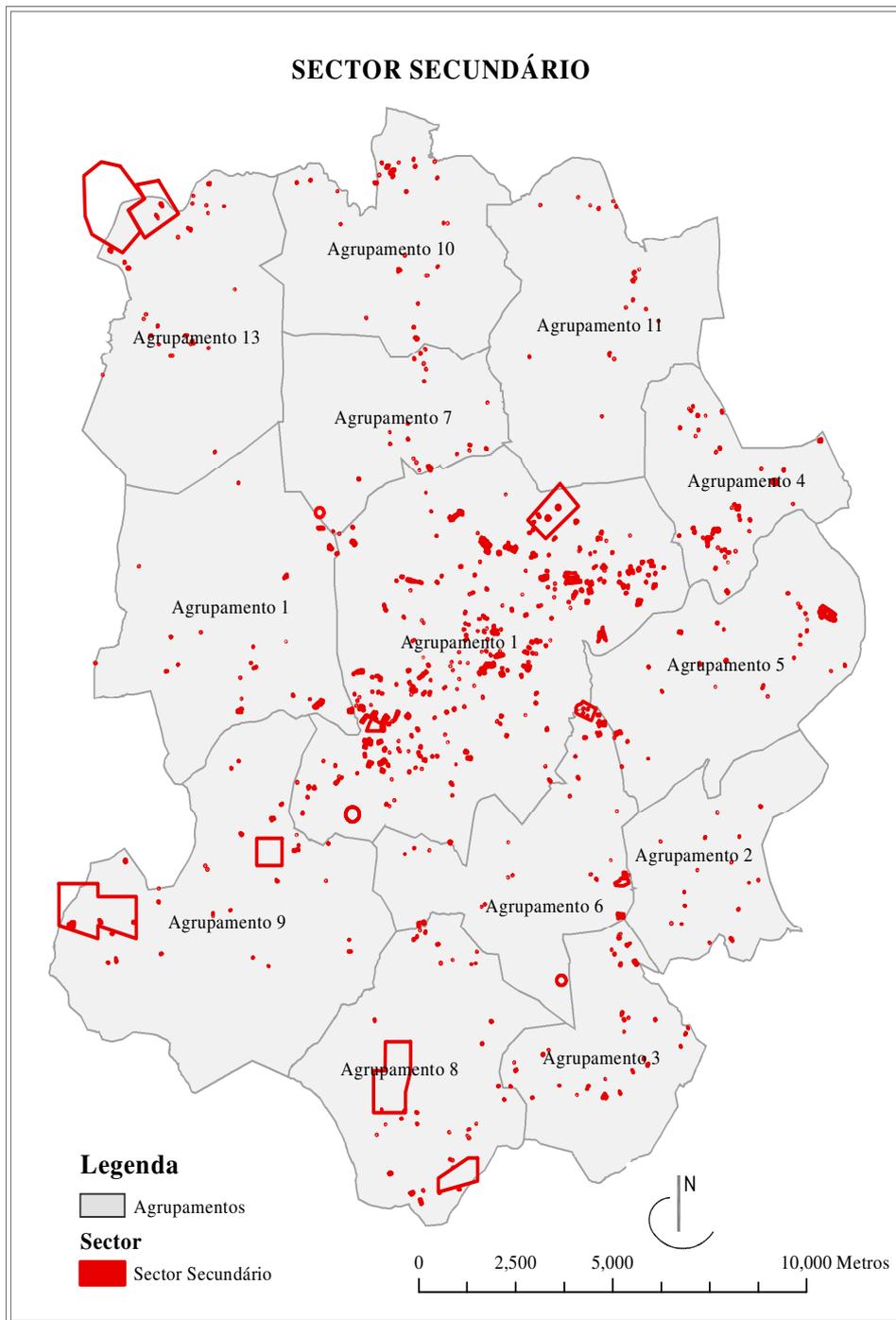
passagem obrigatório na rota dos compradores à escala mundial - nos principais mercados de exportação.

É indispensável desenvolver as competências dos recursos humanos, superando de carências a nível das infra-estruturas, a redução dos impactes negativos das actividades produtivas, a adopção de estratégias preventivas da poluição e promoção da eco-eficiência.

Sempre que as tecnologias o permitam, deve-se procurar localizar as indústrias e parques industriais afastados das áreas residenciais, quando são incompatíveis com a vizinhança habitacional.

A implementação de sistemas de gestão para a sustentabilidade deve ser fomentado, implementando processos que minimizem e monitorizem a poluição ambiental através dos princípios da qualidade, da higiene e segurança, do ambiente e da responsabilidade social da empresa. Neste contexto, Agenda de Desenvolvimento Doha recomenda o estímulo e divulgação de boas práticas desenvolvidas no âmbito da responsabilidade social das empresas, contemplando investimentos sociais e ambientalmente responsáveis e reforço do mecenato ambiental.

Ilustração 16 – Dispersão das estruturas que suportam o sector secundário.



## 2.3 Sector dos Serviços

A sociedade dos nossos dias caracteriza-se pelo enorme crescimento do sector terciário, fenómeno que se designa por terciarização e que revela um maior dinamismo da economia.

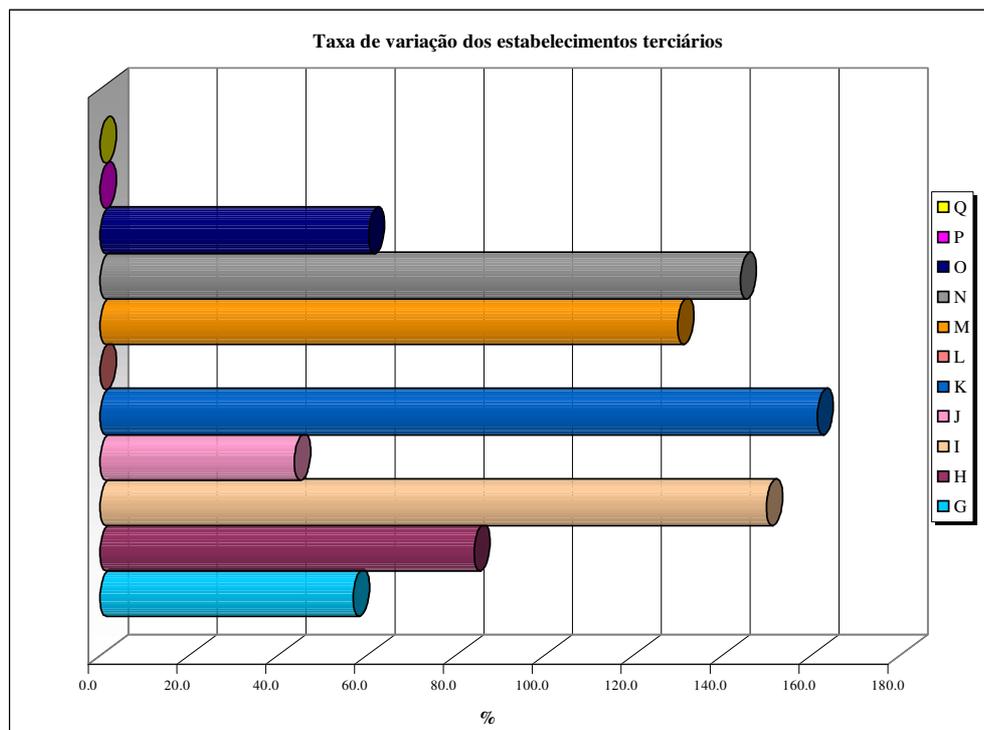
O sector terciário engloba todas as actividades de serviços (**G** - comércio, **H** - turismo, **I** - transportes, **J** - actividades financeiras, **K** – mercado imobiliário, **L** - administração pública, **M** - educação, **N** - saúde, **O** – serviços colectivos, **P** - empregados domésticos, **Q** – organismos internacionais) sendo um ramo fundamental para o funcionamento e para o progresso das estruturas produtivas.

Os sectores do mercado imobiliário, serviços prestados às empresas (K) e transportes e comunicações (I), registaram as maiores taxa de variação entre 1995 e 2001.

Apesar deste processo de concentração e integração vertical e horizontal que se tem desenvolvido nos últimos anos, o comércio a retalho e a restauração continuam a ter um peso muito importante na economia concelhia, principalmente no que diz respeito à criação de emprego, confirmado pelo número de estabelecimentos (ver Anexos 7 e 8).

No entanto, 74% das empresas terciárias possuem apenas entre 1 a 4 pessoas. Ou seja, também no sector terciário existe um peso notável de micro-empresas cujo perfil de especialização não é o mais adequado ao desenvolvimento de uma procura de serviços à oferta supra-local, particularmente nos serviços geradores de maior valor acrescentado.

Gráfico 18 – Taxa de variação do número de estabelecimentos terciários no concelho, entre 1995 e 2001.



As pequenas empresas têm, na maioria das vezes, dificuldades em estimar exactamente o contributo dos serviços para o reforço da sua capacidade competitiva no médio e longo prazo.

O comércio encontra-se distribuído por todo o concelho, concentrando-se principalmente nos Agrupamentos 1, 3, 5 e 13. Emprega 7 597 indivíduos correspondendo a 12,9% da população do concelho.

A subsecção do alojamento e restauração ocupa 2,5% da população do concelho, correspondendo a 1 458 indivíduos, encontrando-se fortemente presente nos Agrupamentos 1, 6, 7 e 9.

No concelho, as actividades financeiras são a secção que regista a maior taxa de variação (de 70 estabelecimentos em 1995 passa para 183 em 2001). As actividades financeiras (J) estão presentes principalmente nos Agrupamentos 1, 3 e 9 pelas características urbanas que conciliam e porque são pontos de ligação com Famalicão e Esposende. No entanto, apenas ocupam 0,6% da população do concelho, correspondendo a 368 indivíduos.

Por outro lado, é preocupante o actual movimento de reorganização do sistema financeiro, que envolve a realocação, para fora da região norte, dos estabelecimentos e funções responsáveis pela aquisição de serviços externos.

A prazo, a realocação dos estabelecimentos do topo da hierarquia da gestão das empresas financeiras desvia, necessariamente, a oferta de emprego muito qualificado no concelho. Este fenómeno não deixará de provocar a drenagem dos recursos humanos mais qualificados, condicionando o desenvolvimento dos serviços de apoio às empresas, geradores de elevado capital.

Os transportes, armazenagem e comunicações (I) localizam-se nos Agrupamentos 1, 8 e 9 empregando 1,6% da população do concelho, correspondendo a 925 indivíduos.

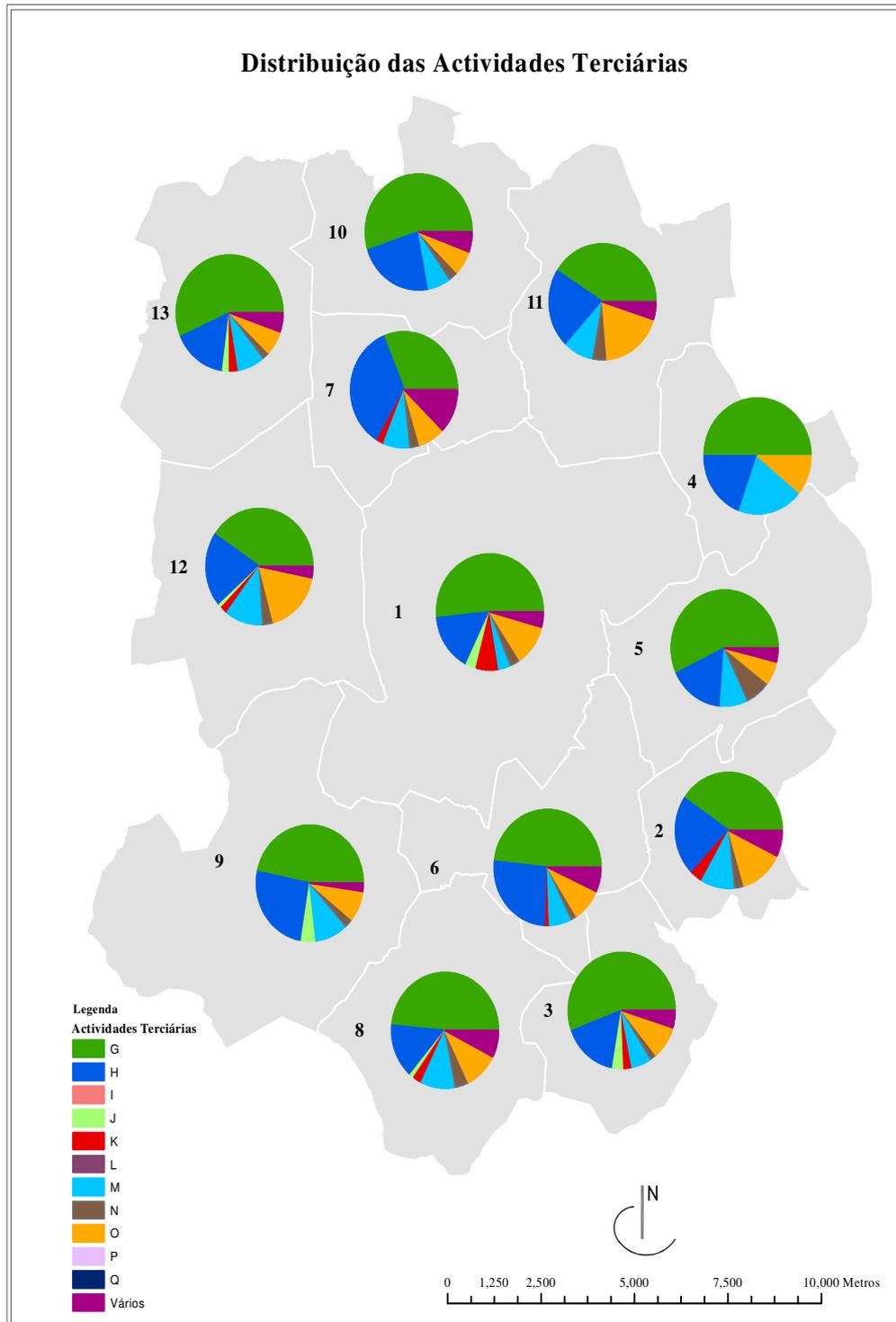
As secções K, L e O possuem características intensamente urbanas localizando-se, deste modo, maioritariamente no Agrupamento 1, usufruindo das infra-estruturas que este oferece. As actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (K) situam-se maioritariamente (84%) no Agrupamento 1. Empregam 2% da população do concelho, correspondendo a 1 172 indivíduos. A administração pública, defesa e segurança social obrigatória (L) emprega 2,8% da população do concelho, correspondendo a 1 642 indivíduos. Relativamente a outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais (O), a representatividade no concelho é de 1,3% da população, correspondendo a 746 indivíduos.

A educação (M), saúde e acção social (N) assumem uma maior proporção em termos de emprego em relação às anteriores secções, dado que são serviços vitais à população. Ocupam 3,7% (2 205 indivíduos) e 2,9% (1696 indivíduos), respectivamente.

Relativamente à população empregada em famílias como empregados domésticos (P), a representatividade no concelho é de 1,1% da população, correspondendo a 663 indivíduos.

A população empregada em organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Q) não tem praticamente representatividade empregando, em 2001, apenas 1 indivíduo no Agrupamento 1, não existindo instituições no concelho.

Ilustração 17 – Distribuição das actividades terciárias no concelho (2003).

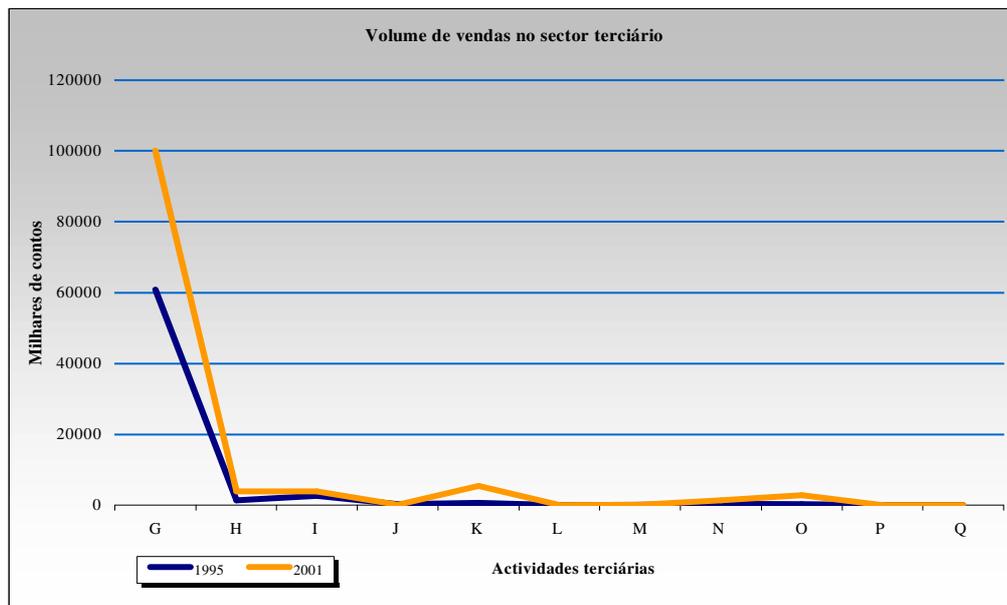


## Actividade Turística

O sector turístico é de extrema importância para a economia portuguesa já que as receitas provenientes desta actividade contribuem para o equilíbrio da balança de pagamentos. Ao nível local, o turismo é vital porque para além de contribuir para o desenvolvimento dos transportes, impulsiona o desenvolvimento dos serviços e indústria hoteleira, podendo, ainda, contribuir de forma significativa para o desenvolvimento de áreas deprimidas através de estímulos às actividades artesanais.

A conjuntura, cultural e geograficamente privilegiada de Barcelos favorece principalmente os sectores do comércio e do turismo, duas das actividades em expansão segundo o volume de vendas no sector terciário (ver Gráfico 19 e Anexo 9). Desta forma, Barcelos possui como recursos turísticos um património rico e diversificado, uma imagem característica, locais de peregrinação e uma riqueza etnográfica incontestável<sup>13</sup>. É de referir também, que a proximidade com a Galiza permite a existência de um comércio activo, que aliada com a riqueza paisagística regional, proporciona boas condições para o sector turístico.

Gráfico 19 – Volume de vendas no sector terciário.



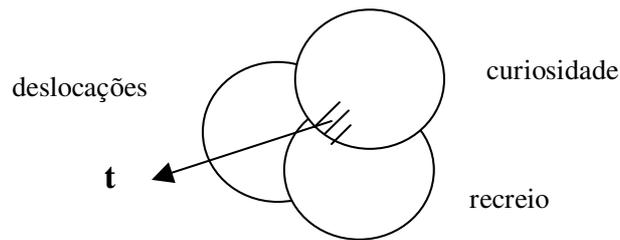
Deste modo, o turismo assume-se como uma actividade económica com ónus significativo na sociedade contemporânea. O concelho de Barcelos possui um efectivo potencial para o desenvolvimento da indústria de lazer.

A sua proximidade da costa e as excelentes acessibilidades de que beneficia e o património cultural e paisagístico existente, aliados à dinamização de outros novos intuitos que possam complementar a procura turística, poderão transformar o sector numa alternativa à “falência” do sector têxtil.

Torna-se fundamental apostar neste domínio, reorientar uma política municipal com vista à definição de objectivos estratégicos que se reflectam em significativos impactes a nível económico-social.

No entanto, é frequente que a actividade turística seja feita em associação com outras actividades, como por exemplo acoplada com deslocações devidas a cuidados médicos, congressos técnicos e científicos, visita à família emigrada, negócios, etc.

Ilustração 18 – Integração do turismo (Lobo, Manuel da Costa).



Mas para potenciar e organizar o turismo interessa focar e desenvolver aspectos como: identidade do sítio e suas populações, a autenticidade do que é apresentado, o equilíbrio funcional entre oferta e procura (limiares), a criatividade da organização, a escala dos empreendimentos e do espaço a visitar, a preparação da população (cultura, educação), a adequação dos serviços e infra-estruturas, a sazonalidade, impactes ambientais, sociais, técnico-económicos bem como a estratégia de desenvolvimento e seus meios.

Deste modo, o turismo em espaço rural, pode constituir uma estratégia de desenvolvimento. Segundo o Decreto-lei n.º 169/97 de 4 de Julho pretende-se “revitalizar e desenvolver o tecido económico rural, contribuindo para um rendimento das populações locais e criando condições para o crescimento da oferta de emprego e fixação das ditas populações”. Trata-se de levar os indivíduos à descoberta da história do meio, de modo a que possam criar uma relação de cumplicidade e compreensão de aspectos peculiares e importantes dos locais que percorrem.

Actualmente existem, no concelho, 17 estruturas devidamente licenciadas pela DGT, concentrando-se nos Agrupamentos 1, 2, 3 e 10. Numa perspectiva de exaltação do espaço rural, deverão ser contempladas actividades que visam a divulgação das características e tradições regionais, designadamente o património, itinerários temáticos, o artesanato, etc. Predomina a modalidade do turismo rural com 8 estruturas no concelho. Esta classe é expressiva no Agrupamento 2, com 3 moradias licenciadas.

<sup>13</sup> Para uma análise mais detalhada, ver relatório 2 – Turismo.

Tabela 11 – Turismo no espaço rural, por Agrupamentos em 2003, segundo a DGT.

Designação	Agroturismo	TH	TR	CTA (MT)	CC	Total
Agrupamento 1		1	2			3
Agrupamento 2			3			3
Agrupamento 3		1	1	1		3
Agrupamento 4						0
Agrupamento 5						0
Agrupamento 6		2				2
Agrupamento 7			1			1
Agrupamento 8	1					1
Agrupamento 9						0
Agrupamento 10		2	1			3
Agrupamento 11						0
Agrupamento 12					1	1
Agrupamento 13						0
<b>Concelho</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>17</b>

O apoio a projectos de natureza pública com relevância para o sector do turismo é, também, uma das atribuições do ITP, no sentido de potenciar o papel das entidades, públicas e privadas, na melhoria da qualidade e da diversificação da oferta turística.

Os projectos, para além de serem fundamentais na valorização dos recursos e consolidação da oferta turística, contribuem, igualmente, para a dinamização de parcerias entre agentes públicos e privados. Desta forma, a estratégia do concelho deve passar por um Plano de Desenvolvimento Turístico, definindo diversas acções que visem dar nova dinâmica ao sector, tais como:

- A apresentação de candidaturas a programas comunitários é um dos vectores de aposta, designadamente no âmbito do PIQTUR (Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo);
- ou do PITER (Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante e base Regional), em conjunto com a Região do Turismo (Região de Turismo do Verde Minho) e Agências Regionais Promocionais de Turismo (ADETURN - Associação de Turismo do Norte de Portugal);
- E alternativamente, a candidatura a modalidades de apoio financeiro ao investimento público tal como o Programa Operacional Regional Norte, de forma a incentivar o “exercício de funções fundamentais em matéria de estudo e investigação, informação, animação socio-económica, promoção da região e seus produtos, reforçando e qualificando as capacidades das instituições de apoio ao desenvolvimento da região do Norte” (Eixo 1- “Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Inter-Municipal”, Medida 1.4- Objectivo 1).
- E “promover rotas regionais dotadas de uma lógica temática coerente seleccionando projectos de criação de novos itinerários regionais, assentes na interligação das vertentes histórica, ambiental, turística, patrimonial, gastronómica e cultural, bem como valorizar e revitalizar espaços territoriais específicos, com vista à dinamização das suas potencialidades e à promoção da sua competitividade, fazendo face a estrangulamentos e fragilidades locais e

regionais.” (Eixo 1- “Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Inter-Municipal”, Medida 1.6- Objectivo 2)

Os projectos para além de conjugar as diversas estruturas turísticas, devem sistematizar recursos económicos (por exemplo a ALE) e ambientais (corredores verdes) de forma a:

- qualificarem e organizarem recursos;
- consolidarem a rede de infra-estruturas e equipamentos necessários à fruição dos recursos;
- complementarem a oferta turística existente, em especial a de natureza privada, projectando serviços de apoio às empresas e inovação organizacional;
- contribuir para a atracção ou permanência de visitantes, satisfazendo as necessidades e expectativas decorrentes da visita;
- accionarem animação cultural e turística (percursos turísticos; sinalização e informação turística; roteiros culturais; valorização de património edificado, de pequenas zonas de lazer e de equipamentos culturais locais; protecção e valorização de sítios arqueológicos; recuperação de caminhos com interesse histórico-cultural);
- promoverem os produtos regionais (concepção e edição de brochuras, desdobráveis e outra documentação promocional; organização e participação em feiras e exposições);
- criarem uma rota regional, de forma a valorizar os espaços territoriais que se revelem, pelas suas especificidades ou iniciativas entretanto desenvolvidas, estruturantes para a qualificação, articulação, competitividade e coesão regional

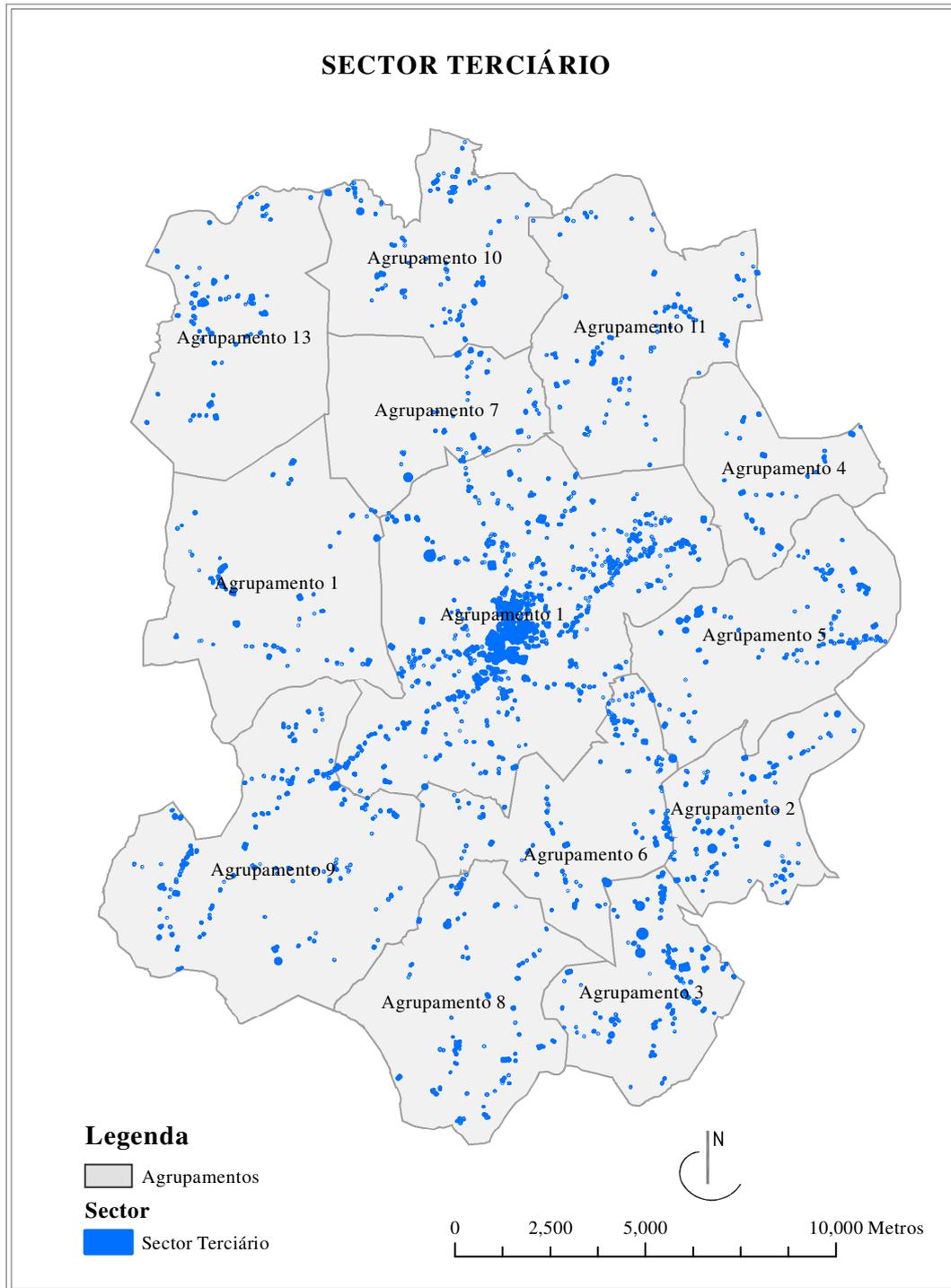
O ITP pode apoiar financeiramente estes projectos através de verbas próprias e de incentivos co-financiados pelo FEDER integrados no PRIME.

A dispersão apresentada na Ilustração 19 deve ser considerada na estruturação da malha urbana. Para além de consolidar o espaço urbano, promove e dinamiza o espaço rural, tendo a rede viária um papel de causa e consequência da sua imensa expansão.

O desenvolvimento de uma área é estimulado por um conjunto de serviços vitais, nomeadamente os ligados à saúde e ao ensino. Contudo, estes serviços, por si só, não são suficientes para a dinamização do espaço que necessita de ser complementado com serviços de apoio às empresas, por exemplo bancos, seguradoras e gabinetes de contabilidade, que assumem um papel fulcral no desenvolvimento das actividades produtivas.

Assim, se não há dúvida que as indústrias desempenham um papel essencial no desenvolvimento terciário, levando as empresas prestadoras de serviços a optarem por uma localização mais próxima dos parques ou concentrações industriais, ou até mesmo inovando e coexistindo lado a lado (como no caso da ALE), também não se pode ignorar que o desenvolvimento dos serviços pode conduzir a um desenvolvimento industrial.

Ilustração 19 – Dispersão das estruturas que suportam o sector terciário.



É premente uma articulação turismo/comércio/ambiente/emprego/ordenamento do território, por forma a garantir um turismo competitivo e de qualidade, mediante a prossecução de uma política integrada em termos ambientais, culturais, sociais e económicos, com vista à certificação dos destinos turísticos e sua conseqüente distinção pela qualidade.

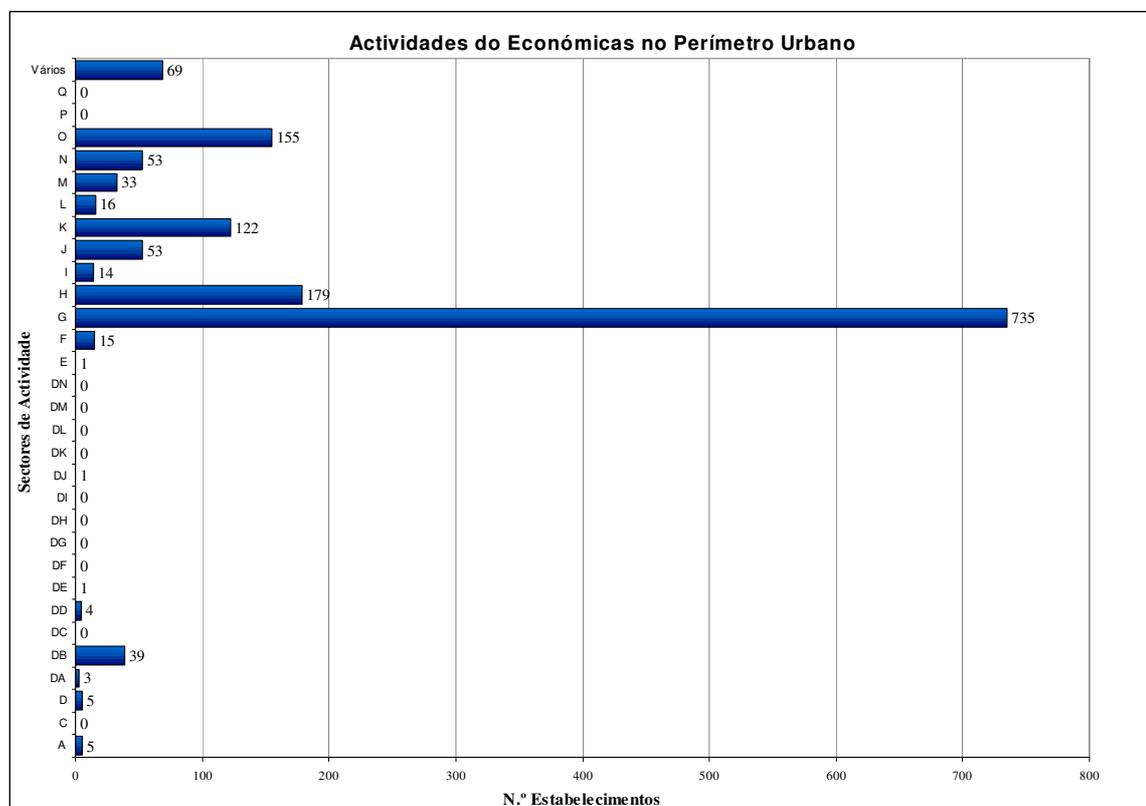
As estratégias devem contemplar as diversas formas e espaços da prática desta actividade, nomeadamente questões como parcerias "público/privado". Será necessário uma maior aposta no sistema de incentivo, formação e qualificação profissional avançada e contínua e sistema de gestão ambiental (protecção da natureza e da biodiversidade).

## 2.4 Caracterização do Perímetro Urbano

O perímetro urbano traduz as transformações organizacionais do sistema produtivo económico, com natural repercussão na dinâmica socio-espacial daí adveniente. Desta forma, a especificidade do perímetro urbano de Barcelos exige uma análise mais detalhada das actividades económicas.

O perímetro urbano é constituído essencialmente por actividades terciárias tais como: o comércio a retalho (49%), alojamento e restauração (12%), actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (8%) e outras acções de serviços colectivos (10%), sociais e pessoais que no conjunto representam 79% das actividades da orla urbana.

Gráfico 20 – Actividades económicas no perímetro urbano.

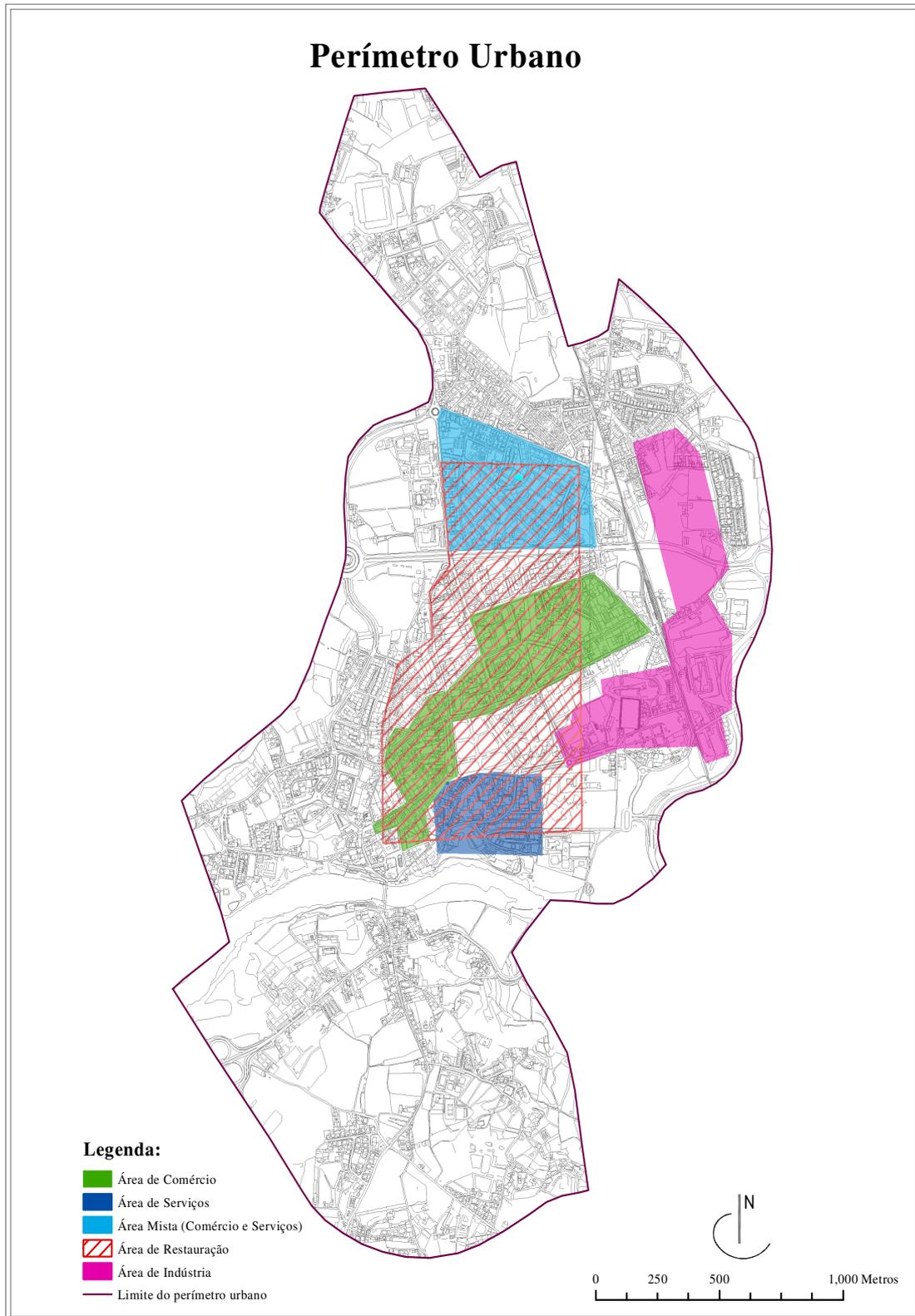


O comércio, alojado maioritariamente no rés-do-chão, condensa-se em 4 ruas (Rua Custódio J. G. Vilas Boas, Rua D. António Barroso, Av. da Liberdade e Av. Alcides Faria) apresentando-se como um fio condutor da dinâmica espacial (Área de Comércio). É de notar a existência de 13 centros comerciais de média dimensão dentro do perímetro urbano. No entanto, os serviços aglomeram-se particularmente na Área de Serviços e Área Mista, correspondente às freguesias Barcelos e Arcozelo, respectivamente.

O sector da restauração surge aqui como um elo de coesão entre as áreas de concentração de serviços e comércio servindo toda a população que aí se desloca, trabalha e vive na cidade (Área

de Restauração). A restauração encontra-se mais concretamente na Rua D. António Barroso, Av. Liberdade e Av. Alcides Faria e Av. D. Nuno Álvares Pereira.

Ilustração 20 – Perímetro Urbano.



A indústria instalada há algumas décadas, maioritariamente do sector têxtil, localiza-se no extremo Este do perímetro (Área de Indústria). São grandes empresas capazes de suportar os custos da ocupação solo e a transformação da malha urbana, como é o caso da TEBE, PANIBAR, Solastique e Indústrias Falcão.

A conjugação de actividades (várias actividades no mesmo edifício) assinala-se principalmente no Norte do perímetro (Área Mista), nomeadamente nas ruas Tomé de Sousa, Bartolomeu Dias, Irmãos S. João de Deus, Santa Clara e Aníbal Duarte, devido à dimensão dos blocos do edificado. Aqui, nasce uma nova geração de funções, nomeadamente gabinetes de contabilidade, arquitectura, artes gráficas e design, imobiliárias, seguros e advocacia.

A competitividade urbana tem subjacente princípios organizacionais, sendo a mobilidade um aspecto fundamental na organização urbana. No entanto, este não é um fim em si mesmo, mas um meio dos agentes económicos atingirem os seus objectivos, aumentar a oferta de emprego e as trocas comerciais. A competitividade enfrenta algumas debilidades no perímetro urbano:

- A nível da mobilidade, a afluência de veículos tem encontrado dificuldades de estacionamento;
- Ausência de uma imagem de marca;
- Inexistência de espaços verdes aprazíveis, disponíveis para qualquer cidadão ou turista;



Estas debilidades, consubstanciam-se numa diminuição da atractibilidade e competitividade do perímetro urbano. As soluções e oportunidades passam por uma monitorização em vários campos:

#### **População**

- Garantir uma participação pública activa de forma a que a população se sinta uma parte integrante no processo de mudança e motivado a dinamizar este sector com a “arte de bem receber”;

#### **Turismo**

- Promoção e divulgação do património para que este se afirme não só pelas suas características mas também pelo valor da sua história;
- Reforço da imagem de marca aliada à cultura e sustentada pela economia barcelense;
- Desenvolvimento de roteiros incentivando o comércio tradicional, onde as componentes urbana e natural são objecto da mesma atenção;

### **Acessibilidades e transportes**

- Organização do sistema de transportes de modo a possibilitar a fluidez interna e a interconexão com outros sistemas urbanos;

### **Ambiente**

- Requalificação dos espaços verdes de forma a criar um enquadramento paisagístico agradável e o mais adequado possível;

### **Outros aspectos a monitorizar**

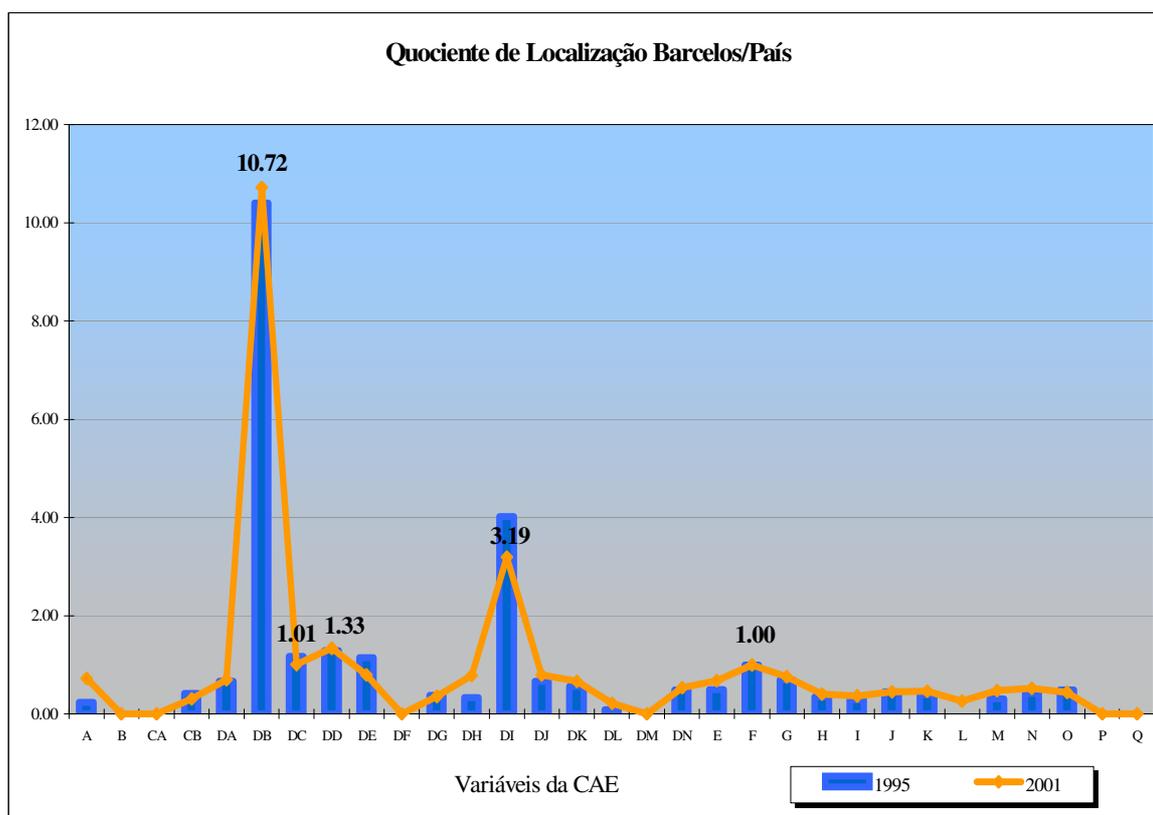
- Sinalização uniformizada nos estabelecimentos comerciais;
- Mupies com a carta de exposição de lojas tradicionais, restaurantes típicos e serviços básicos.

### 3. Aspectos Conclusivos

Por forma a identificar a estrutura produtiva do concelho considerou-se o peso relativo dos diversos sectores de actividade. Assim, através do quociente de localização<sup>14</sup>, procedeu-se a uma avaliação dinâmica do concelho bem como ao diagnóstico das disparidades regionais, deduzindo o seu grau de especialização perante um padrão – o País. Face ao padrão, são encontrados desvios que permitem indicar situações pouco desejáveis ou aquelas que possam traduzir situações de vantagens competitivas para o município.

Concluiu-se que Barcelos tem um cariz destacadamente industrial, sendo fortemente especializado no sector têxtil (DB), na fabricação de outros produtos minerais não metálicos, como no caso da cerâmica (DI). É moderadamente especializado na indústria do couro e produtos de couro (DC) e indústria da madeira, cortiça e sua obras (DD). É de realçar que os sectores da construção e agrícola têm vindo a tornar-se expressivos, facto comprovado pelo acréscimo do número de empresas, no conjunto das actividades.

Gráfico 21 – Quociente de localização de Barcelos/país relativamente a 1995 e 2001 (Fonte: DEEP).



<sup>14</sup> Fórmula do quociente de localização:  $Qlrj = (x_{rj} \div x_r) \div (x_{pj} \div x_p)$ ,  $0 \leq Qlrj < \infty$ . Em que  $x_{rj}$  = sector agrícola (por exemplo) no concelho de Barcelos;  $x_r$  = conjunto de actividades em Barcelos, confrontado com o sector agrícola numa unidade territorial considerada com padrão, neste caso o país.

O conjunto destes sectores, constituem uma boa parte do PIB, reflectindo o papel dos sectores geradores de maior valor acrescentado e com os maiores níveis de produtividade no desenvolvimento local. Este tipo de estrutura produtiva explica as assimetrias a nível do rendimento inter-concelhio, concentrando o emprego nas áreas dos serviços e/ou na indústria (ver Anexos 10 e 11).

Contudo, o grau de especialização excessivo confere vulnerabilidade e fragilidade na capacidade de resposta às mutações de mercado. Este facto é agravado pela concentração da população que trabalha na indústria transformadora, cerca de 50% da população empregada, sendo que 81% destes trabalham no sector têxtil e na cerâmica. Os sectores DI e DE são um bom exemplo disso, visto que os valores do seu  $Qlrj$  no conjunto total das actividades têm vindo a decrescer, denunciando uma perda de produtividade e competitividade (ver Anexos 12 e 13).

Este decréscimo pode contribuir para um equilíbrio do sistema produtivo. No entanto, deve ser evitada uma diversificação excessiva pois pode desperdiçar os recursos endógenos e prejudicar a competitividade inter-regional.

Embora a caracterização da região, em termos económicos, tenha sido efectuada, não ficaria completa sem que se tivessem também em conta os indicadores sociais, os quais, embora de difícil quantificação, apresentam-se como imprescindíveis à “medição” do desenvolvimento concelhio.

O indicador sintético de análise espacial utilizado é a distância económica<sup>15</sup>, dado o seu estudo possibilitar uma compreensão comparativa entre territórios de diversas dimensões, permitindo comparar o grau de similaridade das estruturas sócio-económicas entre regiões.

Desta forma, as variáveis utilizadas foram:

- Área total do concelho;
- População Residente (homens e mulheres), em 2001;
- Densidade populacional;
- Taxa de natalidade;
- Número de médicos por 1000 habitantes;
- Bibliotecas por 1000 habitantes;
- Farmácias por 1000 habitantes;
- Índice de poder de compra;
- Número de empresas existentes (empresas em nome individual e a sociedades em actividade).

A compatibilização destas variáveis nem sempre é imediata, quer devido à sua natureza, quer às ordens de grandeza utilizadas.

No entanto, estes obstáculos foram ultrapassados procedendo-se à relativização<sup>16</sup> da dimensão territorial e à normalização<sup>17</sup> das variáveis. Pretende-se com estes processos, corrigir as

<sup>15</sup> Fórmula:  $d_{rr'} = \sqrt{(x_r^{**} - x_{r'}^{**})' (x_r^{**} - x_{r'}^{**})} = \| x_r^{**} - x_{r'}^{**} \|$ , em que  $r$  é Barcelos e  $r'$  é outro concelho. O  $x_r^{**}$  é o valor da estrutura económica de Barcelos e  $x_{r'}^{**}$  é o valor da estrutura económica do concelho de comparação.

divergências quanto às diferentes dimensões dos espaços, dos pesos relativos das variáveis na estrutura de cada um e das unidades de medida em que estas se expressam.

Tabela 12 – Variáveis utilizadas na elaboração da distância económica.

Designação	Área Total	População Residente HM	Densidade Populacional	Taxa de Natalidade	Bibliotecas por 1000 Habitantes	Farmácias por 1000 Habitantes	Médicos por 1000 Habitantes	IPC	Empresas
Viana do Castelo	318.6	88631	279.9	10.1	0.16	0.24	3	80.10	7896
Amares	82	18521	22.6	12.2	0.11	0.16	0.6	50.04	1455
Barcelos	378.9	122096	323.3	11.7	0.08	0.20	0.8	58.67	10966
Braga	183.2	164192	910.6	13.5	0.13	0.21	3.9	103.57	13603
Esposende	95.4	33325	354.9	13.2	0.12	0.21	1.6	57.73	2972
Terras de Bouro	277.5	8350	29.3	8.9	0.12	0.36	0.5	34.48	559
Vila Verde	228.7	46579	206.1	12.9	0.13	0.21	0.3	45.76	3634
Fafe	219.1	52757	241.8	11.6	0.11	0.11	0.9	53.59	4818
Guimarães	241.3	159576	663.9	11.3	0.09	0.16	1.7	70.74	12982
Vila Nova de Famalicão	201.7	127567	639.4	12.3	0.08	0.16	1.3	72.86	10712
Média	222.64	82159.40	367.18	11.77	0.11	0.20	1.46	62.75	6959.70
Desvio-padrão	86.60	55167.27	272.34	1.34	0.02	0.06	1.10	18.73	4628.48

O resultado do indicador varia entre *zero*, designado por espaço hipotético onde o grau de desenvolvimento é nulo, e um valor infinito, sendo que o valor de referência *um* é o valor a partir do qual se considera existir desenvolvimento. Entre *zero* e *um* considera-se não estarem asseguradas as condições sociais, funcionais e económicas necessárias. Quanto maior o valor, maior será o nível de desenvolvimento do território.

A média da distância económica dos concelhos analisados é de 2.03, sendo o índice de desenvolvimento de Barcelos inferior à média. Contudo, dos dez concelhos analisados, Barcelos posiciona-se em quarto lugar, sendo de destacar que dois dos concelhos que prevalecem são capitais de distrito (Braga e Viana do Castelo). Deste modo, pode considerar-se que Barcelos demonstra alguma capacidade de articulação entre elementos sociais e económicos essenciais ao desenvolvimento económico integrado.

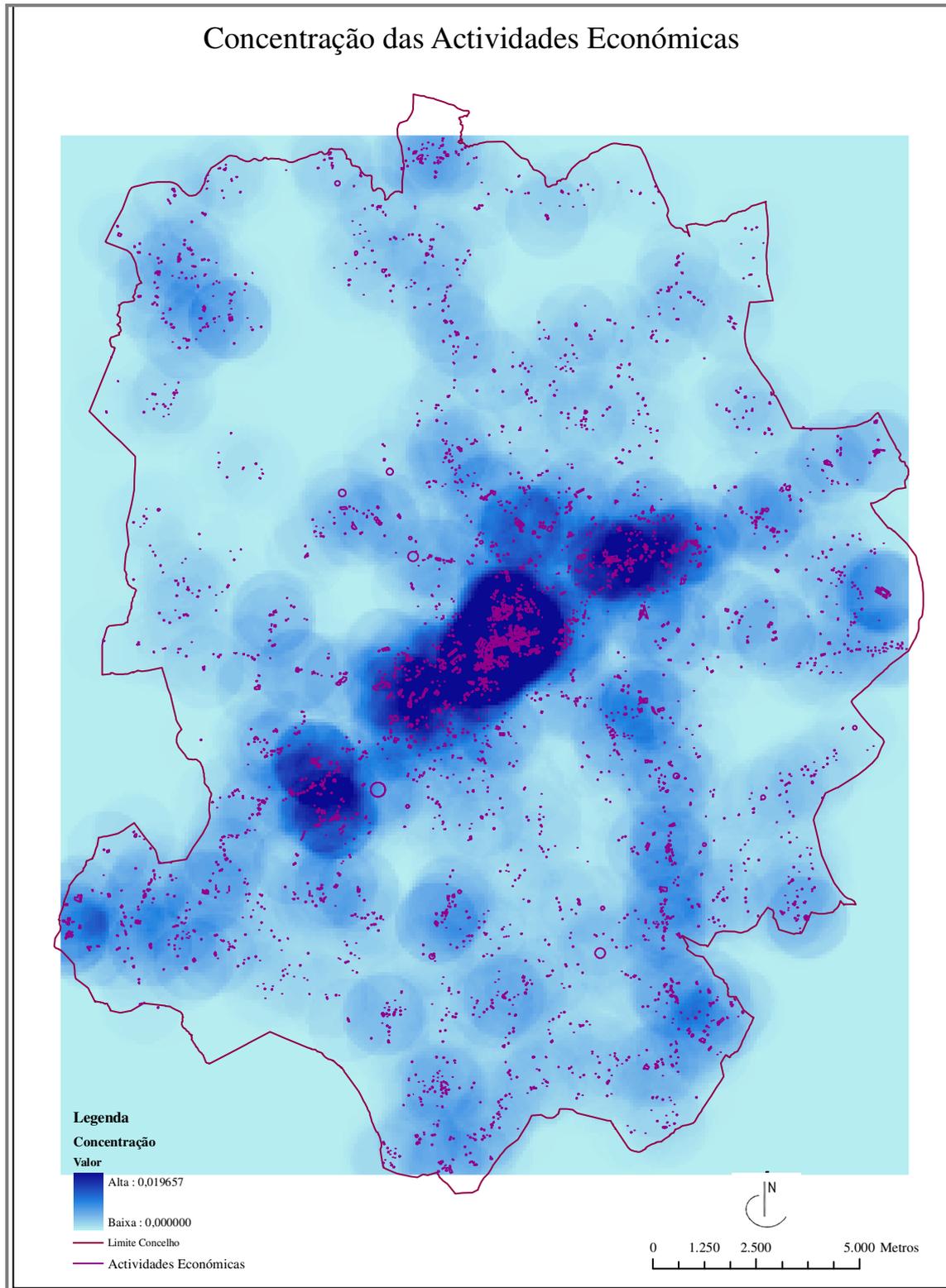
Tabela 13 – Resultados da distância económica.

Concelhos	Distância económica
<b>Braga</b>	<b>3,30</b>
<b>Viana do Castelo</b>	<b>2,17</b>
<b>Guimarães</b>	<b>1,68</b>
<b>Barcelos</b>	<b>1,01</b>
<b>Vila Nova de Famalicão</b>	<b>0,96</b>
<b>Amares</b>	<b>0,00</b>
<b>Esposende</b>	<b>0,00</b>
<b>Terras de Bouro</b>	<b>0,00</b>
<b>Vila Verde</b>	<b>0,00</b>
<b>Fafe</b>	<b>0,00</b>
<b>Média</b>	<b>2,03</b>
<b>Desvio Padrão</b>	<b>0,94</b>

<sup>16</sup> Relativização: Transformar o valor de cada uma das variáveis, tendo em conta a dimensão do concelho considerado, exemplo: número de farmácias por 1000 habitantes em Barcelos: 25 farmácias a dividir pela população residente e multiplicar por 1000.

<sup>17</sup> Normalização: Homogeneizar as escalas de medida das diversas variáveis, através da média e do desvio padrão.

Ilustração 21 – Concentração das actividades económicas no concelho, em 2003.



## 4. Área de Localização Empresarial de Barcelos

### 4.1. Enquadramento Jurídico

O Decreto-Lei n.º 70/2003, de 10 de Abril, estabelece o regime de licenciamento da instalação das áreas de localização empresarial, bem como os princípios gerais relativos à sua gestão.

Segundo o artigo 2.º do diploma referido, entende-se por “Área de Localização Empresarial (ALE) a zona territorialmente delimitada e licenciada para a instalação de determinado tipo de actividades industriais, podendo ainda integrar actividades comerciais e de serviços, administrada por uma sociedade gestora” e respectivo regulamento.

### 4.2. Enquadramento Teórico

O ordenamento das ALE fundamenta-se na análise do território, identificando as suas estruturas e fixando classes de uso do solo para cada unidade territorial. A localização e o arranjo espacial racional das diferentes actividades humanas encontram fundamentos e pistas ao longo da história do pensamento económico, nomeadamente nas diversas teorias da organização espacial da sociedade ou na economia espacial.

É neste contexto que surge a ALE que, constituindo um espaço para instalação empresarial, deve localizar-se estrategicamente tendo em vista o desenvolvimento económico e a prossecução do princípio do desenvolvimento sustentável dos locais escolhidos, estabelecendo as seguintes finalidades:

- Existência de uma infra-estrutura a nível nacional de elevada qualidade que ofereça condições qualificadas para o desenvolvimento de actividades empresariais de natureza industrial, logística e serviços de apoio à actividade empresarial;
- Captação de projectos de investimento directo estrangeiro com actividades de valor acrescentado e que requeiram mão-de-obra qualificada;
- Atração de novas empresas com maior produtividade e valor acrescentado do que a média nacional, através de uma adequada promoção e conveniente selecção dos projectos a admitir nas ALE;
- Contribuição para a maior qualificação ambiental das áreas de actividade produtiva;
- Melhor ordenamento do território, eliminando a pressão sobre o tecido urbano das actividades industriais que aí se encontrem instaladas;
- Fomento do equilíbrio dos níveis de desenvolvimento económico entre as regiões do interior e do litoral de Portugal Continental;

- Desenvolvimento de plataformas empresariais de grande dinamismo nas regiões transfronteiriças que permitam servir eficazmente, e num curto período de tempo, toda a Península Ibérica.

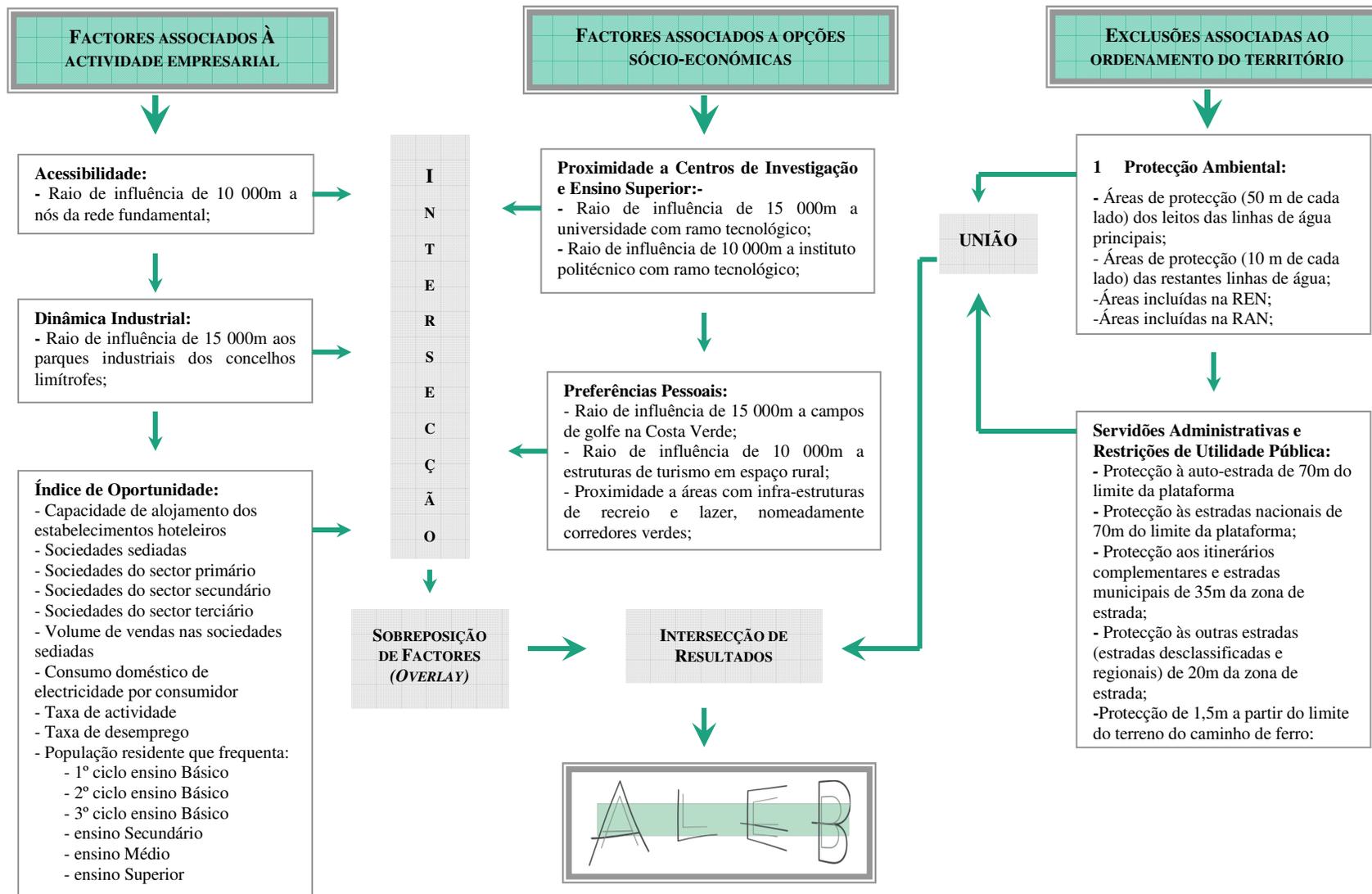
### **4.3. Estruturação do Modelo**

O modelo de localização da ALEB expressa-se em termos de factores e restrições que reflectem as metas, objectivos e políticas definidos no âmbito do exercício do planeamento atempado. A ALEB tem como principal objectivo estimular o desenvolvimento económico e evitar as debilidades dos parques industriais, onde predominam opções inconciliáveis com os princípios do ordenamento do território.

Assim, foram definidos três grupos de factores fundamentais ao exercício empresarial, considerando os princípios de uma ALE (ver modelo de localização na página seguinte):

1. Factores associados à actividade empresarial;
2. Factores associados a opções administrativas e sócio-económicas;
3. Exclusões associadas ao ordenamento do território;

Ilustração 22 – Modelo de Localização da ALEB.

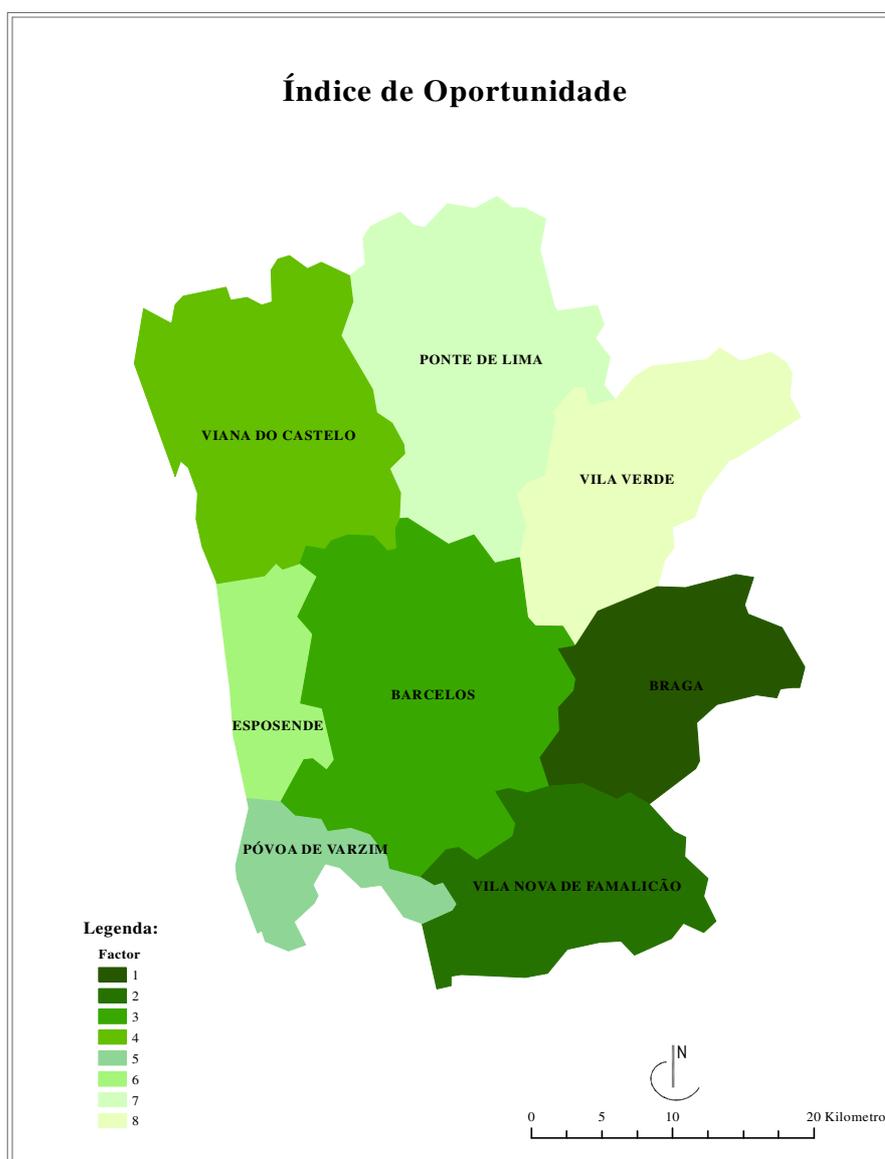


### 4.3.1. Factores associados à actividade empresarial

A capacidade de crescimento de áreas empresariais é fortemente condicionada pela acessibilidade, tal como foi analisado no ponto 4.2.2..

Todavia, a conciliação com os parques industriais e a estrutura produtiva dos concelhos limítrofes é igualmente fundamental. Desta forma, calcula-se o índice de oportunidade<sup>18</sup> (Anexo 14) onde se consideram empresas, população, alojamento, volume de vendas como *proxies* de um desenvolvimento económico sustentado.

Ilustração 23 – Distribuição espacial do índice de oportunidade.



<sup>18</sup> O índice de oportunidade é calculado segundo um *ranking* dos valores apresentados por cada variável. Assim a escala varia entre 1 e 8. O factor 1 indica o concelho onde o índice de oportunidade é muito elevado. O factor 8 indica um índice de oportunidade muito baixo.

O índice de oportunidade é manifestamente elevado nos concelhos a Este e Sudeste de Barcelos, nomeadamente Braga e Vila Nova de Famalicão. Pelo contrário, Ponte de Lima e Vila Verde são os concelhos que registam o índice de oportunidade mais baixo.

Tabela 14 – Índice de oportunidade.

Índice de oportunidade	Factor
Ponte de Lima	7
Viana do Castelo	4
Barcelos	3
Braga	1
Esposende	6
Vila Verde	8
Vila Nova de Famalicão	2
Póvoa de Varzim	5

#### 4.3.2. Factores associados a opções sócio-económicas

Nas opções sócio-económicas, a proximidade a centros de investigação e ensino superior é um aspecto importante. O concelho encontra-se numa zona de convergência deste factor (Universidade do Minho- Braga, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave- Barcelos, Universidade Lusíada- Famalicão, Instituto Politécnico de Viana do Castelo) conferindo-lhe uma posição privilegiada capaz de criar uma rede de sinergias onde as responsabilidades da inovação e aplicação de novas tecnologias a matérias-primas e métodos de produção se encontram bem presentes.

A proximidade a áreas com infra-estruturas de recreio e lazer é igualmente marcante, devido aos próprios requisitos de uma ALE. Deste modo, é indispensável a proximidade a corredores verdes e estruturas de turismo em espaço rural, como forma de valorização ambiental e enquadramento paisagístico e cultural.

A imediação com os sete campos de golfe existentes da Costa Verde constitui um indicador útil de recreio e lazer que movimentam classes sociais detentoras de grande poder de investimento e capacidade de empreendimento.

### 4.3.3. Exclusões associadas ao ordenamento do território

Em termos de exclusões associadas ao ordenamento do território, suprimem-se as áreas contidas na REN e RAN.

Quanto às servidões administrativas e restrições de utilidade pública, considera-se:

- 70m de protecção a partir do limite da plataforma da auto-estrada, segundo o artigo 3º do Decreto-lei n.º 294/97 de 24 de Outubro;
- 70m de protecção do limite da plataforma<sup>19</sup> das estradas nacionais, segundo o artigo 8º do Decreto-lei n.º 13/71 de 23 de Janeiro;
- 35m de protecção a partir do limite de zona das estradas<sup>20</sup> municipais, segundo o artigo 48º do Decreto-lei n.º 2110 de 19 de Agosto de 1961;
- 35m de protecção do limite a partir do eixo de via<sup>21</sup> do itinerário complementar, segundo o artigo 5º (alínea b) do Decreto-lei n.º 13/94 de 15 de Janeiro;
- 20m de protecção do eixo de via de outras estradas (estradas desclassificadas, estradas regionais), segundo o artigo 5º (alínea c) do Decreto-lei n.º 13/94 de 15 de Janeiro;
- 15m de protecção a partir do limite exterior aos carris, segundo o Decreto-lei n.º 39.780 de 21 de Agosto de 1954, alterado pelo Decreto-lei n.º 48.594 de 26 de Setembro de 1968;

Após a definição dos factores procedeu-se a uma conjugação dos mesmos. Realizou-se a intersecção dos raios de influência das acessibilidades e dos centros de investigação e ensino superior. Posteriormente, uniu-se o resultado desta intersecção com a dinâmica industrial, preferências pessoais e o índice de oportunidade.

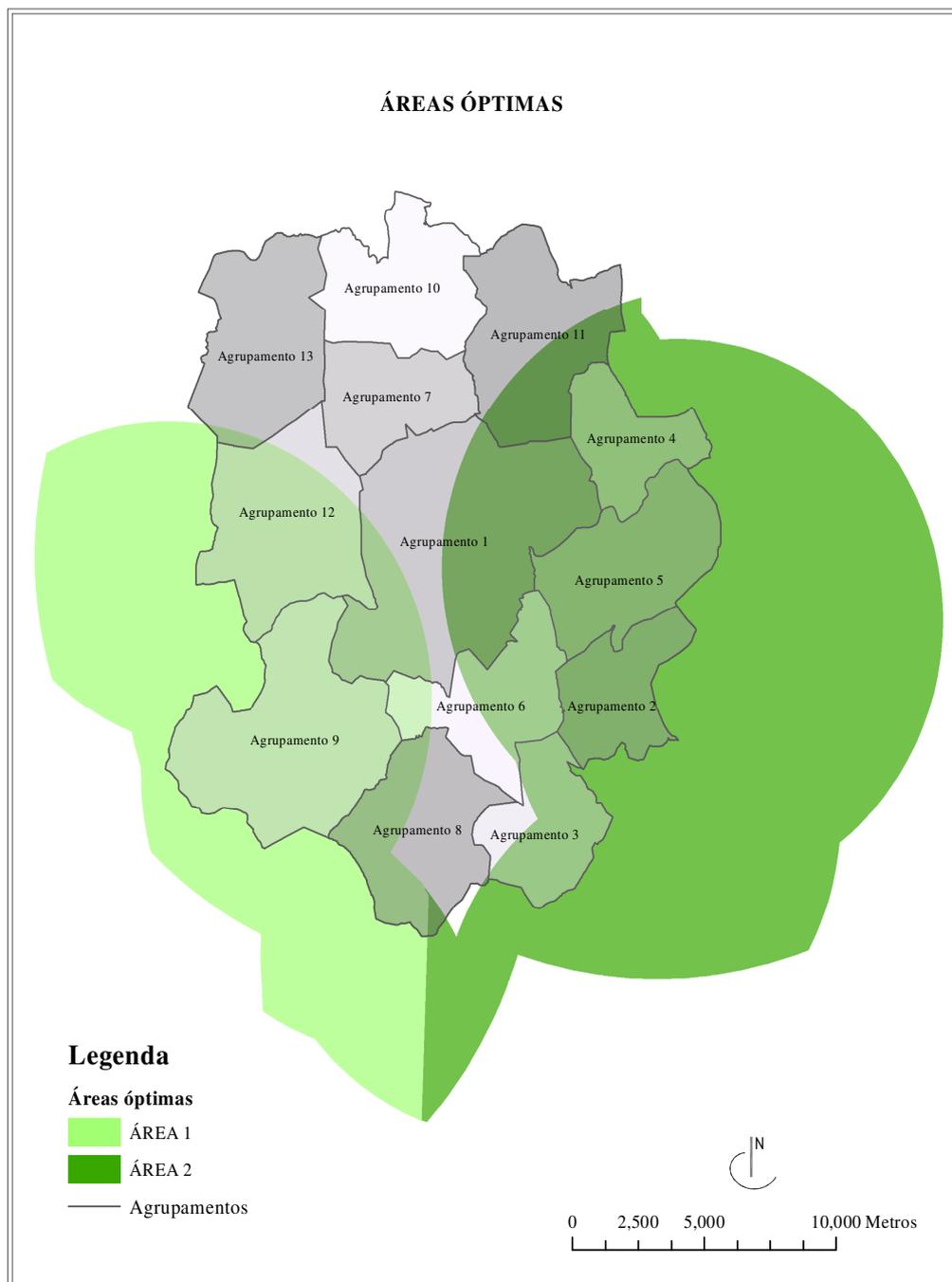
O produto desta conjugação resulta na definição de áreas óptimas que, por sua vez, devem considerar as exclusões aplicadas ao ordenamento do território.

<sup>19</sup> Limite da Plataforma = faixa e bermas;

<sup>20</sup> Zona de Estrada = estrada, faixa, bermas, pontes, viadutos;

<sup>21</sup> Eixo de Via = limite de separação entre as faixas;

Ilustração 24 – Definição das áreas ótimas para a ALEB.



#### 4.4. Análise SWOT

Da aplicação da metodologia evidenciam-se duas áreas propícias a este tipo de empreendimento.

A primeira área (Área 1), no flanco Oeste do concelho, é constituída maioritariamente pelos Agrupamentos 9 e 12.

A Área 2, situa-se a Este do concelho, sendo constituída maioritariamente pelos Agrupamentos 2, 3, 4 e 5.

Para uma avaliação da área óptima, recorreu-se à observação das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (SWOT) das áreas. Desta forma, tenta-se apurar o território onde as forças e as oportunidades predominam.

Tabela 15 – Análise SWOT da Área 1.

<b>Área 1</b>			
<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proximidade ao IC1</li> <li>• Proximidade com campos de golfe de Esposende e Póvoa do Varzim</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distância a centros de decisão</li> <li>• Distância a equipamentos terciários</li> <li>• Área predominantemente rural</li> <li>• Povoamento disperso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zona de convergência da rede viária</li> <li>• Proximidade com o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave</li> <li>• Proximidade com o parque industrial de Laúndos</li> <li>• Imediação com Esposende pela sua capacidade turística</li> <li>• Impulsionar o sector agro-industrial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trânsito elevado de veículos de mercadorias</li> <li>• Articulação com os equipamentos</li> </ul>

Tabela 16 – Análise SWOT da Área 2.

<b>Área 2</b>			
<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proximidade à A3</li> <li>• Deslocalização de actividades do centro urbano</li> <li>• Existência de rede de drenagem de águas residuais</li> <li>• Coincidente com o prisma industrial concelhio</li> <li>• Povoamento concentrado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distância a centros de decisão</li> <li>• Distância a equipamentos terciários</li> <li>• Distância ao perímetro urbano</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imediação ao campo de golfe previsto no concelho</li> <li>• Proximidade com o CBD de Braga</li> <li>• Proximidade à Universidade do Minho</li> <li>• Proximidade à Universidade Lusíada (Famalicão)</li> <li>• Captação de investimentos bracarenses</li> <li>• Área predominantemente urbana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trânsito elevado de veículos ligeiros</li> <li>• Articulação com os equipamentos existentes</li> </ul>

Perante esta análise, verifica-se que as duas áreas são bastante consistentes.

A Área 1 evidencia-se pelo enquadramento paisagístico, turístico e de lazer, podendo constituir uma fonte de dinamização e animação económica do território. A Área 1 pode ainda impulsionar

uma nova dinâmica em Barcelos, nomeadamente o sector agro-industrial, pela proximidade com as fontes de produção concelhias e supra-concelhias (Esposende, Póvoa do Varzim).

A Área 2 singulariza-se pelo maior número de população a frequentar o ensino, sobretudo o ensino superior, a “massa cinzenta” que é essencial apreender, enraizar e aproveitar a sua formação profissional de forma a dinamizar as estruturas concelhias e regionais.

A Área 2 assume ainda relações privilegiadas com Braga em termos económicos e pode criar uma rede de sinergias com os estabelecimentos do ensino superior trazendo inovação e uma investigação intensiva para a ALEB. As instituições de ensino superior neste tipo de empreendimento são essenciais quer pelas iniciativas e parcerias, quer pela disponibilização de uma bolsa de trabalho qualificado e servindo de base do conhecimento. Deste modo, pode incentivar-se os sistemas nacionais de inovação através de redes de sinergias e estimular-se parcerias público/privado. Acrescenta-se a proximidade ao campo de golfe e corredores verdes que são formas de qualificação ambiental, cultural e de lazer.

## Considerações finais

Síntese de um passado essencialmente rural e de um presente dominado quer pelo desenvolvimento económico quer pelo crescimento demográfico e requalificação do território, Barcelos evolui como um concelho de contrastes. É a soma de uma coexistência equilibra, onde paisagens urbanas e industriais são recortadas por uma rede viária tentaculada tendo como pano de fundo a tonalidade verde.

O território evidencia-se como um sistema multidimensional e complexo, perceptível a diversas escalas. No momento de crise económica que o país atravessa, com a deslocalização de empresas e a forte concorrência de produtos de outros mercados a preços imbatíveis, prevê-se a reestruturação económica como um processo indispensável na estratégia de Barcelos. Contudo, a situação agrava-se pelo peso considerável do sector industrial, nomeadamente o sector têxtil, na economia do concelho principalmente pelo elevado nível ocupacional da população.

Assim, a ALEB desempenha um papel fundamental na reestruturação e dinamização da estrutura produtiva. A ALEB deve ser considerada acima de tudo um instrumento progressivo capaz de integrar diversas áreas tais como o ensino, população, acessibilidade, lazer, turismo e ambiente. Revelando-se, deste modo, não só pela sua organização e inovação mas também pela capacidade de conjugar e captar para si as características concelhias, assume-se como um espaço único dificilmente equiparável e altamente competitivo.

Por outro lado, a partilha de valores e objectivos contém um enorme potencial de transformação, devendo a aposta de animação económica do concelho passar o sector do turismo. A promoção de “rotas regionais dotadas de uma lógica temática coerente seleccionando projectos de criação de novos itinerários regionais, assentes na interligação das vertentes histórica, ambiental, turística, patrimonial, gastronómica e cultural, bem como valorizar e revitalizar espaços territoriais específicos, com vista à dinamização das suas potencialidades e à promoção da sua competitividade, fazendo face a estrangulamentos e fragilidades locais e regionais” (Programa Operacional da Região Norte: *Ações Específicas de Valorização Territorial*- medida 1.6).

Devem, ainda, ser consideradas as seguintes medidas:

- Assegurar à actividade empresarial do concelho informação técnica especializada;
- Promover a captação de investimento;
- Promoção de uma relação personalizada com os agentes económicos;
- Criação de uma gabinete de apoio que seja responsável pela divulgação da informação inerente aos apoios e oportunidades dirigidas à actividade empresarial, na identificação de necessidades, sugestões e prioridades dos empresários e difundir informação acerca da legislação existente para a actividade económica, nomeadamente fundos comunitários e outros programas de financiamento;

- Promover iniciativas promocionais dirigidas às empresas e destacar aquelas se distinguem pelo seu dinamismo, segurança, inserção urbanística e respeito ambiental;
- Encetar parcerias com entidades públicas e privadas com vista ao desenvolvimento económico;
- Actualização sistemática da base de dados sobre os espaços industriais e a actividade empresarial do concelho;
- Elaborar estudos e análises de apoio à actividade empresarial do concelho.

***Estudos de Caracterização Territorial***

***ACTIVIDADES ECONÓMICAS***

**RELATÓRIO 1**

**ANEXOS**

**PARTE 1**



PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

---



**ÍNDICE**

Anexo 1 - Distribuição da população empregada por ramo de actividade económica, por Agrupamento, segundo a Classificação das Actividades Económicas (CAE – Rev. 2.1). .....	3
Anexo 2 – Percentagem da população empregada por ramo de actividade económica, por Agrupamento, segundo a Classificação das Actividades Económicas (CAE – Rev. 2.1). .....	4
Anexo 3 – Número total de animais efectivos no concelho (1989/1999). .....	5
Anexo 4 -Distribuição do sector industrial, no concelho. ....	6
Anexo 5 - Dimensão das empresas no concelho (1995/2001). .....	7
Anexo 6 – Distribuição da indústria transformadora no concelho, em 2003. ....	8
Anexo 7 - Número de estabelecimentos terciários, segundo o número de pessoas (1995/2001). ...	9
Anexo 8 - Distribuição das actividades terciárias, por Agrupamentos em 2003. ....	10
Anexo 9 – Volume de vendas do sector terciário (1995/2001). .....	11
Anexo 10 – Distribuição dos sectores de actividade (secção) por Agrupamentos, segundo o número de empresas em 2003. ....	12
Anexo 11 - Distribuição dos sectores de actividade (subsecção) por Agrupamentos, segundo o número de empresas em 2003. ....	13
Anexo 12 - Quociente de localização entre Barcelos e o País em 1995 (número de empresas). ...	14
Anexo 13 - Quociente de localização entre Barcelos e o País em 2001 (número de empresas). ...	15
Anexo 14 - Variáveis utilizadas no índice de oportunidade. ....	16

ANEXO 1 - Distribuição da população empregada por ramo de actividade económica, por Agrupamento, segundo a Classificação das Actividades Económicas (CAE – Rev. 2.1).

Ramos	Concelho	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
<b>Total</b>	<b>58934</b>	<b>23927</b>	<b>3062</b>	<b>2865</b>	<b>2262</b>	<b>3982</b>	<b>3402</b>	<b>2260</b>	<b>3137</b>	<b>4142</b>	<b>2255</b>	<b>2492</b>	<b>2876</b>	<b>2272</b>
<b>A</b>	2865	393	169	174	70	141	187	91	424	571	175	178	164	128
<b>B</b>	2	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
<b>C</b>	123	21	3	1	13	21	15	10	3	17	4	5	6	4
<b>D</b>	29127	12696	1415	1335	1312	1753	1797	1165	1367	1694	897	1186	1571	939
<b>DA</b>	691	180	64	73	15	41	34	16	91	78	29	31	15	24
<b>DB</b>	21393	10306	678	582	512	1130	1275	989	992	1335	673	1017	1373	531
<b>DC</b>	1048	217	315	188	3	15	231	2	24	27	3	7	8	8
<b>DD</b>	856	160	33	57	25	50	34	51	126	76	85	38	36	85
<b>DE</b>	353	216	9	3	7	45	23	3	7	7	8	3	13	9
<b>DF</b>	7	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1
<b>DG</b>	60	24	6	8	0	4	3	0	3	5	2	2	2	1
<b>DH</b>	245	81	29	68	3	5	13	3	16	9	4	5	6	3
<b>DI</b>	2274	971	32	41	707	248	59	9	7	15	30	41	13	101
<b>DJ</b>	848	293	57	66	22	84	50	66	39	59	22	16	49	25
<b>DK</b>	282	52	30	73	4	29	15	1	14	18	8	8	5	25
<b>DL</b>	367	58	58	73	4	50	9	3	9	17	11	1	11	63
<b>DM</b>	136	26	14	14	0	10	6	2	3	10	15	1	3	32
<b>DN</b>	567	109	90	89	10	42	45	20	36	38	7	13	37	31
<b>E</b>	214	76	11	13	3	32	5	3	3	15	10	5	12	26
<b>F</b>	8136	1854	578	377	281	956	478	413	587	675	520	429	461	521
<b>G</b>	7597	3423	337	421	311	445	435	241	362	600	214	288	234	286
<b>H</b>	1458	671	54	62	33	86	103	51	51	107	52	65	85	38
<b>I</b>	925	296	115	63	18	38	46	45	56	50	83	39	26	50
<b>J</b>	368	236	10	33	9	8	9	13	13	11	9	2	8	7
<b>K</b>	1172	661	57	55	30	49	49	26	44	49	31	52	40	29
<b>L</b>	1642	792	110	76	34	99	85	51	63	96	72	52	61	51
<b>M</b>	2205	1308	99	104	71	72	69	36	50	91	59	80	82	84
<b>N</b>	1696	893	57	81	42	138	53	67	69	81	49	62	61	43
<b>O</b>	746	421	31	27	13	52	32	20	14	50	24	16	22	24
<b>P</b>	663	185	16	43	22	91	39	28	30	35	56	33	43	42
<b>Q</b>	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Secção A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; Secção B – Pesca; Secção C - Indústrias extractivas; Secção D - Indústrias transformadoras; Subsecção DA - Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco; Subsecção DB - Indústria têxtil; Subsecção DC - Indústria do couro e de produtos de couro; Subsecção DD - Indústrias da madeira e de cortiça e suas obras; Subsecção DE - Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos edição e impressão; Subsecção DF - Fabricação de coque, produtos petrolíferos e combustível nuclear; Subsecção DG - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais; Subsecção DH - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; Subsecção DI - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos; Subsecção DJ - Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos; Subsecção DK - Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.; Subsecção DL - Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica; Subsecção DM - Fabricação de material de transporte; Subsecção DN - Indústrias transformadoras, n.e.; Secção E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água; Secção F – Construção; Secção G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico; Secção H - Alojamento e restauração (restaurantes e similares); Secção I - Transportes, armazenagem e comunicações; Secção J - Actividades financeiras; Secção K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; Secção L - Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória; Secção M – Educação; Secção N - Saúde e acção social; Secção O - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais; Secção P - Famílias com empregados domésticos; Secção Q - Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

ANEXO 2 – Percentagem da população empregada por ramo de actividade económica, por Agrupamento, segundo a Classificação das Actividades Económicas (CAE – Rev. 2.1).

Ramos	Concelho	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
<b>Total</b>	<b>100</b>													
A	4,9	1,6	5,5	6,1	3,1	3,5	5,5	4,0	13,5	13,8	7,8	7,1	5,7	5,6
B	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
C	0,2	0,1	0,1	0,0	0,6	0,5	0,4	0,4	0,1	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2
D	49,4	53,1	46,2	46,6	58,0	44,0	52,8	51,5	43,6	40,9	39,8	47,6	54,6	41,3
DA	2,4	1,4	4,5	5,5	1,1	2,3	1,9	1,4	6,7	4,6	3,2	2,6	1,0	2,6
DB	73,4	81,2	47,9	43,6	39,0	64,5	71,0	84,9	72,6	78,8	75,0	85,8	87,4	56,5
DC	3,6	1,7	22,3	14,1	0,2	0,9	12,9	0,2	1,8	1,6	0,3	0,6	0,5	0,9
DD	2,9	1,3	2,3	4,3	1,9	2,9	1,9	4,4	9,2	4,5	9,5	3,2	2,3	9,1
DE	1,2	1,7	0,6	0,2	0,5	2,6	1,3	0,3	0,5	0,4	0,9	0,3	0,8	1,0
DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,1
DG	0,2	0,2	0,4	0,6	0,0	0,2	0,2	0,0	0,2	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1
DH	0,8	0,6	2,0	5,1	0,2	0,3	0,7	0,3	1,2	0,5	0,4	0,4	0,4	0,3
DI	7,8	7,6	2,3	3,1	53,9	14,1	3,3	0,8	0,5	0,9	3,3	3,5	0,8	10,8
DJ	2,9	2,3	4,0	4,9	1,7	4,8	2,8	5,7	2,9	3,5	2,5	1,3	3,1	2,7
DK	1,0	0,4	2,1	5,5	0,3	1,7	0,8	0,1	1,0	1,1	0,9	0,7	0,3	2,7
DL	1,3	0,5	4,1	5,5	0,3	2,9	0,5	0,3	0,7	1,0	1,2	0,1	0,7	6,7
DM	0,5	0,2	1,0	1,0	0,0	0,6	0,3	0,2	0,2	0,6	1,7	0,1	0,2	3,4
DN	1,9	0,9	6,4	6,7	0,8	2,4	2,5	1,7	2,6	2,2	0,8	1,1	2,4	3,3
E	0,4	0,3	0,4	0,5	0,1	0,8	0,1	0,1	0,1	0,4	0,4	0,2	0,4	1,1
F	13,8	7,7	18,9	13,2	12,4	24,0	14,1	18,3	18,7	16,3	23,1	17,2	16,0	22,9
G	12,9	14,3	11,0	14,7	13,7	11,2	12,8	10,7	11,5	14,5	9,5	11,6	8,1	12,6
H	2,5	2,8	1,8	2,2	1,5	2,2	3,0	2,3	1,6	2,6	2,3	2,6	3,0	1,7
I	1,6	1,2	3,8	2,2	0,8	1,0	1,4	2,0	1,8	1,2	3,7	1,6	0,9	2,2
J	0,6	1,0	0,3	1,2	0,4	0,2	0,3	0,6	0,4	0,3	0,4	0,1	0,3	0,3
K	2,0	2,8	1,9	1,9	1,3	1,2	1,4	1,2	1,4	1,2	1,4	2,1	1,4	1,3
L	2,8	3,3	3,6	2,7	1,5	2,5	2,5	2,3	2,0	2,3	3,2	2,1	2,1	2,2
M	3,7	5,5	3,2	3,6	3,1	1,8	2,0	1,6	1,6	2,2	2,6	3,2	2,9	3,7
N	2,9	3,7	1,9	2,8	1,9	3,5	1,6	3,0	2,2	2,0	2,2	2,5	2,1	1,9
O	1,3	1,8	1,0	0,9	0,6	1,3	0,9	0,9	0,4	1,2	1,1	0,6	0,8	1,1
P	1,1	0,8	0,5	1,5	1,0	2,3	1,1	1,2	1,0	0,8	2,5	1,3	1,5	1,8
Q	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Secção A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; Secção B - Pesca; Secção C - Indústrias extractivas; Secção D - Indústrias transformadoras; Subsecção DA - Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco; Subsecção DB - Indústria têxtil; Subsecção DC - Indústria do couro e de produtos de couro; Subsecção DD - Indústrias da madeira e de cortiça e suas obras; Subsecção DE - Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos edição e impressão; Subsecção DF - Fabricação de coque, produtos petrolíferos e combustível nuclear; Subsecção DG - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais; Subsecção DH - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; Subsecção DI - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos; Subsecção DJ - Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos; Subsecção DK - Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.; Subsecção DL - Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica; Subsecção DM - Fabricação de material de transporte; Subsecção DN - Indústrias transformadoras, n.e.; Secção E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água; Secção F - Construção; Secção G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico; Secção H - Alojamento e restauração (restaurantes e similares); Secção I - Transportes, armazenagem e comunicações; Secção J - Actividades financeiras; Secção K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; Secção L - Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória; Secção M - Educação; Secção N - Saúde e acção social; Secção O - Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais; Secção P - Famílias com empregados domésticos; Secção Q - Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

## ANEXO 3 – Número total de animais efectivos no concelho (1989/1999).

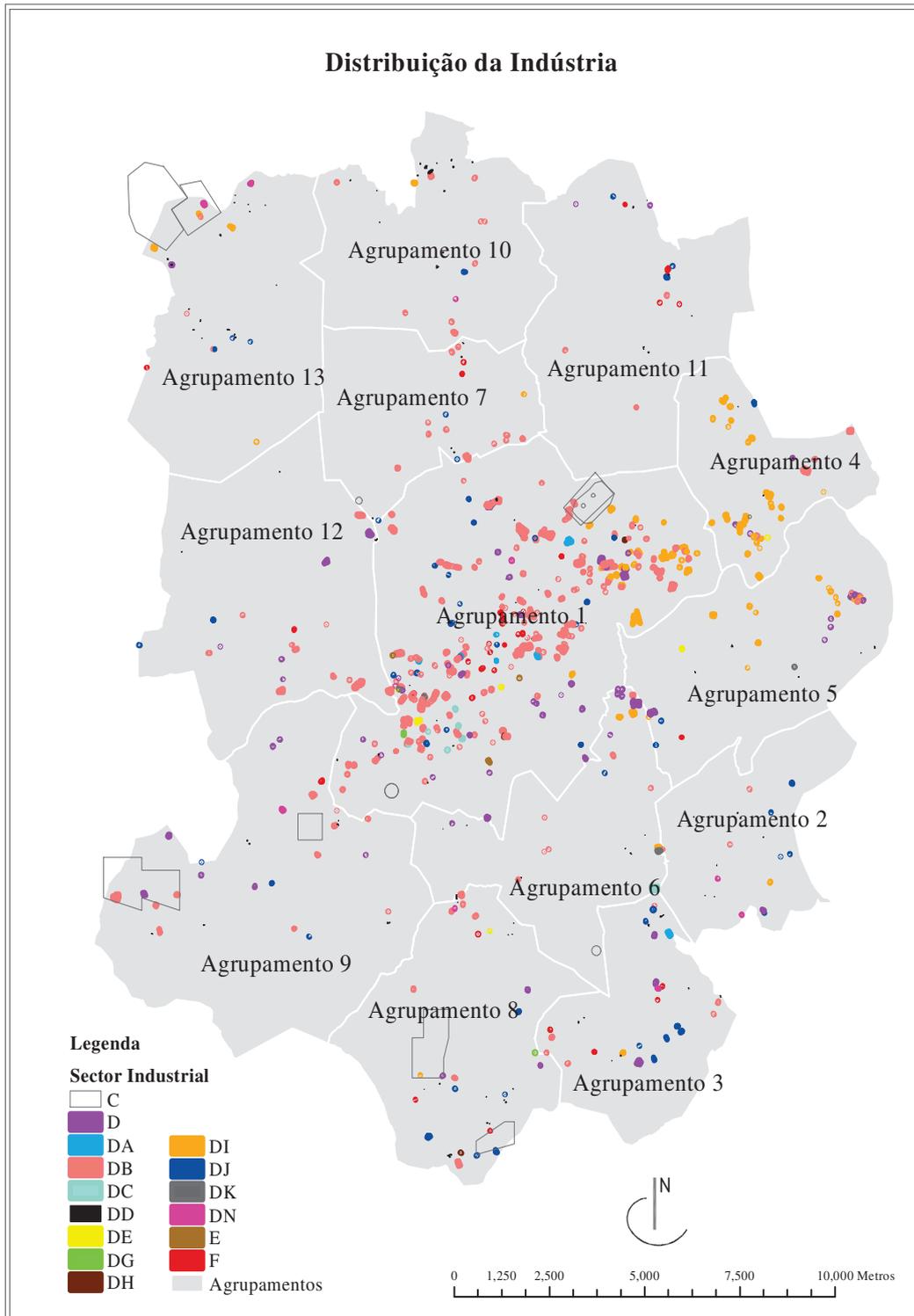
Número total de animais efectivos no concelho, em 1989.

Designação	Bovinos	Ovinos	Suínos	Caprinos	Equídeos	Coelhos	Aves	Abelhas	Concelho
Agrupamento 1	5265	55	920	21	7	0	0	218	6486
Agrupamento 2	2389	0	286	0	0	0	0	57	2732
Agrupamento 3	3218	4	191	0	3	0	0	84	3500
Agrupamento 4	1168	110	103	0	0	0	0	87	1468
Agrupamento 5	2229	68	359	15	11	0	0	116	2798
Agrupamento 6	1769	0	106	0	0	0	0	97	1972
Agrupamento 7	1003	8	133	10	22	0	0	93	1269
Agrupamento 8	7072	79	241	0	0	0	0	188	7580
Agrupamento 9	7377	12	392	15	13	0	0	315	8124
Agrupamento 10	1743	216	186	38	0	0	0	82	2265
Agrupamento 11	2298	46	225	5	4	0	0	100	2678
Agrupamento 12	2380	42	258	34	0	0	0	254	2968
Agrupamento 13	1216	203	362	20	3	0	0	118	1922
<b>Concelho</b>	<b>39127</b>	<b>843</b>	<b>3762</b>	<b>158</b>	<b>63</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1809</b>	<b>45762</b>

Número total de animais efectivos no concelho, em 1999.

Designação	Bovinos	Ovinos	Suínos	Caprinos	Equídeos	Coelhos	Aves	Abelhas	Concelho
Agrupamento 1	7382	90	362	47	24	4978	13030	79	25992
Agrupamento 2	3510	32	160	9	4	1443	5354	7	10519
Agrupamento 3	5104	13	209	0	0	1296	6477	25	13124
Agrupamento 4	1384	129	82	0	6	982	3577	45	6205
Agrupamento 5	2289	74	455	20	21	2154	7875	0	12888
Agrupamento 6	2304	14	94	8	0	1366	5556	14	9356
Agrupamento 7	1185	28	45	15	9	754	2823	0	4859
Agrupamento 8	11218	34	237	35	0	3031	10436	58	25049
Agrupamento 9	10457	40	339	12	5	3112	51108	26	65099
Agrupamento 10	2313	158	84	7	0	889	4683	51	8185
Agrupamento 11	3445	196	98	56	0	1149	6390	29	11363
Agrupamento 12	2649	93	191	44	0	6139	7880	15	17011
Agrupamento 13	1836	249	162	39	14	1249	5726	44	9319
<b>Concelho</b>	<b>55076</b>	<b>1150</b>	<b>2518</b>	<b>292</b>	<b>83</b>	<b>28542</b>	<b>130915</b>	<b>393</b>	<b>218969</b>

ANEXO 4 -Distribuição do sector industrial, no concelho.



## ANEXO 5 - Dimensão das empresas no concelho (1995/2001).

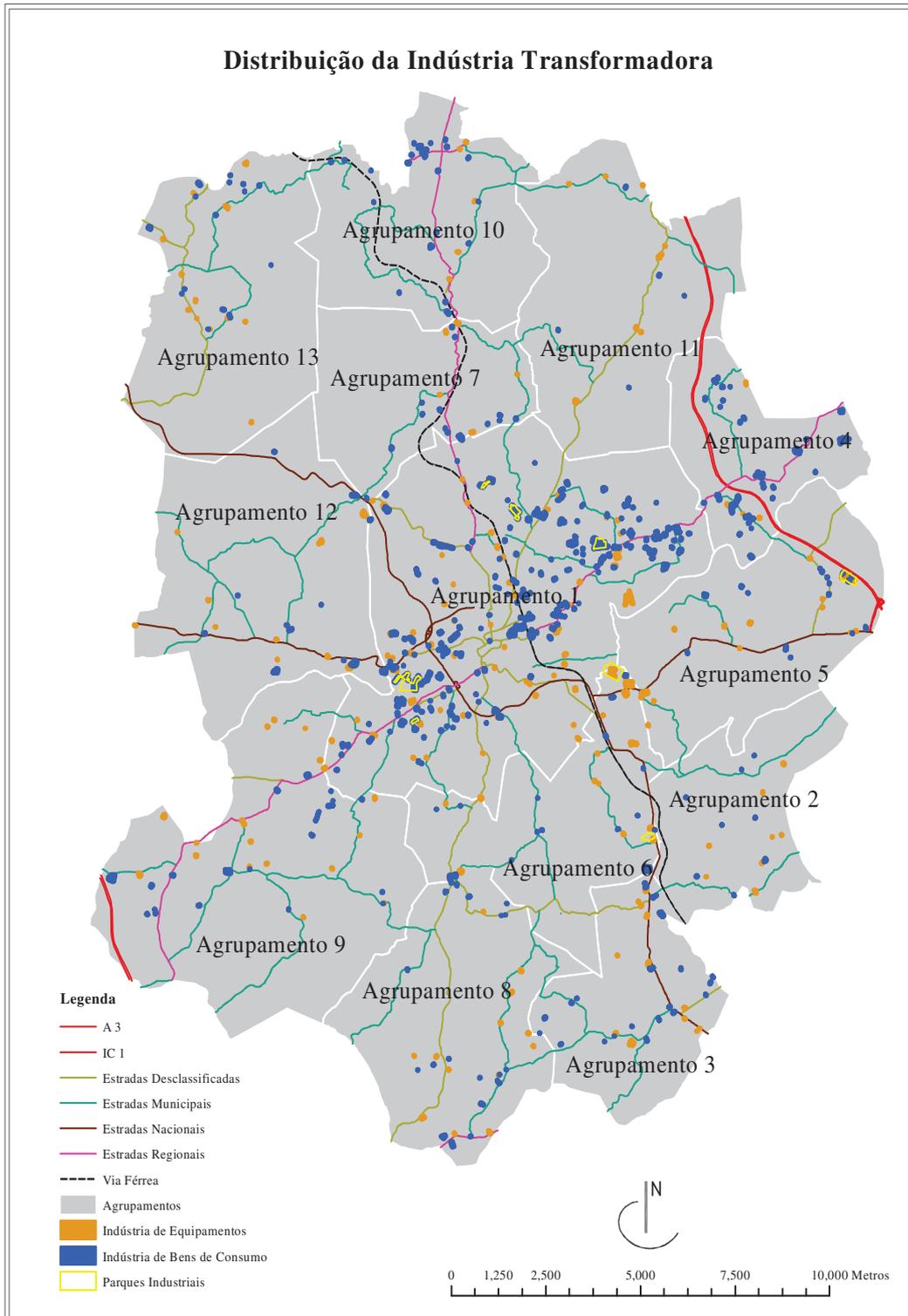
## Dimensão das empresas no concelho em 1995.

Designação	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 399	400 a 499	500 a 999	1000 ou mais	Total
<b>C</b>	2	1	1	1	0	0	0	0	0	0	<b>5</b>
<b>DA</b>	15	13	11	4	2	0	0	0	0	0	<b>45</b>
<b>DB</b>	390	238	167	140	43	19	7	2	1	0	<b>1007</b>
<b>DC</b>	14	7	5	1	2	0	0	0	1	0	<b>30</b>
<b>DD</b>	36	11	14	3	0	0	0	0	0	0	<b>64</b>
<b>DE</b>	17	12	4	4	0	0	0	0	0	0	<b>37</b>
<b>DF</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>DG</b>	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	<b>4</b>
<b>DH</b>	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	<b>3</b>
<b>DI</b>	52	36	35	19	9	0	0	0	0	0	<b>151</b>
<b>DJ</b>	29	10	7	2	0	0	0	0	0	0	<b>48</b>
<b>DK</b>	5	2	1	4	0	0	0	0	0	0	<b>12</b>
<b>DL</b>	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>1</b>
<b>DM</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>DN</b>	13	7	5	3	0	0	0	0	0	0	<b>28</b>
<b>E</b>	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	<b>4</b>
<b>F</b>	153	58	26	24	2	1	0	0	0	0	<b>264</b>
<b>Total</b>	<b>728</b>	<b>400</b>	<b>278</b>	<b>207</b>	<b>59</b>	<b>20</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1703</b>

## Dimensão das empresas no concelho em 2001.

Designação	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 399	400 a 499	500 a 999	1000 ou mais	Total
<b>C</b>	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	<b>5</b>
<b>DA</b>	25	17	9	4	2	0	0	0	0	0	<b>57</b>
<b>DB</b>	647	311	209	145	55	18	4	1	1	0	<b>1391</b>
<b>DC</b>	11	10	5	1	1	0	0	0	0	1	<b>29</b>
<b>DD</b>	58	19	8	3	0	0	0	0	0	0	<b>88</b>
<b>DE</b>	15	10	7	3	0	0	0	0	0	0	<b>35</b>
<b>DF</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>DG</b>	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>4</b>
<b>DH</b>	2	3	0	2	2	0	0	0	0	0	<b>9</b>
<b>DI</b>	67	45	31	17	3	0	0	0	0	0	<b>163</b>
<b>DJ</b>	60	12	7	4	0	0	0	0	0	0	<b>83</b>
<b>DK</b>	7	3	5	3	0	0	0	0	0	0	<b>18</b>
<b>DL</b>	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>3</b>
<b>DM</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>DN</b>	20	10	5	2	0	0	0	0	0	0	<b>37</b>
<b>E</b>	2	1	1	1	1	0	0	0	0	0	<b>6</b>
<b>F</b>	321	142	90	31	4	2	1	1	0	0	<b>592</b>
<b>Total</b>	<b>1243</b>	<b>586</b>	<b>378</b>	<b>216</b>	<b>68</b>	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2520</b>

ANEXO 6 – Distribuição da indústria transformadora no concelho, em 2003.



## ANEXO 7 - Número de estabelecimentos terciários, segundo o número de pessoas (1995/2001).

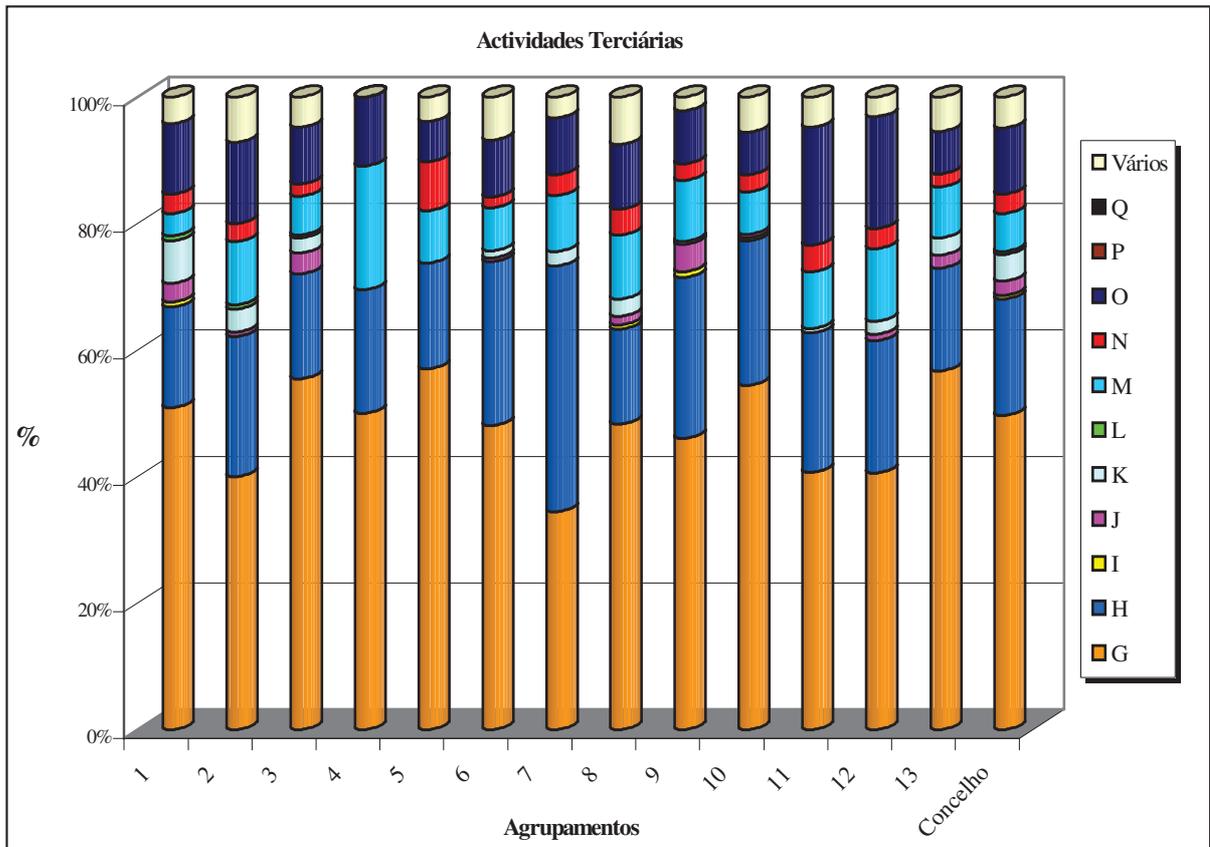
Número de estabelecimentos terciários, segundo o número de pessoas em 1995.

Designação	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 399	400 a 499	500 a 999	1000 ou mais	Total
<b>G</b>	503	114	38	14	2	1	0	0	0	0	<b>672</b>
<b>H</b>	75	19	5	2	0	0	0	0	0	0	<b>101</b>
<b>I</b>	13	5	1	6	1	0	0	0	0	0	<b>26</b>
<b>J</b>	13	11	4	4	0	0	0	0	0	0	<b>32</b>
<b>K</b>	56	10	3	0	0	1	0	0	0	0	<b>70</b>
<b>L</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>M</b>	3	2	3	1	1	0	0	0	0	0	<b>10</b>
<b>N</b>	22	4	6	0	1	1	0	0	0	0	<b>34</b>
<b>O</b>	38	7	3	0	0	0	0	0	0	0	<b>48</b>
<b>P</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Q</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>723</b>	<b>172</b>	<b>63</b>	<b>27</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>993</b>

Número de estabelecimentos terciários, segundo o número de pessoas em 2001.

Designação	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 399	400 a 499	500 a 999	1000 ou mais	Total
<b>G</b>	785	179	68	20	2	1	0	0	0	0	<b>1055</b>
<b>H</b>	140	30	8	8	0	0	0	0	0	0	<b>186</b>
<b>I</b>	45	11	1	6	2	0	0	0	0	0	<b>65</b>
<b>J</b>	21	19	4	2	0	0	0	0	0	0	<b>46</b>
<b>K</b>	152	25	4	2	0	0	0	0	0	0	<b>183</b>
<b>L</b>	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>1</b>
<b>M</b>	10	8	1	3	0	1	0	0	0	0	<b>23</b>
<b>N</b>	60	8	8	4	1	1	1	0	0	0	<b>83</b>
<b>O</b>	64	8	2	3	0	0	0	0	0	0	<b>77</b>
<b>P</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Q</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>1278</b>	<b>288</b>	<b>96</b>	<b>48</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1719</b>

ANEXO 8 - Distribuição das actividades terciárias, por Agrupamentos em 2003.



## ANEXO 9 – Volume de vendas do sector terciário (1995/2001).

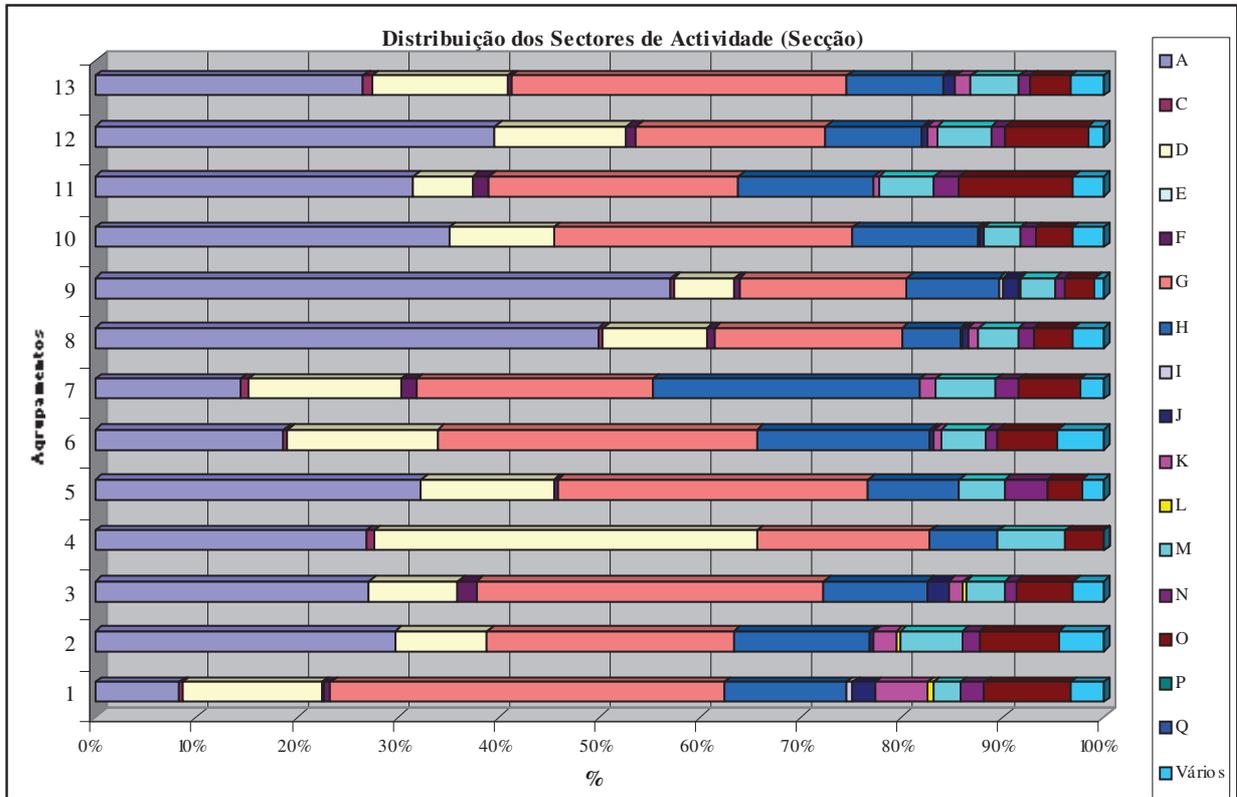
## Volume de vendas do sector terciário em 1995.

Milhares de Contos	Menos de 10	10 a 29	30 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 a 999	1000 a 4999	5000 a 9999	10000 a 24999	25000 a 49999	50000 a 99999	100000 e mais	Ignorado	Total
<b>G</b>	690	2721	2451	5536	6382	13031	8247	10762	11114	0	0	0	0	0	<b>60934</b>
<b>H</b>	241	580	66	386	164	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>1437</b>
<b>I</b>	20	15	71	65	169	506	577	1267	0	0	0	0	0	0	<b>2690</b>
<b>J</b>	19	34	0	0	0	259	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>312</b>
<b>K</b>	192	194	46	58	0	269	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>759</b>
<b>L</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>M</b>	15	0	35	56	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>106</b>
<b>N</b>	82	41	157	77	108	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>465</b>
<b>O</b>	111	50	170	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>331</b>
<b>P</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Q</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>1370</b>	<b>3635</b>	<b>2996</b>	<b>6178</b>	<b>6823</b>	<b>14065</b>	<b>8824</b>	<b>12029</b>	<b>11114</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>67034</b>

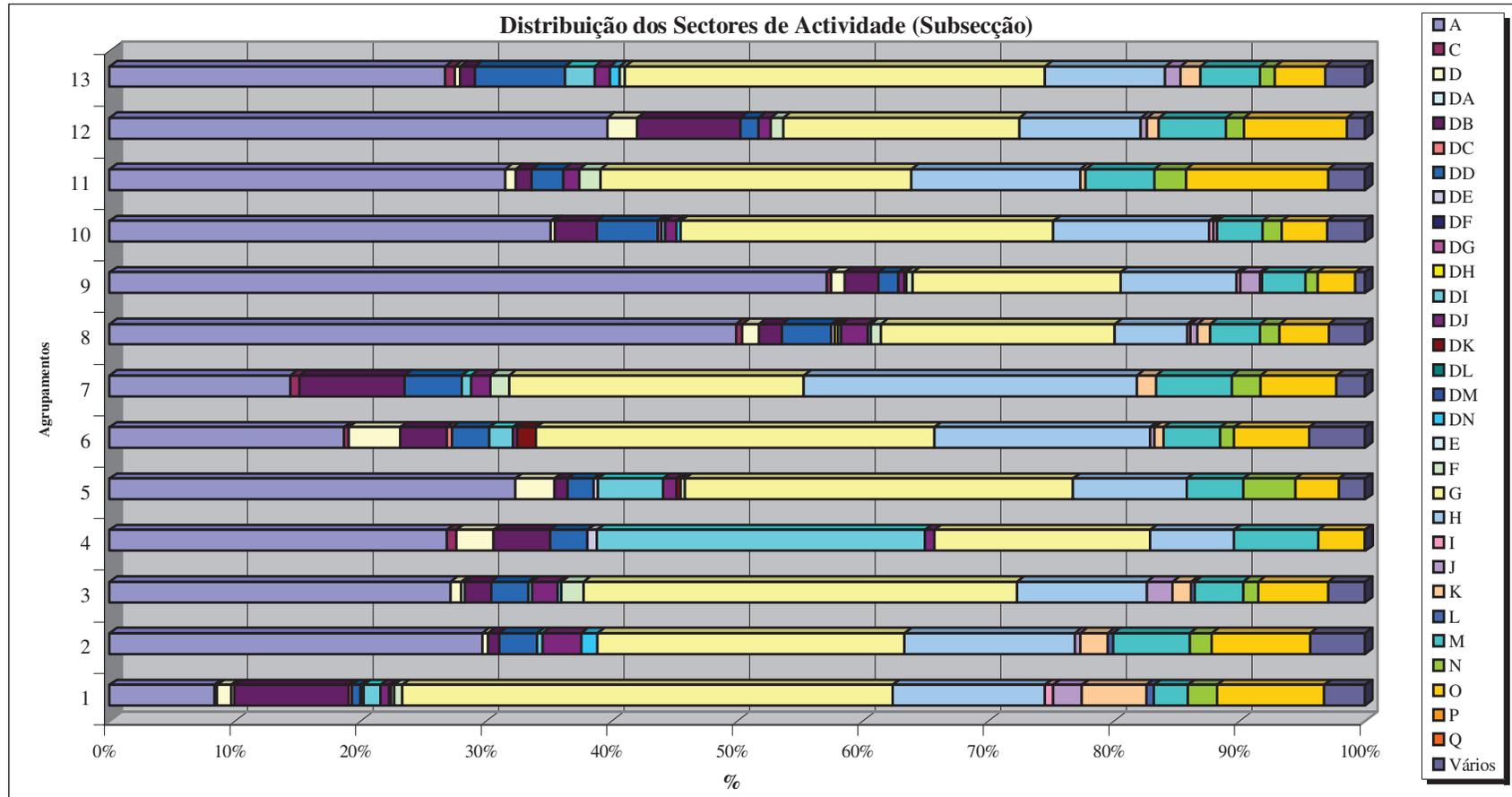
## Volume de vendas do sector terciário em 2001.

Milhares de Contos	Menos de 10	10 a 29	30 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 a 999	1000 a 4999	5000 a 9999	10000 a 24999	25000 a 49999	50000 a 99999	100000 e mais	Ignorado	Total
<b>G</b>	806	3946	3895	9384	14324	18715	13659	24015	0	11254	0	0	0	0	<b>99998</b>
<b>H</b>	337	1170	758	663	360	668	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>3936</b>
<b>I</b>	76	205	205	274	396	468	0	2230	0	0	0	0	0	0	<b>3854</b>
<b>J</b>	28	106	38	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>172</b>
<b>K</b>	367	617	354	644	711	450	1228	1116	0	0	0	0	0	0	<b>5487</b>
<b>L</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>M</b>	23	47	111	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>181</b>
<b>N</b>	90	324	154	299	246	270	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>1383</b>
<b>O</b>	150	200	69	91	262	273	0	1748	0	0	0	0	0	0	<b>2793</b>
<b>P</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Q</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>1877</b>	<b>6615</b>	<b>5584</b>	<b>11345</b>	<b>16299</b>	<b>20834</b>	<b>14887</b>	<b>29109</b>	<b>0</b>	<b>11254</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>117804</b>

ANEXO 10 – Distribuição dos sectores de actividade (secção) por Agrupamentos, segundo o número de empresas em 2003.



ANEXO 11 - Distribuição dos sectores de actividade (subsecção) por Agrupamentos, segundo o número de empresas em 2003.



## ANEXO 12 - Quociente de localização entre Barcelos e o País em 1995 (número de empresas).

Designação	<i>Barcelos</i>			<i>País</i>			QLrj
	Xrj	Xr	Xrj/Xr	Xpj	Xp	Xpj/Xp	
<b>A</b>	23	2719	0.0085	8018	223358	0.0359	<b>0.24</b>
<b>B</b>	0	2719	0.0000	286	223358	0.0013	<b>0.00</b>
<b>CA</b>	0	2719	0.0000	10	223358	0.0000	<b>0.00</b>
<b>CB</b>	5	2719	0.0018	982	223358	0.0044	<b>0.42</b>
<b>DA</b>	45	2719	0.0166	5555	223358	0.0249	<b>0.67</b>
<b>DB</b>	1007	2719	0.3704	7951	223358	0.0356	<b>10.40</b>
<b>DC</b>	30	2719	0.0110	2105	223358	0.0094	<b>1.17</b>
<b>DD</b>	64	2719	0.0235	4084	223358	0.0183	<b>1.29</b>
<b>DE</b>	37	2719	0.0136	2641	223358	0.0118	<b>1.15</b>
<b>DF</b>	0	2719	0.0000	23	223358	0.0001	<b>0.00</b>
<b>DG</b>	4	2719	0.0015	863	223358	0.0039	<b>0.38</b>
<b>DH</b>	3	2719	0.0011	751	223358	0.0034	<b>0.33</b>
<b>DI</b>	151	2719	0.0555	3083	223358	0.0138	<b>4.02</b>
<b>DJ</b>	48	2719	0.0177	5913	223358	0.0265	<b>0.67</b>
<b>DK</b>	12	2719	0.0044	1776	223358	0.0080	<b>0.56</b>
<b>DL</b>	1	2719	0.0004	982	223358	0.0044	<b>0.08</b>
<b>DM</b>	0	2719	0.0000	528	223358	0.0024	<b>0.00</b>
<b>DN</b>	28	2719	0.0103	4690	223358	0.0210	<b>0.49</b>
<b>E</b>	4	2719	0.0015	658	223358	0.0029	<b>0.50</b>
<b>F</b>	264	2719	0.0971	21941	223358	0.0982	<b>0.99</b>
<b>G</b>	672	2719	0.2471	80412	223358	0.3600	<b>0.69</b>
<b>H</b>	101	2719	0.0371	24138	223358	0.1081	<b>0.34</b>
<b>I</b>	26	2719	0.0096	7424	223358	0.0332	<b>0.29</b>
<b>J</b>	32	2719	0.0118	5808	223358	0.0260	<b>0.45</b>
<b>K</b>	70	2719	0.0257	14896	223358	0.0667	<b>0.39</b>
<b>L</b>	0	2719	0.0000	181	223358	0.0008	<b>0.00</b>
<b>M</b>	10	2719	0.0037	2674	223358	0.0120	<b>0.31</b>
<b>N</b>	34	2719	0.0125	6776	223358	0.0303	<b>0.41</b>
<b>O</b>	48	2719	0.0177	8205	223358	0.0367	<b>0.48</b>
<b>P</b>	0	2719	0.0000	0	223358	0.0000	<b>0.00</b>
<b>Q</b>	0	2719	0.0000	4	223358	0.0000	<b>0.00</b>

## ANEXO 13 - Quociente de localização entre Barcelos e o País em 2001 (número de empresas).

Designação	<i>Barcelos</i>			<i>País</i>			QLrj
	Xrj	Xr	Xrj/Xr	Xpj	Xp	Xpj/Xp	
<b>A</b>	103	4342	0,0237	10852	328393	0,0330	<b>0,72</b>
<b>B</b>	0	4342	0,0000	315	328393	0,0010	<b>0,00</b>
<b>CA</b>	0	4342	0,0000	12	328393	0,0000	<b>0,00</b>
<b>CB</b>	5	4342	0,0012	1244	328393	0,0038	<b>0,30</b>
<b>DA</b>	57	4342	0,0131	6216	328393	0,0189	<b>0,69</b>
<b>DB</b>	1391	4342	0,3204	9812	328393	0,0299	<b>10,72</b>
<b>DC</b>	29	4342	0,0067	2175	328393	0,0066	<b>1,01</b>
<b>DD</b>	88	4342	0,0203	5001	328393	0,0152	<b>1,33</b>
<b>DE</b>	35	4342	0,0081	3356	328393	0,0102	<b>0,79</b>
<b>DF</b>	0	4342	0,0000	25	328393	0,0001	<b>0,00</b>
<b>DG</b>	4	4342	0,0009	867	328393	0,0026	<b>0,35</b>
<b>DH</b>	9	4342	0,0021	874	328393	0,0027	<b>0,78</b>
<b>DI</b>	163	4342	0,0375	3863	328393	0,0118	<b>3,19</b>
<b>DJ</b>	83	4342	0,0191	7918	328393	0,0241	<b>0,79</b>
<b>DK</b>	18	4342	0,0041	2061	328393	0,0063	<b>0,66</b>
<b>DL</b>	3	4342	0,0007	1086	328393	0,0033	<b>0,21</b>
<b>DM</b>	0	4342	0,0000	599	328393	0,0018	<b>0,00</b>
<b>DN</b>	37	4342	0,0085	5296	328393	0,0161	<b>0,53</b>
<b>E</b>	6	4342	0,0014	669	328393	0,0020	<b>0,68</b>
<b>F</b>	592	4342	0,1363	44878	328393	0,1367	<b>1,00</b>
<b>G</b>	1055	4342	0,2430	105738	328393	0,3220	<b>0,75</b>
<b>H</b>	186	4342	0,0428	34557	328393	0,1052	<b>0,41</b>
<b>I</b>	65	4342	0,0150	13557	328393	0,0413	<b>0,36</b>
<b>J</b>	46	4342	0,0106	7824	328393	0,0238	<b>0,44</b>
<b>K</b>	183	4342	0,0421	30340	328393	0,0924	<b>0,46</b>
<b>L</b>	1	4342	0,0002	288	328393	0,0009	<b>0,26</b>
<b>M</b>	23	4342	0,0053	3714	328393	0,0113	<b>0,47</b>
<b>N</b>	83	4342	0,0191	12077	328393	0,0368	<b>0,52</b>
<b>O</b>	77	4342	0,0177	13176	328393	0,0401	<b>0,44</b>
<b>P</b>	0	4342	0,0000	0	328393	0,0000	<b>0,00</b>
<b>Q</b>	0	4342	0,0000	3	328393	0,0000	<b>0,00</b>

## ANEXO 14 - Variáveis utilizadas no índice de oportunidade.

	Capacidade de Alojamento dos Estabelecimentos Hoteleiros	Sociedades Sediadas a)	Sociedades do Sector Primário	Sociedades do Sector Secundário	Sociedades do Sector Terciário	Volume de Vendas nas Sociedades Sediadas	Consumo Doméstico de Electricidade por Consumidor b)	Taxa de Actividade HM	Taxa de Desemprego HM	População Residente HM - 1º ciclo ens. Básico	População Residente HM - 2º ciclo ens. Básico	População Residente HM - 3º ciclo ens. Básico	População Residente HM - ens. Secundário	População Residente HM - ens. Médio	População Residente HM - ens. Superior
	lugares	nº	%	%	%	milhares de euros	milhares de kWh	%	%	indivíduos	indivíduos	indivíduos	indivíduos	indivíduos	indivíduos
Ponte de Lima	142	764	5.2	40.7	54.1	225178	18	42	6	17569	8621	4699	3675	117	2278
Viana do Castelo	1208	1855	2.6	38.5	58.9	1104542	2.2	46.2	7.1	30823	13456	9702	13306	562	9535
Barcelos	106	3049	1.8	58.2	40.1	1765951	3.1	50.4	4.3	45998	25370	14375	12697	363	6017
Braga	1773	4471	0.8	30.9	68.3	3529155	2.4	51.9	6.9	49342	22580	18924	27898	1621	23660
Esposende	1014	760	1.7	46.6	51.7	383266	2.1	49	4.9	12027	6929	3559	3628	140	2297
Vila Verde	98	649	3.9	48.2	47.9	286806	1.9	41.7	5.4	18722	8510	4922	4103	129	1959
Vila Nova de Famalicão	270	3551	1.6	45.5	52.9	3009258	3	53	5.2	46308	23252	14798	16873	557	8761
Póvoa de Varzim	1598	1811	3	34.3	62.7	813901	2.1	51.1	6.2	22875	11344	7244	8056	420	5547

***Estudos de Caracterização Territorial***

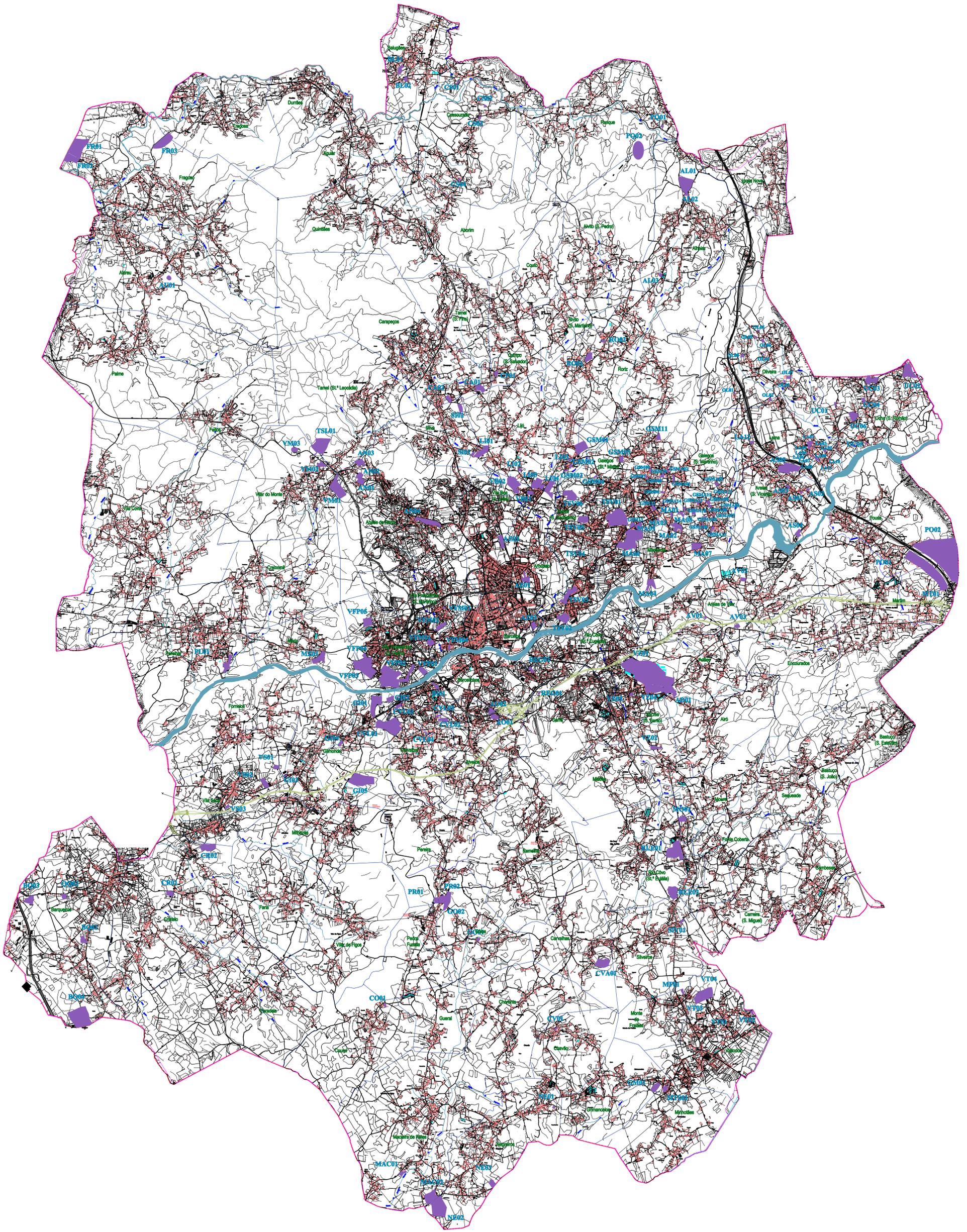
***ACTIVIDADES ECONÓMICAS***

**RELATÓRIO 1**

**ANEXOS**

**PARTE 2**

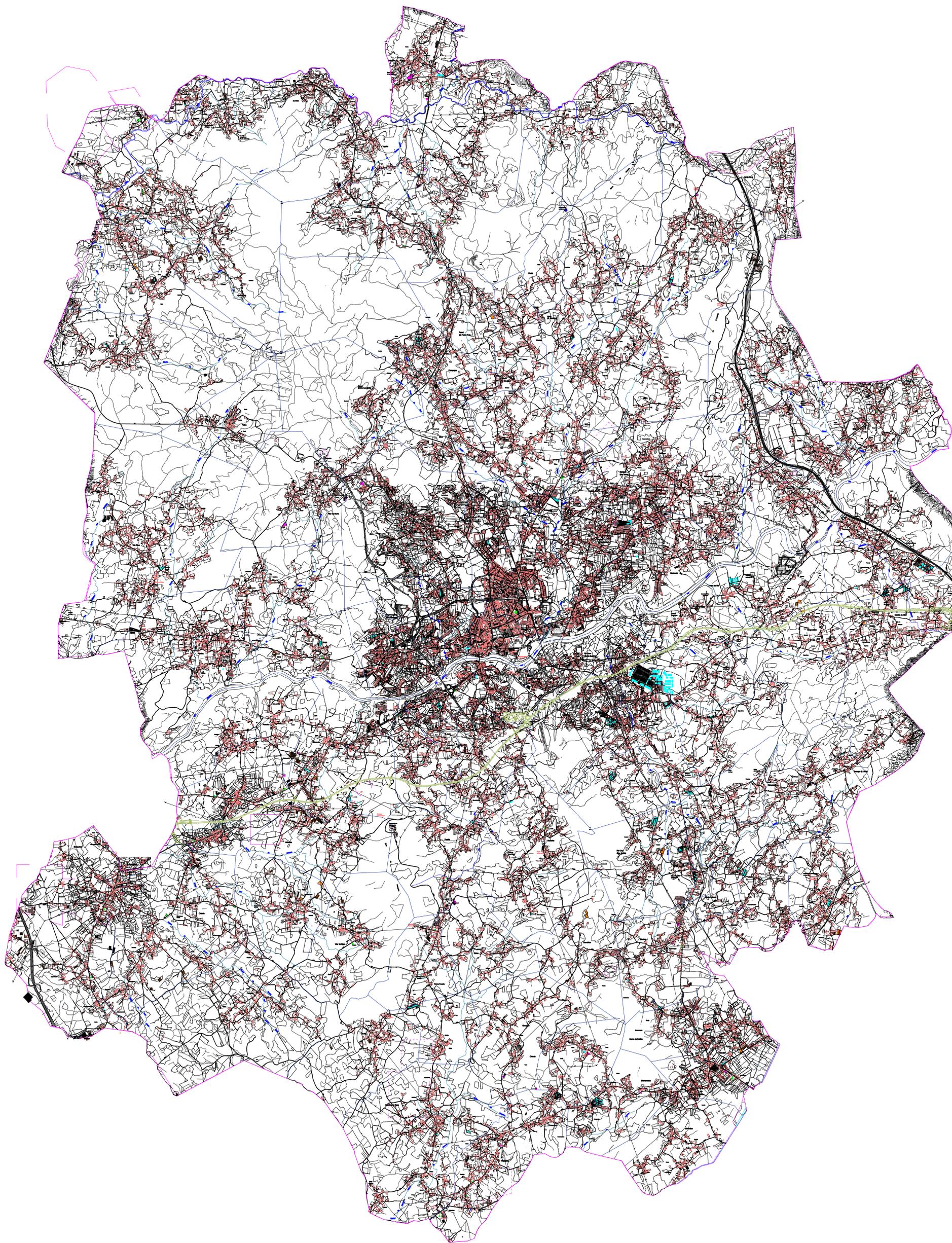




LEGENDA

- Identificação do local
- Área Industrial
- Limite do concelho





LEGENDA

 AGRICULTURA	 VÁRIOS
 COMÉRCIO	 CONCESSÕES
 INDÚSTRIA	 MINEIRAS
 RESTAURAÇÃO	 PARQUE INDUSTRIAL
 SERVIÇOS	 LIMITE DE FREGUESIA

